



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**SÃO LUIS/MA
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**SÃO LUIS/MA
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

DPF.....	Departamento de Polícia Federal
DPF/CXA/MA	Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA
DPF/ITZ/MA.....	Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA
IN.....	Instrução Normativa
IPL.....	Inquérito Policial
LOA.....	Lei Orçamentária Anual
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB.....	Produto Interno Bruto
Port.	Portaria
PPA.....	Plano Plurianual
RG	Relatório de Gestão
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI.....	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE.....	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGEPOL	Sistema Eletrônico de Gerenciamento Policial
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SR.....	Superintendência Regional
SR/DPF/MA	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão
TCU.....	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

TABELAS

Tabela 1 – Estatística de Passaportes	35
Tabela 2 – Estatística do DEPOM (Delegacia de Polícia Marítima)	35
Tabela 3 – Estatística de Produtos Químicos	37
Tabela 4 – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia	38
Tabela 5 – Operações da SR/DPF/MA	39
Tabela 6 – Apreensões de Entorpecentes	52
Tabela 7 – Operação ARCO DE FOGO	53
Tabela 8 – Produção do SINARM	53
Tabela 9 – Atividades do Setor Técnico e Científico	54
Tabela 10 – Comparativo de Laudo Emitidos	54
Tabela 11 – Distribuição de Pontos do Cartório Central	55
Tabela 12 – Atividades de Capacitação de Servidores	56
Tabela 13 – Notícias da Mídia sobre a Polícia Federal/MA	96
Tabela 14 – Estatística das Delegacias	117

INFORMAÇÕES ANEXAS

I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	93
II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	94
III - Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	95
IV - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	96
IV.1 Relatório de Mídia 2010	96
IV.2 – Indicadores de Desempenho da Unidade	112
IV.2.1 Resultados dos Indicadores de Desempenho para o Serviço Prestado ao Público Externo	112
IV.2.2 Resultados dos Indicadores de Desempenho para o Serviço Prestado ao Público Interno	113
V - Informações Contábeis da Gestão referente ao Item 1 da Parte B do ANEXO II da DN TCU nº 107/2010	117

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL	8
INTRODUÇÃO	23
A- CONTEÚDO GERAL	25
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	25
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	25
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	26
2.1) <i>Responsabilidades institucionais</i>	26
2.1.1) Competência institucional	26
2.1.2) Objetivos estratégicos	26
2.2) <i>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</i>	27
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	27
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	27
2.3) <i>Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade</i>	30
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	30
Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução - Programa de Governo (0087)	30
Quadro A.2.1.2 – Demonstrativo da Execução – Programa de Governo(0089)	31
Quadro A.2.1.3 – Demonstrativo da Execução – Programa de Governo(0662)	31
Quadro A.2.1.4 – Demonstrativo da Execução – Programa de Governo(0750)	32
Quadro A.2.1.5 – Demonstrativo da Execução – Programa de Governo(1353)	33
Quadro A.2.1.6 – Demonstrativo da Execução – Programa de Governo(1453)	33
2.3.1.1) Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo	34
2.3.1.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social	34
2.3.1.1.2) Programa 0089 – Previdência de inativos e pensionistas da União	35
2.3.1.1.3) Programa 0662 – Prevenção e repressão à criminalidade	35
2.3.1.1.4) Programa 0750 – Apoio administrativo	62
2.3.1.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal	63
2.3.1.1.6) Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI)	63
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	64
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	64
2.4) <i>Desempenho Orçamentário/Financeiro</i>	64
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	64
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	64
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	64
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	65
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas	65
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	65
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	65
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	66
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	66
2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação	66
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	66
2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	66

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	66
2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	67
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	67
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	67
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	67
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	67
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	68
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	68
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	69
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	69
2.4.3) Indicadores Institucionais	70
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	71
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	71
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	71
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	71
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	71
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	71
5. RECURSOS HUMANOS	72
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	72
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	72
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	72
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	73
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	73
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	73
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	73
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	74
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	74
5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos	74
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.	74
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	75
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	75

<i>Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	75
<i>Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra</i>	76
5.6) <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	77
6. TRANSFERÊNCIAS	79
6.1) <i>Transferências efetuadas no exercício</i>	79
6.1.1) <i>Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010</i>	79
<i>Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência</i>	79
6.1.2) <i>Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</i>	80
<i>Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios</i>	80
6.1.3) <i>Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes</i>	80
<i>Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes</i>	80
6.1.4) <i>Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênio e de contratos de repasse</i>	80
<i>Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.</i>	80
6.1.5) <i>Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse</i>	81
<i>Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse</i>	81
7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	82
7.1) <i>Estrutura de controles internos da UJ</i>	82
<i>Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ</i>	82
8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	84
8.1) <i>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	84
<i>Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	84
9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	86
9.1) <i>Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial</i>	86
<i>Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	86
<i>Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i>	87
<i>Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ</i>	87
10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	88
10.1) <i>Gestão de Tecnologia da Informação (TI)</i>	88
<i>Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ</i>	88
11. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	89
11.1) <i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	89
<i>Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	889
11.2) <i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	89

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	89
11.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício	900
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	90
11.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	91
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	91
RESULTADOS E CONCLUSÕES	92
ANEXOS	93

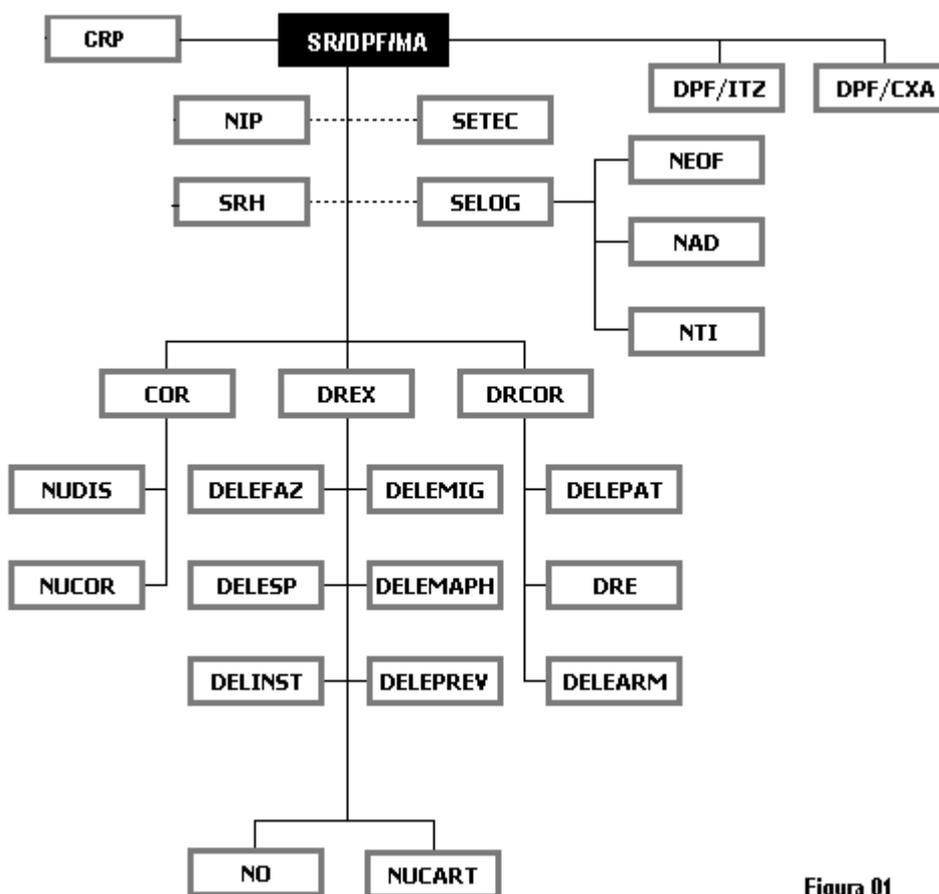
ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 01

Conforme disposto no Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, bem como na IN nº 013/2005-DG/DPF, alterada pela IN nº 039/2010-DG/DPF, tem-se, abaixo, as competências e atribuições das diversas delegacias, setores e núcleos que compõem a estrutura organizacional da SR/DPF/MA:

SR/DPF/MA – À Superintendência Regional, na sua área de atuação, compete:

I – planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II – administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III – propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais;

IV – executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V – apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI – promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII – adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

CRP – O Conselho Regional de Polícia é presidido pelo Superintendente Regional, sendo uma entidade consultiva destinadas a orientar as atividades policiais e administrativas em geral, no âmbito da Superintendência Regional, e a opinar nos assuntos de relevância institucional, tendo como membros o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, o Corregedor Regional, o Chefe do Núcleo de Inteligência Policial, o Chefe do Setor Técnico-Científico, o Chefe do Setor de Recursos Humanos, o Chefe do Setor de Administração e Logística Policial, podendo participar os Chefes das Delegacias descentralizadas (DPF/CXA e DPF/ITZ).

NIP – Ao Núcleo de Inteligência Policial compete:

I - executar as ações de inteligência, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem como apoiar as demais unidades na execução de suas ações de inteligência remetendo relatório circunstanciado ao Diretor da DIP;

II - produzir conhecimentos de inteligência policial, bem como efetivar seu aproveitamento, tendo em vista subsidiar as decisões do Superintendente;

III - manter, com exclusividade, canal de comunicação institucional com os órgãos regionais do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

IV - centralizar e controlar o recebimento e a expedição de documentos sigilosos junto aos órgãos regionais do SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

V - elaborar análises sobre a criminalidade, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente;

VI - coordenar o Centro Regional de Inteligência de Sinais – CRIS, fiscalizando o cumprimento das normas e diretrizes correlatas;

VII - compor a Comissão Regional de Segurança (CSR) e efetuar o credenciamento dos demais membros;

VIII - manifestar-se sobre as demandas de suprimento de fundos de caráter sigiloso – verba secreta, bem como controlar o emprego dessas verbas, efetuando o arquivamento das respectivas prestações de contas;

IX - executar medidas referentes às atividades de contra-inteligência policial, em sua área de atuação, bem como orientar as de análise de dados de inteligência executadas pelas demais unidades descentralizadas;

X - cumprir as determinações contidas nos Planos de Inteligência e de Contra-Inteligência Policiais do DPF;

XI - produzir os conhecimentos de inteligência policial decorrentes do Plano de Inteligência e Contra-Inteligência Policiais;

XII - registrar o recebimento e a expedição, bem como processar os documentos sigilosos ou de interesse da Superintendência, mantendo um protocolo específico para controlá-los;

XIII - manter materiais e equipamentos de uso e emprego controlados;

XIV - ordenar, arquivar e recuperar documentos antes de seu processamento;

XV - cumprir as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais, referentes às atividades de criptografia;

XVI - controlar a concessão, revalidação e cancelamento da Credencial de Segurança dos servidores lotados na Superintendência;

XVII - proceder às investigações de segurança de servidores designados para a atividade de inteligência, bem como dos prestadores de serviços contratados a qualquer título;

XVIII - proceder à investigação social de candidatos, por ocasião da realização de concursos públicos para ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal e do Plano Especial de Cargos;

XIX - selecionar e submeter à apreciação da DIP os nomes dos servidores a serem lotados na unidade e solicitar autorização em caso de dispensa;

XX - indicar ao Superintendente servidores para estágios e cursos na área de inteligência;

XXI - elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento do Plano de Segurança Orgânica, na sua área de atuação;

XXII - implementar e consolidar o Manual de Inteligência e o Manual de Segurança da Informação da Atividade Inteligência Policial, na área de atuação da Superintendência;

XXIII - expedir, registrar e controlar ordens e relatórios de missão policial sobre as operações policiais de sua atribuição;

XXIV - enviar ao Diretor da DIP o Relatório Anual e Estatístico das ações de inteligência e o termo de transferência e inventário dos documentos sigilosos, materiais e equipamentos controlados sob sua responsabilidade.

SETEC – Ao Setor Técnico-Científico compete:

I - planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais;

II - remeter ao Diretor da DITEC os resultados das atividades descritas no inciso anterior, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento;

III - colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação, tendo em vista o aprimoramento e a racionalização das atividades técnico-científicas;

IV - promover o desenvolvimento de projetos, atividades de estudos e pesquisas no campo da criminalística e da identificação papiloscópica;

V - propor, participar da elaboração e fiscalizar a execução de convênios e contratos com órgãos e entidades congêneres;

VI - promover a publicação e a divulgação de informativos relacionados com sua área de atuação, nas unidades descentralizadas;

VII - organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores lotados na Superintendência;

VIII - expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos;

IX - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e aos Diretores do INC/DITEC e do INI/DITEC.

SRH – Ao Setor de Recursos Humanos compete:

I - executar as atividades de administração de recursos humanos, na área de atuação da Superintendência;

- II - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas à administração de recursos humanos, emanadas das unidades centrais;
- III - executar e controlar os assentamentos individuais referentes à frequência, registros de lotação, horas trabalhadas e férias;
- IV - propor e implementar a melhoria de técnicas e instrumentos de gestão de pessoal, objetivando reduzir custos e racionalizar rotinas e processos de trabalho;
- V - atualizar, controlar e manter os registros de lotação real e efetiva;
- VI - expedir declarações funcionais;
- VII - elaborar, compatibilizar e atualizar o Plano de Férias;
- VIII - organizar, controlar e atualizar o mapa demonstrativo da lotação do pessoal;
- IX - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CRH/DGP.

SELOG – Ao Setor de Administração e Logística Policial compete:

- I - elaborar a proposta orçamentária, na área de atuação da Superintendência;
- II - acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, bem como fiscalizar seus atos, de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;
- III - promover estudos e proposições de pedidos de recursos orçamentários;
- IV - planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico;
- V - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;
- VI - propor e implementar a melhoria de métodos e técnicas administrativas, objetivando a previsão de despesas, estimativa e atualização de custos, bem como a racionalização e simplificação de rotinas e processos de trabalho;
- VII - elaborar propostas e subsidiar estudos tendo em vista a instalação, transferência, ativação e desativação de unidades, na área de atuação da Superintendência;
- VIII - adequar os diversos relatórios administrativos setoriais, tendo em vista a consolidação do Relatório Anual de Atividades da Superintendência;
- IX - dispor dos dados para a elaboração do Plano de Metas Anual, do Relatório Anual de Atividades e da Tomada de Contas Anual;
- X - propor a suplementação de créditos;
- XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da COAD/DLOG.

NEOF – Ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, subordinado ao SELOG, compete:

- I - promover a execução orçamentária e financeira;
- II - observar e implementar as técnicas e processos utilizados nos Planos Plurianuais - PPA;
- III - propor a abertura de créditos adicionais indispensáveis ao atendimento das necessidades do DPF e as alterações de rubrica e redistribuição de créditos orçamentários;
- IV - preparar o plano de distribuição de créditos adicionais e de recursos especiais;
- V - executar as atividades de registro de conformidade diária;
- VI - atualizar e manter o rol dos responsáveis da Superintendência;
- VII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Chefe do SELOG.

NAD – Ao Núcleo Administrativo, subordinado ao SELOG, compete:

- I - executar as atividades de administração de material;
- II - adquirir, guardar, distribuir, baixar e controlar os materiais e os bens móveis e imóveis da Superintendência;
- III - controlar, distribuir e fiscalizar a utilização do material permanente da Superintendência, incluindo armamentos, munições e viaturas;
- IV - implementar técnicas e instrumentos de acompanhamento e controle da utilização e disponibilidade dos recursos materiais;
- V - controlar a disponibilidade de armamentos, munições e viaturas das Delegacias descentralizadas;
- VI - executar o inventário anual da Superintendência;
- VII - controlar e fiscalizar a transferência de bens móveis;
- VIII - controlar e registrar os bens imóveis da Superintendência;
- IX - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Chefe do SELOG.

Compete, ainda, ao Núcleo Administrativo:

- I - executar as atividades de controle, manutenção e abastecimento da frota de veículos;
- II - receber, disponibilizar e baixar as viaturas oficiais à disposição da Superintendência, bem como zelar pelo uso e guarda;
- III - controlar e fiscalizar a distribuição de viaturas, bem como organizar, atualizar e manter o seu cadastro;
- IV - contratar e fiscalizar a execução dos serviços de manutenção e recuperação de viaturas, bem como controlar o consumo de combustível, lubrificantes, a aquisição de peças, pneus e demais acessórios;
- V - promover a aquisição de peças, pneus e demais acessórios automotivos;
- VI - contratar e fiscalizar serviços de reparo e manutenção de veículos da sua frota;
- VII - registrar infrações de trânsito, acidentes e outras ocorrências, bem como apurar os danos decorrentes de acidentes envolvendo viaturas da Superintendência;
- VIII - receber, enumerar, registrar, distribuir e controlar expedientes e outros documentos em circulação, de acordo com as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;
- IX - formalizar e acompanhar expedientes e processos, informando sobre seu andamento;
- X - promover a distribuição de Aditamento de Serviço e outras publicações de interesse da Superintendência;
- XI - controlar e manter os arquivos de expedientes e outros documentos recebidos e expedidos;
- XII - preparar e expedir malotes;

NTI – Ao Núcleo de Tecnologia da Informação, subordinado ao SELOG pela Portaria nº 013/2009-SR/DPF/MA, compete:

- I - executar as atividades relacionadas à implementação, ao funcionamento e à manutenção dos sistemas de telecomunicações e informática, no âmbito da circunscrição da Superintendência;
- II - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas às atividades de telecomunicações e informática emanadas das unidades centrais;

III - executar, controlar e fiscalizar o emprego dos recursos de telecomunicações e informática das unidades descentralizadas;

IV - executar, controlar e fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações;

V - acompanhar, controlar e promover as atividades de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas e configurações de informática locais;

VI - efetuar os remanejamentos da infra-estrutura e componentes da rede de telecomunicações e informática, bem como a manutenção e suporte técnico da rede DPFNet;

VII - orientar, controlar e fiscalizar a execução de contratos com empresas prestadoras de serviços da área de telecomunicações e de informática;

VIII - executar as atividades relacionadas com transmissão e recepção de mensagens;

IX - prestar apoio técnico em telecomunicações e informática no desenvolvimento de operações policiais, na área de atuação da Superintendência;

X - propor o orçamento de suas atividades, executando-o de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;

XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CTI/DLOG.

DREX – À Delegacia Regional Executiva compete:

I - propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente e patrimônio histórico;

II - planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas aos crimes de sua atribuição, na área de atuação da Superintendência, informando o Superintendente sobre seus resultados;

III - controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;

IV - acompanhar, controlar e executar as atividades de segurança física das instalações da Superintendência;

V - articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;

VI - orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;

VII - distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades descentralizadas subordinadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

VIII - distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;

IX - homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;

X - controlar a guarda, destinação, utilização e conservação de bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XI - controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;

XII - controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;

XIII - elaborar as escalas, coordenar e controlar o serviço de plantão;

XIV - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;

XV - controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XVI - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DIREX.

DELEFAZ – À Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, subordinada à DREX compete:

I – executar ações policiais relativas às atribuições definidas no art. 34, I e II, deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II – articular-se com órgãos públicos e instituições em âmbito regional, a fim de dispor de informações estratégicas no combate a organizações criminosas especializadas no cometimento de crimes cuja apuração seja de sua atribuição, comunicando os resultados obtidos à Divisão de Repressão a Crimes Fazendários;

III – identificar o modo de atuação das organizações criminosas especializadas na prática dos delitos cuja apuração seja de sua atribuição, produzindo relatórios de conhecimento estratégico que deverão ser remetidos à Divisão de Repressão a Crimes Fazendários;

IV – dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, os resultados das ações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os à Divisão de Repressão a Crimes Fazendários.

DELEMIG – À Delegacia de Polícia de Imigração, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 44 deste Regulamento, informando ao Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em práticas de entrada, trânsito, estada e saída irregular ou ilegal de estrangeiros;

III - apurar os atos ilícitos praticados por estrangeiros que almejam permanecer/sair irregularmente no/do País, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir as infrações objeto de sua atribuição;

IV - fiscalizar os meios de transporte de curso internacional e da documentação de viagem de pessoas que entrem/saiam no/do País;

V - efetuar visitas às embarcações de curso internacional, bem como fiscalizar os respectivos tripulantes;

VI - conceder passaportes, laissez-passer e vistos de saída;

VII - efetuar gestões junto às unidades descentralizadas da INTERPOL, tendo em vista a colaboração de esforços na localização de estrangeiros para fins de extradição;

VIII - fiscalizar a orla marítima, lagos e rios navegáveis de curso internacional;

IX - adotar medidas preliminares relativas à deportação e expulsão, bem como efetuar o embarque e desembarque de deportandos e expulsandos e a repatriação de clandestinos e impedidos;

X - promover ações para a gestão, implementação e articulação do SINPI, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e aos Chefes da DCIM, DICRE, DPREC e DPAS/CGPI/DIREX.

DELESP – À Delegacia de Controle de Segurança Privada, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 50 deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - exercer o controle operacional de fiscalização, apurando as infrações verificadas no processo de formação e aperfeiçoamento de vigilantes e no de habilitação e funcionamento de empresas especializadas em serviços de segurança privada;

III - receber, instruir, sanear expedientes protocolizados pelas empresas de segurança privada e, no que couber, pelas executantes de serviços orgânicos de segurança, encaminhando-os com parecer conclusivo à CGCSP/DIREX;

IV - promover a triagem de candidatos selecionados para prestação de serviço de guarda e vigilância bancária;

V - autorizar a abertura de escritório operacional vinculado à filial da empresa que esteja autorizada, na circunscrição da Superintendência;

VI - autorizar a mudança de endereço da empresa, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

VII - instruir o pedido de autorização de funcionamento das empresas executantes de serviços orgânicos de segurança, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem como renovar a sua autorização de funcionamento, por meio de revisão anual;

VIII - realizar vistorias e aprovar os planos de segurança dos estabelecimentos financeiros;

IX - promover e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SISVIP, na área de atuação da Superintendência;

X - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e aos Chefes da DICOF e DAPEX/CGCSP/DIREX.

DELEMAPH – À Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 36 deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em lesar o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural público;

III - apurar os atos ilícitos de dano ao meio ambiente, praticados em detrimento do equilíbrio dos ecossistemas, fauna, flora e recursos minerais, da biodiversidade, da sobrevivência de espécimes ameaçados de extinção, o tráfico de animais silvestres, a biopirataria, dentre outros previstos em lei;

IV - apurar os atos ilícitos de dano ao patrimônio público como ações de vandalismo e depredação perpetradas contra monumentos, jardins e construções, os roubos e furtos de relíquias, peças e acervo bibliográfico e documental, todos de reconhecido valor histórico e cultural, dentre outros previstos em lei;

V - identificar a ação de grileiros, posseiros de “má-fé”, madeireiros e garimpeiros de ação predatória, de traficantes de material genético e espécimes animais e vegetais protegidos por lei (biotraficantes), em unidades de conservação no interior ou na faixa de fronteira do País, bem como a ação de ladrões, vândalos e depredadores do patrimônio público, levantando o seu *modus operandi*, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

VI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DMAPH/CGPFAZ/DIREX.

DELINST – À Delegacia de Defesa Institucional, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 25 deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas na violação da ordem política e social do País;

III - apurar os atos ilícitos previstos nos acordos e tratados sobre Direitos Humanos dos quais o País é signatário, na Lei de Segurança Nacional, contra a organização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, contra os direitos, patrimônio e vida dos povos e comunidades indígenas, os crimes eleitorais, de Imprensa e os previstos no art. 7º do CPB, aqueles cometidos a bordo de navios e aeronaves, exceto os de atribuição da Justiça Militar, e outros correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de criminosos, levantando o seu *modus operandi*, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

V - expedir, implementar e controlar medidas administrativas relacionadas ao registro, controle, fiscalização e recolhimento de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições, bem como à concessão de autorização para compra de munição;

VI - executar e fiscalizar as atividades relativas ao Plano de Segurança Física das instalações da Superintendência;

VII - executar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINARM, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DSD/CGDI/DIREX.

DELEPREV – Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 35 deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em lesar a previdência pública;

III - apurar as fraudes praticadas em detrimento da Previdência Social e outros atos ilícitos correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de falsários, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir a falsificação documental, bem como outros crimes objeto de sua atribuição;

V - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DPREV/CGPFAZ/DIREX.

NUCART – Ao Núcleo de Cartório, subordinado à DREX, compete:

I - programar, formalizar e controlar a instauração de inquéritos policiais que tramitam na respectiva Delegacia especializada, conforme prioridades e diretrizes estabelecidas pelo Delegado Regional e emanadas das unidades centrais;

II - realizar a distribuição dos inquéritos policiais entre o efetivo de escrivães;

III - autuar portarias e demais peças pertinentes ao inquérito policial;

IV - escriturar os dados relativos a procedimentos judiciais nos respectivos livros de registro, bem como manter os registros cartorários atualizados;

V - expedir a Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, bem como outras certidões, atestados e documentos correlatos;

VI - acondicionar e guardar o material apreendido, objetos de inquérito policial, zelando pela sua manutenção;

VII - organizar e controlar cronograma de audiências;

VIII - registrar e controlar as intimações expedidas pela respectiva Delegacia especializada;

IX - controlar e acompanhar as correições efetuadas;

X - organizar, atualizar e manter arquivos de indiciados e também o arquivo de cópias de inquéritos policiais, em ordem numérica e segundo a seguinte ordem de classificação: arquivados, denunciados, condenados, absolvidos e egressos;

XI - enviar os autos do inquérito policial à COR;

XII - controlar a remessa da amostragem do material apreendido ao SETEC;

XIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao material apreendido, às intimações expedidas e ao andamento dos inquéritos policiais de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Chefe imediato.

NO – Ao Núcleo de Operações, subordinado à DREX, compete:

I - executar operações policiais, visando à investigação, prevenção e repressão a crimes e outras infrações correlatas de atribuição da respectiva Delegacia especializada;

II - organizar, atualizar e manter registros operacionais relativos a suspeitos, indiciados, locais de incidência criminal, ações desencadeadas e o modus operandi de organizações criminosas, de modo a subsidiar a realização das ações executivas, de controle e de inteligência e avaliar os seus resultados operacionais;

III - utilizar e controlar o efetivo de pessoal e de recursos logísticos necessários à execução das ações de sua atribuição;

IV - arrecadar material utilizado na prática de infrações penais;

V - cumprir mandados, localizar pessoas e executar prisões em flagrante;

VI - repassar à respectiva Delegacia especializada denúncias, informes ou informações sobre notícias-crime, tendo em vista a instauração de procedimentos investigatórios;

VII - registrar pedidos de diligências, bem como controlar a expedição de ordens e relatórios de missão policial;

VIII - desenvolver e relatar ações de busca das informações necessárias às atividades investigatórias de atribuição da respectiva Delegacia especializada, tendo em vista propiciar a conclusão dos procedimentos apuratórios em andamento;

IX - prestar o apoio logístico necessário às equipes de policiais de outras unidades que venham realizar operações policiais dentro da sua circunscrição;

X - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, aos resultados das ações e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Chefe imediato.

DRCOR – À Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado compete:

I - propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, e de ações relacionadas ao controle e à fiscalização de produtos e insumos químicos;

II - planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas às suas atribuições, na área de atuação da circunscrição da Superintendência, informando ao Superintendente sobre seus resultados;

III - controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;

IV - articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;

V - orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;

VI - distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades subordinadas descentralizadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

VII - distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;

VIII - controlar a guarda, a destinação, a utilização e a conservação de bens apreendidos nas operações policiais de sua atribuição, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

IX - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual da Superintendência;

X - homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;

XI - controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XII - controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;

XIII - controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;

XIV - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;

XV - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DCOR.

DRE – À Delegacia de Repressão a Entorpecentes, subordinada à DRCOR, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 61 deste Regulamento, informando o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com as unidades integrantes do Sistema de Prevenção e Repressão a Entorpecentes – SIREN, instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas no comércio ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins, bem como em desvios ilícitos de produtos e insumos químicos utilizados em seu processamento;

III - apurar os crimes de tráfico de entorpecentes e drogas afins, de produção, distribuição e comércio não autorizados de produtos e insumos químicos controlados, previstos em lei, e outros correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de criminosos, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

V - promover e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SIREN e do Sistema Nacional Antidrogas – SISNAD, na área de atuação da Superintendência;

VI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e aos Chefes da DIREN e DCPQ/CGPRE/DCOR.

DELEPAT – À Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio, subordinada à DRCOR, compete:

I – investigar e executar operações policiais relativas aos crimes previstos no art. 57, I, deste Regulamento;

II – articular-se com instituições e órgãos públicos em âmbito regional, a fim de obter informações estratégicas no combate a organizações criminosas especializadas na prática de crimes de sua atribuição;

III – coordenar e prestar apoio operacional às investigações e operações policiais relativas aos crimes previstos no art. 57, I, deste Regulamento, quando desenvolvidas pelas delegacias descentralizadas vinculadas à sua superintendência regional;

IV – identificar similaridades de incidências criminais, perpetradores e modos de atuação, visando à produção de conhecimento estratégico, à otimização de recursos e à implementação de rotinas para repressão uniforme dos crimes de sua atribuição;

V – compilar os resultados das atividades e operações policiais desenvolvidas no âmbito de sua atribuição, submetendo-os ao Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e ao Chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Patrimônio.

DELEARM – À Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, subordinada à DRCOR, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 56 deste Regulamento, informando o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas no contrabando e comércio ilícito de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições;

III - apurar os crimes de tráfico de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições e outros correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de criminosos, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

V - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e ao Chefe da DARM/DCOR.

COR – À Corregedoria Regional de Polícia Federal compete:

I - distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER;

II - planejar e executar o Plano de Correições;

III - decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais;

IV - promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial;

V - determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas;

VI - controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo;

VII - decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência;

VIII - submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER;

IX - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.

NUCOR – Ao Núcleo de Correições, subordinado à COR, compete:

I - executar o Plano de Correições Periódicas, bem como as atividades relacionadas aos procedimentos correccionais das delegacias especializadas e descentralizadas;

II - examinar autos de inquéritos policiais e termos circunstanciados, antes de serem remetidos à autoridade judiciária;

III - registrar, controlar e executar a tramitação dos procedimentos judiciais, o cumprimento de diligências e mandados expedidos por autoridades judiciárias e requisições expedidas pelo Ministério Público;

IV - controlar e fiscalizar os prazos legais relativos à instauração e à conclusão de inquéritos policiais, termos circunstanciados e investigações policiais preliminares,

V - elaborar pareceres relativos a conflitos de atribuição, suscitados pelas autoridades policiais, bem como o Relatório de Correições;

VI - avaliar o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais;

VII - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINPRO, na área de atuação da Superintendência;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

NUDIS – Ao Núcleo de Disciplina, subordinado à COR, compete:

I - receber e registrar informações que noticiem irregularidades praticadas por servidores;

II - instaurar sindicâncias, processos administrativos e disciplinares, bem como controlar seus prazos legais;

III - elaborar portarias relativas a elogios e à aplicação de sanções disciplinares;

IV - executar prisão disciplinar;

V - escriturar, em ordem cronológica, dados nos livros de registros de sindicâncias, processos administrativos e disciplinares;

VI - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do Sistema SAD, na área de atuação da Superintendência;

VII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA – Às Delegacias de Polícia Federal no interior do Estado, subordinadas à SR/DPF/MA, competem:

I - planejar, controlar, apoiar e executar as operações policiais relacionadas aos crimes de competência do DPF, no âmbito da sua circunscrição, informando o Superintendente sobre seus resultados tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - elaborar estudos sobre a incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista fixar prioridades e adotar medidas para o aperfeiçoamento do desempenho de sua logística operacional;

III - administrar os recursos humanos e logísticos, abrangendo equipamentos policiais, armamentos, munições e viaturas e os recursos de informática e de telecomunicações colocados à sua disposição, em consonância com as normas e diretrizes emanadas pelas unidades centrais;

IV - apoiar as unidades centrais nas atividades de inspeção, dispondo de normas, jurisprudências e outros meios facilitadores de suas ações;

V - cumprir as diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, no âmbito da sua circunscrição, relativas às atividades de investigação, prevenção e persecução aos crimes de atribuição do DPF que exijam repressão uniforme;

VI - propor ao Superintendente a adoção de medidas para a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão policial;

VII - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, o item 1 da parte B, consta no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

O item 14 da parte A, os itens 2 a 5 da parte B e as partes C e D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta UJ.

Os itens 3, 15 e 16 da Parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, apesar de aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período.

As principais realizações no exercício de 2010 da SR/DPF/MA foram as operações policiais deflagradas no ano. Contudo, a unidade procurou implementar ações focadas constantemente na melhoria da gestão. Vale destacar, como exemplo, a criação da *Carta de Serviços ao Cidadão*, um compromisso da Polícia Federal com seu país e sua população. A carta, que disponibiliza informações sobre emissão de passaportes, inclusive com agendamento do atendimento via internet, registro e porte de armas, emissão de certidões de antecedentes criminais, empresas de segurança privada e produtos químicos, serviu para facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços e estimular o monitoramento do setor público, promovendo a melhoria da qualidade do atendimento prestado pela polícia federal. Desse modo, o número de atendimentos aos cidadãos aumentou consideravelmente. Para exemplificar, o número de passaportes emitidos, em todo o estado, duplicou de 2009 para 2010, devido principalmente às facilidades de acesso disponibilizadas pela polícia federal no site do DPF através da carta de serviços aos cidadãos. O número de registros de armas emitidos aumentou em 84,78%, assim como o de porte que cresceu 23,33% em relação ao exercício anterior, dados que comprovam a eficiência do atendimento em relação à procura do cidadão aos serviços prestado pelo SR/DPF/MA.

Destaca-se, também, durante o ano de 2010 a valorização da saúde do servidor promovida pela unidade através de campanhas contra a AIDS, os perigos da pressão alta e as doenças do coração, além de executar com sucesso campanha de vacinação contra a Gripe A-H1N1, anti-tetânica e hepatites, estendida também aos dependentes dos servidores. O Programa PREVENIR É MELHOR, para os aposentados, referente à prevenção das doenças causadas pela pressão alta e diabetes iniciado em 2009 foi melhorado no atual exercício.

A unidade realizou 55(cinquenta e cinco) pequenas operações policiais e 15(quinze) de médio porte no combate aos mais variados crimes de sua competência, como também realizou um planejamento para a segurança das eleições 2010 no Estado do Maranhão visando a prevenção e repressão aos crimes eleitorais.

Outra relevante realização foi a produtividade de polícia judiciária da UJ, que se refere aos números de inquéritos instaurados e relatados, que ficou muito acima da meta da COGER (100%), visto que os índices da SR/DPF/MA e de suas descentralizadas, DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA, ficaram, respectivamente, em 164,57%, 158,22% e 120,08%, conseqüência da melhoria nos trabalhos relacionados ao IPL, que é seu produto final, através do cartório central instalado ainda no ano de 2009. Vale destacar que no mês de junho/10 a unidade foi campeã entre todas as 27 Superintendências do DPF, atingindo um índice de produtividade de 188% e o 2º(segundo) lugar no mês anterior com índice de 251%.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela SR/DPF/MA no decorrer do exercício para a realização de seus objetivos, vale destacar as de ordem financeira e o limitado quadro de pessoal da Unidade. Com aquisição de novos móveis, equipamentos de informática e telecomunicações, e viaturas, nos anos de 2008/2009 e a mudança para a uma estrutura predial com mais espaço físico e modernidade, houve uma significativa diminuição nas necessidades que a SR/DPF/MA possuía para desempenhar, a contento, suas atividade-meio e fim. Porém, em atendimento aos valores previstos nas cotas orçamentárias impostas à Administração Pública Federal, a Direção-Geral do DPF, divulga, em junho/10, informações sobre medidas a serem adotadas com o objetivo de adequar a gestão orçamentária e financeira da órgão aos dispostos nos Decretos Presidenciais nºs 7.144 e 7.189/ 2010. Assim, para o pleno atendimento dos valores previstos nas cotas orçamentárias expressas por meio dos respectivos decretos, a Direção-Geral decide em conformidade com a Portaria 761/2009 DG/DPF, realizar ajustes como: cancelamento de todos os eventos, simpósios e encontros, bloqueio de 40% do total previsto para diárias operacionais no exercício corrente, entre outros, restringindo, sensivelmente, o planejamento realizado pela unidade para o ano de 2010. A Unidade teve que se adequar às medidas tomadas pelo órgão central, cobrando de seus setores e delegacias racionalização nos gastos. Assim, foi instalado com sucesso o Sistema VOIP (...) que faz ligação grátis, via internet entre as unidades do DPF; houve contenção nas despesas com diárias e passagens, material de expediente e maior utilização do SIGEPOL - Sistema de Gerenciamento Policial por meio eletrônico, desenvolvido e instalado desde 2009 na unidade, que passou a ser utilizado nos trâmites de documentos oficiais, como memorandos, ofícios, emissão de ordem de missão policial e administrativa, diminuindo despesas com papel, toner de impressoras e agilizando os serviços prestados. Com relação aos recursos humanos as dificuldades mais presentes foram as encontradas no momento de planejamento e execução de uma operação de médio porte, como por exemplo a Operação DISFARCE que contou com cerca de 90(noventa) servidores, realizada para combater crimes previdenciários no Estado e que a unidade teve que recrutar servidores de outras SRs para não comprometer seus serviços correntes. Não obstante, o recrutamento de servidores do DPF foi oficializado através da IN nº 009/09-DG/DPF da Direção-Geral que define os procedimentos a serem adotados para mobilização do quadro de pessoal da Polícia Federal para missões policiais ou administrativas, tendo as Superintendências que cederem até 8% de seu pessoal para recrutamento nas várias operações permanentes e temporárias do DPF em todo o território nacional, de acordo com as necessidades, ocasionando certas dificuldades no planejamento logístico da unidade e na execução de suas atribuições. Mas, tentando diminuir o contingenciamento de pessoal em suas principais operações, a SR/DPF/MA optou por solicitar policiais federais em suas descentralizadas (DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA) evitando sobremaneira gastos maiores com passagens aéreas, solicitando, quando necessário, as prorrogações das missões aos chefes das descentralizadas ou ao Diretor-Geral quando findados 90(noventa) dias ininterruptos de afastamento de sua lotação de origem, evitando desperdício de tempo nas investigações por ventura que poderiam ser causados pela troca de policiais nessas ações.

Os planos e projetos para o exercício seguinte são: implementar o plano de melhoria da gestão, realizar capacitação de servidores, dar ênfase, como já feito em várias operações deste exercício, na ação conjunta entre a polícia federal, as polícias estaduais e rodoviária federal no combate aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, e outros delitos que possam ser reprimidos mutuamente, por este tipo de operação; dar continuidade nas ações que melhoraram os índices de produtividade de polícia judiciária da União; priorizar a prevenção e combate aos crimes mais demandados no Estado do Maranhão, de competência da Polícia Federal, como desvios de recursos públicos, contra a previdência social, assaltos a bancos e agências dos correios, contra o patrimônio histórico e meio ambiente, sem prejuízos à repressão dos outros delitos que fazem parte de suas obrigações institucionais.

A- CONTEÚDO GERAL**1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL****QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Maranhão			
Código SIORG: 1152	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200388
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(098)3131-5100	(098)3131-5102	(098)3131-5103
E-mail: gab.srma@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Daniel De La Touche, nº 4000, Bairro COHAMA, 65.074-115, São Luis/MA			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
- Através da Portaria nº 181/65 do então Diretor Geral do Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, autorizado pelo disposto no Art. 397, § 2º do Decreto nº 56510/65 foi criada a Sub-delegacia no Estado do Maranhão instalada em 24/01/1966, posteriormente transformada em Divisão de Polícia Federal (1972) e finalmente através do Decreto nº 75.398, de 19 de fevereiro de 1975 passou a Superintendência Regional de Departamento de Polícia Federal no estado do Maranhão, tendo sua estrutura organizacional inserida na Instrução Normativa nº 13/2005, do DG/DPF, de 15/06/05, alterada pela IN nº 039/2010, de 05/10/10.			
- FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno do DPF.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005, alterada pela IN nº 039/2010, de 05/10/10.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200388	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200389	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200388		200389	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, *Decreto- Lei 6378/44*, tomando a sua atual constituição por meio do *Decreto-Lei nº 200/1967*, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Maranhão (SR/DPF/MA).

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, a Previdência Social, os serviços postais, a organização do trabalho, os índios, direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe ao DPF, ainda, as seguintes atribuições: *Controle Migratório* (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), *Controle de Armas* (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); *Controle de Empresas de Segurança Privada* (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); *Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes* (Lei nº 10.357/2001); *Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras* (Lei nº 4.483/1964); *Identificação Criminal e Civil* (Lei nº 4.483/1964); *Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório* (Lei nº 10.683/2003), *Serviço de Estatística Criminal* (Código de Processo Penal), *Controle de Conflitos Fundiários* (Decreto nº 5.834/2004), *Representação Externa – INTERPOL* (Lei nº 4.483/1964), e de *Proteção às Testemunhas* (Lei 9.807/1999).

[As atribuições específicas da SR/DPF/MA estão dispostas na página 07, de acordo com o Regimento Interno do DPF e IN 013/2005-DG/DPF.](#)

2.1.2) Objetivos estratégicos

Os principais objetivos estratégicos da Unidade estão inseridos no Plano Estratégico 2010/2022 do Departamento de Polícia Federal aprovado no presente exercício, que são: fortalecer a cultura de gestão estratégica; valorizar o servidor; ampliar a credibilidade institucional; reduzir a criminalidade; promover a cidadania; incrementar os acordos e parcerias; otimizar o emprego dos bens e recursos materiais; consolidar a governança em tecnologia da informação; integrar o orçamento ao planejamento estratégico.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”, atuando com a atenção focada na sua VISÃO DE FUTURO que é “tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

A análise do plano estratégico será feita em conjunto com o plano de ação da unidade no próximo item.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

No exercício de 2010 a atuação da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão abrangeu diversas operações de combate aos crimes de sua competência, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas em busca de realizar seu plano estratégico. Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações: de fortalecimento da cultura de gestão estratégica; de capacitação e valorização do servidor; de ampliação da credibilidade institucional; promoção da cidadania; de racionalização dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis visando a otimização dos bens e recursos materiais; realização de parcerias com diversas instituições públicas, além de operações para prevenir e reduzir a criminalidade.

A Unidade buscou implantar a cultura de gestão estratégica visando o aumento da eficiência e a eficácia de seus serviços e atividades. Desse modo, através do seu Conselho Regional de Polícia – CRP difundiu essa metodologia de trabalho aos chefes de setores e delegacias, por meio de sua intranet (rede local de informática), bem como via e-mails institucionais dos servidores, após as reuniões do conselho que foram realizadas, semanalmente, no exercício.

Na valorização do servidor, além das campanhas de saúde e vacinação estabeleceu-se implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores na agregação de valores, assim, o DPF iniciou a pesquisa de gestão por competência. Trata-se de uma pesquisa de mapeamento de funções, atribuições e competências necessárias à atividade, levando em consideração as particularidades da área de formação do servidor. A Gestão de Competência foi desenvolvida no final do exercício, e definitivamente instalada no ano seguinte. A unidade realizou investimento na capacitação de servidores, principalmente, em cursos relacionados à área policial.

Ampliar a credibilidade institucional visa promover políticas de responsabilidade socioambiental e implantar canais de comunicação que respondam com rapidez e eficiência às demandas da sociedade. A unidade, juntamente com os órgãos centrais do DPF, aproximaram o cidadão da instituição com a divulgação dos serviços prestados via atendimento ao público, internet, cartazes e banners espalhados pela Superintendência, bem como através da disponibilização de email para sugestões e reclamações sobre a gestão da unidade. Dessa forma, a SR tem trabalhado para evitar possíveis desvios de conduta de seus servidores, em todos os estágios de sua vida

profissional, mas sempre tratando com o rigor da lei os casos delituosos, seja com sindicância, seja com processo administrativo disciplinar, conforme especifica a legislação. Vale ressaltar a ação da comunicação social da unidade que monitora constantemente as notícias sobre a Polícia Federal emitidas pela imprensa referentes às operações da unidade e os serviços administrativos prestados, através de jornais impressos, televisivos e rede mundial de informática. No final deste Relatório são relacionadas as principais notícias divulgadas pela imprensa maranhense sobre atuação da SR/DPF/MA.

Com o objetivo de promover à cidadania a unidade trabalhou em prol do reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras, além de desenvolver ações na facilitação do acesso do cidadão aos serviços prestados pela instituição.

A SR/DPF/MA teve que contingenciar seus recursos financeiros e orçamentários, bem como de pessoal para dar continuidade em seu planejamento operacional. Com investigações em andamento no início do exercício a unidade teve que se adequar às restrições orçamentárias impostas pelos Decretos Presidenciais nºs 7.144 e 7.189/ 2010 e pela Direção-Geral do DPF em conformidade com Portaria 761/2009 DG/DPF, que previa bloqueio de 40% do total previsto para diárias operacionais no exercício corrente. Assim, priorizou-se as operações que combatem os crimes de maiores demandas no Estado, ficando outras ações para deflagrações no exercício posterior. Vale destacar que a SR levou em consideração, também, o contexto político, econômico, social e meio-ambiente para as prioridades em algumas operações no Estado, como por exemplo, a continuação da Operação ARCO DE FOGO da PF em Santa Inês e região adjacência iniciada em 2009, em conjunto com o IBAMA e Força Nacional de Segurança que combate os crimes ambientais na região amazônica e que, com suas atividades na área, tornou o Maranhão o último em desmatamento no mês de maio/10, conforme Relatório de Avaliação do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER) do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). A Superintendência ainda sofre com o insuficiente quadro de pessoal para enfrentar os crimes no estado, motivo pelo qual, solicitou, neste ano, vários servidores de outras superintendências, através do recrutamento coordenado pela Diretoria de Gestão de Pessoal - DGP para dar continuidade, a contento, às investigações em andamento. Com isso, conseguiu prosseguir e finalizar algumas de suas principais operações, sendo as mais importantes: as Operações LEVIATÃ, VOLANTE, CIRCUITO e ROTA DOS COCAIS (*repressão a assaltos a bancos e a agências dos Correios*); Operações RAPINA V, VI, VII e ORTHOPTERA II (*contra o desvio de recursos públicos federais em vários municípios maranhenses*); Operação ARCO DE FOGO (*combate aos crimes contra o meio ambiente e patrimônio histórico*); Operações NEVERLAND e PUERPÉRIO (*contra fraudes bancárias através da Internet banking e aquisições fraudulentas através de sites de compra na rede mundial*); CRONOS (*visando a repressão da exploração sexual infanto-juvenil na capital do Estado*); Operações TEMPESTADE I, II e III (*combate aos roubos de cargas na capital e interior*); Operações ALIANÇA e BOCA FECHADA (*operações conjuntas da PF com a Secretaria de Segurança, Polícia Civil e Militar do Estado visando a repressão do tráfico ilícito de entorpecentes*); LIAMBA IV e VI (*Erradicação do plantio de maconha em vários municípios do Estado do Maranhão*); Operações DISFARCE, ASILO e RETROAÇÃO (*visando reprimir aos crimes previdenciários*); ALCATRÃO (*incineração, através de autorização judicial, de cocaína e maconha apreendidas nos últimos 04 anos*); Operação POINTER (*apreensão de vasta quantidade de munição*); Operação PANACEIA (*coibir a venda de medicamentos via internet*); Operação BARRA LIMPA (*prisões de indígenas acusados de tráfico de drogas, roubo, estupro, extorsão, seqüestro e homicídio*). Como resultados dessas operações foram cumpridos 48 mandados de prisões preventivas e 15(quinze) temporárias. O número de prisões em flagrantes da SR/DPF/MA chegou a 133, totalizando 196 prisões realizadas no exercício. A unidade realizou um planejamento

estratégico para a segurança das eleições 2010, no Estado, visando a prevenção e repressão dos crimes eleitorais. Todas as operações citadas acima, bem como seus resultados serão detalhadas mais adiante.

Várias ações de otimização do emprego dos bens e recursos materiais foram executadas no exercício como: aplicação e divulgação da *cartilha da sustentabilidade*. A cartilha foi elaborada para divulgar um conjunto de 30 medidas que, divididas entre as áreas de energia, água, telefonia, consumo, combustível e reciclagem, visaram diminuir o impacto ambiental do trabalho dos servidores, assim como reduzir os gastos da administração com o funcionamento da máquina pública, evitando desperdícios, além de contribuir com o equilíbrio do meio ambiente. As medidas estão sendo divulgadas constantemente pela unidade valendo para todos os exercícios vindouros.

Como dito anteriormente a unidade, como o DPF em geral é carente de pessoal nos mais variados setores de sua atuação. Tentando amenizar o problema, principalmente na área operacional de maior relevância, a Direção-Geral, no final de 2009, através da Instrução Normativa nº 009/2009-DG/DPF, autoriza a mobilização de recursos humanos das várias unidades da polícia federal, de um estado para outro, para missões policiais e administrativas, podendo as SR's cederem até 8%(oito por cento) de seu efetivo para operações permanentes (que são executadas nas fronteiras do Brasil durante o ano todo pelo DPF) e as específicas das unidades, visando, também, agilizar as missões e garantir recursos humanos especializado para as operações da instituição. Assim, uma unidade poderia recrutar servidores para suas principais operações, sem correr riscos de finalizá-las antes do tempo. E, para que não tenha prejuízo financeiro para a unidade solicitada, a referida IN, incrementada pela Mensagem Circular 001/2010-DLOG/DPF, determina que a unidade solicitante custeie as despesas de viagens (diárias e passagens) do servidor ou que haja ressarcimento do valor pela Coordenação de Orçamento e Finanças-COF/DLOG, evitando prejuízos à SR solicitada.

No objetivo de valorizar os acordos e parcerias, a unidade vem ampliando o número de parceiros na luta contra o crime. Além dos órgãos de segurança, como polícia civil, militar, sistema penitenciário, polícia rodoviária federal, justiça federal e Ministérios Públicos, outras instituições fizeram parcerias com a SR/DPF/MA, como a Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e Tribunal de Justiça do Estado – TJ/MA. No caso do TJ/MA a SR/DPF/MA assinou termo de compromisso com a Corregedoria-Geral de Justiça sem custos orçamentários e financeiros, para agilizar a comunicação entre os órgãos, através de correio eletrônico. Solicitações de apresentação de policiais para audiência, mandados de prisão, requisição para realização ou apresentação de laudo de perícia, ordem de recaptura de foragidos e antecedentes criminais constam da relação de documentos que deverão ser encaminhados entre as partes eletronicamente. No caso da CEMAR a Polícia Federal assinou Termo de Cooperação para acesso aos bancos de dados daquela empresa somente no interesse investigativo e estritamente nos limites do referido termo. Houve parceria com a UEMA – Universidade Estadual do Maranhão na realização do Programa CARBONO NEUTRO (plantio de milhares de mudas de árvores na capital do Estado). Vale ressaltar a inédita ação do GGI (Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública sendo integrantes a PF, Polícia Civil, Militar, PRF e ABIN) em 02(duas) grandes operações realizadas na capital e interior do Estado contra o tráfico ilícito de entorpecentes.

Por fim, a unidade implementou ações para valorização do produto final da polícia que é o inquérito. Racionalizou-se os processos de polícia judiciária e administrativa, em todos os níveis de atuação, por meio de sua identificação, mapeamento, diagnóstico e aperfeiçoamento, fornecendo aos servidores o treinamento e capacitação adequados. Dessa forma, foi instalado definitivamente o Cartório Central ou Cartório Único. Todos os escrivães passaram a ser lotados no NUCART, deixando as delegacias. O plano de ação consiste na produção em série. Foram estabelecidas funções dentro do NUCART (chefia, triagem, distribuição e execução) e estipulada uma pontuação

para cada tipo de trabalho efetuado (por exemplo, autuação=5pontos, inclusão no Siscart=10 pontos, etc). O objetivo de tal pontuação foi permitir uma melhor distribuição do trabalho, de forma que todos os EPFs tivessem a mesma quantidade aproximada de serviço o que refletiu no aumento considerável na produtividade de polícia judiciária. Em 2009 o número de IPLs instaurados, relatados e em andamento na Polícia Federal no maranhão foram respectivamente, 1595, 1419 e 6292, e os números de 2010, instaurados 1291, relatados 1999, em andamento 4.735 onde se vê uma redução de 25% na quantidade de IPLs em andamento, tornando mais dinâmico e eficiente os trabalhos cartorários.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

O Plano Plurianual (PPA) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no art. 165 da Constituição Federal de 1988, o que confere ao PPA papel central no processo de planejamento do Governo Federal. Assim, o Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas e no Apoio às Políticas Públicas e Área Especiais, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos; ações de caráter sigiloso na área de segurança pública; prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União; serviço de proteção ao depoente especial; sistema de emissão de passaporte e de controle do tráfego internacional; e capacitação de seus servidores.

O programa de Apoio Administrativo (0750), que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR/DPF/MA, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta SR/DPF/MA também executou recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento no ano de 2010.

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução - Programa de Governo (0087)

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0087		Denominação: Gestão da Política de Previdência Social			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável.					
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social..					
Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves			Responsável: Não Disponível		
Público Alvo: Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se aplica¹		6.323,27	0,00	0,00	0,00

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
<i>Não há</i>						
Fórmula de Cálculo do Índice <i>Não há</i>						
Análise do Resultado Alcançado <i>Não há</i>						
Análise do Resultado Alcançado: <i>Não há</i>						

Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (0089)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Gerente: não possui				Responsável: Não Disponível		
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$
Dotação¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	1,00
Inicial	Final					
<i>Não se aplica</i>		47.464,46	47.464,46	0,00	47.464,46	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (%)	<i>Não disponível</i>				
Fórmula de Cálculo do Índice						
<i>Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social</i>						
Análise do Resultado Alcançado						
<i>O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MA.</i>						

Fonte: SIGPLAN

Quadro A.2.1.3 – Demonstrativo da Execução – Programa de Governo(0662)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE				
Tipo do Programa: FINALÍSTICO						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: Não informado				Responsável: Departamento de Polícia Federal		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$
						1,00

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica ¹		3.044.076,56	3.044.076,56	45.067,93	2.999.107,06	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ord em	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	72,00	--
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal. (A SR/DPF/MA não teve como realizar este cálculo)						
Análise do Resultado Alcançado						
A SR/DPF/MA não teve como realizar este cálculo.						
Ord em	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,60	80,00	75,00	154,84
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da unidade e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
Como se verifica a SR/DPF/MA conseguiu atingir índices melhores que o exigido pelo o PPA, devido aos esforços de instalação definitiva do Cartório Central criado no exercício anterior que dinamizou e melhorou a condução dos inquéritos em andamento, atingindo um pico de produtividade de 188% no mês de junho que a tornou campeã entre todas as Superintendências, após ter sido a 2ª(segunda) colocada no mês de maio com a produtividade de 251%. Em 2010 foram instaurados 1291 inquéritos e relatados 1999, perfazendo, no final o índice de 154,84%, trazendo um aumento de 100 % em relação à produtividade final de 2009 (ficou em 76%).						

Fonte: SIGPLAN e SISCART/DPF.

² → A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

Quadro A.2.1.4 – Demonstrativo da Execução – Programa de Governo(0750)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Não Informado						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Gerente: Não informado				Responsável: Não Disponível		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica ¹		4.837.242,22	4.837.717,21	205.897,08	4.837.717,21	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ord em	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Não há						
Fórmula de Cálculo do Índice						

<i>Não há</i>
Análise do Resultado Alcançado
<i>Não há</i>

Fonte: SIGPLAN e SIAFI

Quadro A.2.1.5 – Demonstrativo da Execução – Programa de Governo(1353)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Não informado						
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal						
Gerente: Não informado			Responsável: Departamento de Polícia Federal			
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
<i>Não se aplica¹</i>		33.863,60	0,00	33.863,60	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ord em	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
<i>Não há</i>						
Fórmula de Cálculo do Índice						
<i>Não há</i>						
Análise do Resultado Alcançado						
<i>Não há</i>						

Fonte: SIGPLAN

Quadro A.2.1.6 – Demonstrativo da Execução – Programa de Governo(1453)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Não informado						
Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.						
Gerente: Não informado			Responsável: Ministério da Justiça			
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
<i>Não se aplica¹</i>		89.035,97	89.035,97	1600,00	89.035,97	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ord em	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)	<i>Não disponível</i>				

Fórmula de Cálculo do Índice		
Quociente entre a população da amostra que se sente segura nos territórios de descoesão social em determinado período de tempo e o total da população da amostra, segundo a fórmula: Índice de sensação de segurança = (Pessoas que se sentem seguras/Total de pessoas da amostra X 100).		
Análise do Resultado Alcançado		
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MA.		
2	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	Não disponível
Fórmula de Cálculo do Índice		
Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (Óbitos por homicídio/População estimada no ano) X 100.000		
Análise do Resultado Alcançado		
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MA.		
3	Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social (1/100.000 habitantes)	Não disponível
Fórmula de Cálculo do Índice		
Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12 meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000).		
Análise do Resultado Alcançado		
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MA.		

Fonte: SIGPLAN

¹ → As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.1) Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo

2.3.1.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a diárias e passagens descentralizadas, de forma extraordinária, para utilização em viagens vinculadas a cursos e encontros solicitados pela DPREV/CGPFAZ/DIREX. Neste programa tem-se a Ação 8452 – Combate as fraudes de natureza previdenciária. O valor empenhado para esta ação na SR/DPF/MA foi de R\$ 6.323,27. Os recursos visam dar apoio à Força-Tarefa previdenciária no estado Maranhão, especificamente vinculados a cursos e encontros de servidores que trabalham na Delegacia de Combate a Crimes Previdenciários – DELEPREV/DREX/SR/DPF/MA.

2.3.1.1.2) Programa 0089 – Previdência de inativos e pensionistas da União

Os créditos utilizados neste programa foi de R\$ 47.464,46, sendo concedidos na maioria ao pagamento de auxílio-funeral em consequência do falecimento, em 03/08/2010, do Perito Criminal Federal aposentado José Ribamar Mafra Soares, além do pagamento de alvará judicial nº 48/2009, passivo de 28,86%, em favor de Ludimar Assunção da Silva (dependente de servidor aposentado), no valor

2.3.1.1.3) Programa 0662 – Prevenção e repressão à criminalidade

Os créditos orçamentários utilizados neste Programa 0662 tem a finalidade de atender as ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da União, fiscalização e controle de empresas produtoras e que transportam e comercializa precursores químicos, Ação de capacitação de servidores e Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional. O valor empenhado foi de R\$ 3.044.076,56. Através desse programa unidade realiza a execução financeira das principais operações da Polícia Federal neste Estado, com pagamento de despesas de diárias, suprimentos de fundos e outras atividades essenciais às deflagrações. A *Ação 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional* faz parte deste Programa.

Tabela 1 – Estatística de Passaportes

PASSAPORTE	2010	2009	2008	2007
Comum	11.146	5.914	6.038	5.429
Emergencial	11	74	46	25
Estrangeiros	0	0	2	0

Fonte: DELEMIG/DREX/SR/DPF/MA

No ano de 2010, a SR/DPF/MA não recebeu recursos para esta ação. Mas a Unidade superou a média dos 03(três) anos anteriores na emissão de passaportes. Em todo o Maranhão foram emitidos 11.146, incluídos 11 (onze) emergenciais gerando uma arrecadação de R\$ 2.087.317,20. Os números que são os melhores já vistos na unidade, são frutos da metodologia de trabalho adotada pelos órgãos centrais do DPF, de valorização do servidor de atendimento ao público aliada à implantação da carta de serviços aos cidadãos via internet que agilizou consideravelmente a prestação do atendimento, aumentando a procura pelo passaporte, além da boa fase econômica que viveu o país no exercício, propiciando viagens ao exterior. Para ratificar o quanto os trabalhos foram profícuos, os dados das delegacias do interior do estado seguiram a tendência dos números gerais. A DPF/CXA/MA que emitiu 115 passaportes em 2009, neste ano expediu 190 (aumento de 65%) e a DPF/ITZ/MA que tinha emitido 1.527 passaportes em 2009 aumentou a produção em 33%, expedindo 2035 no exercício.

Além de contar com a DELEMIG que fiscaliza o tráfego de pessoas no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luis e a DPF/ITZ/MA que atua no Aeroporto de Imperatriz/MA, o DPF no Maranhão possui a Delegacia de Polícia Marítima – DEPOM, subordinada à DREX, para realizar o controle de tráfego marítimo internacional.

Tabela 2 – Estatística do DEPOM (Delegacia de Polícia Marítima)

REPATRIAÇÃO	03
EMBARCAÇÕES QUE RECOLHERAM A TAXA GRU	954
EMBARCAÇÃO ISENTA DE PAGAMENTO DA TAXA (CABOTAGEM)	240

EMBARCAÇÕES QUE RECOLHERAM A TAXA GRU EM JUÍZO	00
TOTAL DE EMBARCAÇÕES FISCALIZADAS	1194
VALOR RECOLHIDO EM REAIS (R\$)	507.575,70
VALOR DEPOSITADO EM JUÍZO (R\$)	00,00
MOVIMENTAÇÕES EFETUADAS (EMBARQUE)	843
MOVIMENTAÇÕES EFETUADAS (DESEMBARQUE)	2.507
REGISTRO DE TRIPULANTE OU RESTABELECIMENTO COM NOVO VISTO	197
VALOR RECOLHIDO EM R\$ (REGISTRO/CIE)= 64,58 + 124,23	37.195,57
REGISTROS DE TRIPULANTES (PRAZO INFERIOR A 30 DIAS)	07
VALOS RECOLHIDO EM R\$ (REGISTRO) = 64,58	452,06
RESTABELECIMENTO DE REGISTRO DE TRIPULANTE MESMO VISTO	07
VALOR RECOLHIDO (R\$ 124,23) = TOTAL	869,61
AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA DE EMPRESA	10
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	11
VALOR RECOLHIDO EM REAIS (MULTA)	5.604,17
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE TRIP. TEMPORÁRIO V	00
TOTAL RECOLHIDO (R\$)	551.697,11

Fonte: DEPOM/DREX/SR/DPF/MA

A Delegacia de Polícia Marítima realiza o controle de tráfego marítimo internacional. Criada em dezembro de 2005 como GEPOM, são feitas desde essa época fiscalizações diárias e diversas operações de controle de acesso aos portos de São Luis. Efetuou patrulhamentos não sistemáticos na costa maranhense, com maior regularidade no Porto Organizado do Itaqui, Terminal da Ponta da Madeira (Porto da Vale), Porto da Alumar e Ponta da Espera, em cumprimento às suas atribuições e ao ISPS Code (Código Internacional de Segurança e Proteção de Navios e Instalações Portuárias). Regularmente são realizadas pelos policiais de plantão fiscalizações das embarcações de longo curso e cabotagem, nos termos da IS nº 03, de 29/09/1997, conforme descrito no quadro acima. Os plantonistas são responsáveis pelo recebimento e instrução dos pedidos de registro de tripulante como temporário V; lavratura de autos de infração e notificação de estrangeiros e empresas por descumprimento à legislação pertinente; instrução de repatriação e deportação.

Outra ação integrante deste Programa é a Ação 2679 – Fiscalização de Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos. Do valor disponibilizado no Programa 0662, R\$ 298.611,03, cerca de 9,8% do total foi para esta Ação.

Com relação às atividades desenvolvidas nesta área, tem-se o seguinte balanço:

Tabela 3 – Estatística de Produtos Químicos

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2007	2008	2009	2010
EMPRESAS FISCALIZADAS	08	-	01	00
CADASTROS APROVADOS	14	-	24	00
LICENÇAS RENOVADAS	27	-	46	45
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS	00	-	00	00
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	R\$ 35.700,00	R\$ 37.550,00	R\$ 39.300,00	R\$ 49.500,00
VALORES ARRECADADOS – MULTAS	2.128,20	-	0,00	R\$ 6.600,00 (*)

Fonte: Produtos Químicos/DRE/DRCOR/SR/DPF/MA

(*) O valor referente à multa é consequência de autos de infração instaurados pela SR/DPF/MA em exercício anteriores, após as fiscalizações realizadas naqueles anos. Assim, o procedimento é encaminhado pela Unidade para o órgão central responsável pela análise do processo e, conforme decisão é aplicada a multa na Empresa.

Foram realizadas, também, várias operações de combate ao tráfico de entorpecentes durante o exercício, como LIAMBA IV e VI.

Na Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, do Programa 0662, há a mobilização dos meios necessários de execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 320.853,17, sendo que R\$ 21.926,65 foi utilizado para aquisição de equipamento na área de inteligência policial, através de suprimento de fundos. No Maranhão, na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso.

Ressalte-se que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecente, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX). No ano em tela, ocorreu também o fornecimento de suprimento de caráter sigiloso em apoio à denominada Operação Sentinela, ocorrida neste Estado.

Neste exercício foram realizadas várias ações de inteligência, algumas em parceria com as unidades congêneres de outros estados, com a finalidade de apoiar as operações da SR/DPF/MA, tais como, Rapinas V, VI e VI, Orthoptera II. Vale ressaltar o primordial trabalho do núcleo de inteligência desta unidade na parceria com as delegacias especializada no combate aos assaltos a

banco e agências dos correios, bem o tráfico de entorpecentes, com ações que desmantelaram várias quadrilhas no interior do estado e capital.

Tabela 4 – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia

ANO	AÇÃO				
	Processo Administrativo Disciplinar	Sindicância Investigativa	Sindicância Punitiva	Processo Especial	Investigação Prévia
2007	05	06	03	00	08
2008	05	15	00	01	03
2009	03	05	00	02	03
2010	02	06	01	00	03

Fonte: COR/SR/DPF/MA

Considerando que as ações de caráter disciplinar estão vinculadas às condutas individuais dos servidores, tratadas sempre com o rigor e ampla defesa, exigidos pela lei, considera-se satisfatórios os trabalhos realizados pela COR/SR/DPF/MA. Foram realizadas no presente exercício correições ordinárias, tanto na sede da SR em São Luis/MA como em suas delegacias descentralizadas no interior (DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA) priorizando a análise dos procedimentos mais antigos (IPL's de 2006, 2007 e 2008).

A Ação 2726 – *Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesse da União*, ainda no Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662), tem a finalidade de combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional., Além de fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Para esta ação foi repassada grande parte dos recursos do Programa de Combate e Prevenção à Criminalidade. Dos R\$ 2.595.806,92 disponibilizados à Unidade Gestora, R\$ 2.436.527,14 foram liquidados chegando a 93% do valor executado no exercício.

A unidade realizou várias operações no exercício visando reprimir a criminalidade no Estado. Foram mais de 70(setenta), sendo as maiores relacionadas na seguinte tabela:

Tabela 5 - Operações da SR/DPF/MA

DATA	NOME DA OPERAÇÃO	REPRESSÃO	LOCAL	AÇÃO	APRENSÕES	QUANT. POLICIAIS	PRESO S
25 a 30/01	RÁDIO PIRATA	Radio Difusão Clandestina	Vários municípios	Cumprimento de mandados de busca e apreensão referentes a serviços clandestinos de radiodifusão no interior do Estado.		04	-
02/03	LEVIATÃ	Quadrilha de Assaltos a Bancos	Santa Luzia do Paruá/MA	Após investigações conjuntas das Superintendências Regionais de Polícia Federal no Maranhão, Pará e da Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA, foram mapeados os possíveis alvos da quadrilha, que seriam instituições financeiras sediadas em Nova Olinda do Maranhão/MA, Santa Helena/MA ou Santa Luzia do Paruá/MA. As equipes da SR/DPF/MA, DPF/ITZ/MA, SR/DPF/PA e do Comando de Operações Táticas (COT) da PF seguiram para o local do confronto logo que foi percebida a movimentação da quadrilha. Compostos por 10 (dez) assaltantes, os criminosos da quadrilha chegaram ao banco em dois veículos roubados por volta das 12h00 e invadiram a agência. Havendo reação violenta após a prisão ordenada pelos policiais federais, depois de intensa troca de tiros, ocorrida por aproximadamente 25 minutos, seis assaltantes foram mortos e quatro presos, sendo dois feridos. Infelizmente um funcionário do banco foi morto pelos assaltantes. A operação contou ainda com o apoio logístico da Polícia Civil, Polícia Militar e do Grupo Tático Aéreo (GTA) do estado do Maranhão, deslocados para o local da ação depois de encerrado o confronto.	05 espingardas calibre 12, 01 carabina calibre 38 Special, 01 rifle mosquefal calibre 7,62, 01 pistola calibre 7,65, 01 pistola calibre .380, 03 revólveres calibre .38 Special, 01 revólver calibre .32, 59 cartuchos de munição calibre 12, 15 cartuchos deflagrados de munição calibre 12, 59 cartuchos de munição calibre 7,62, 03 estojos de munição calibre 7,62, 02 projéteis de munição calibre 7,62, 08 cartuchos de munição calibre .380, 02 cartucho de munição calibre .32, 04 estojos de munições percutidas e deflagradas calibre .32, 36 cartuchos de munição calibre .38, 19 estojos de munições percutidas e deflagradas calibre .38, 02 cartuchos de munição calibre 20, rede camuflada, 08 celulares, máscaras, 02 automóveis (Toyota Hilux SWA e VW Polo 1.6) e R\$ 190.286,70 restituídos à instituição financeira.	35 PF's do MA e DF.	04 presos e 06 mortos em confronto com a polícia
19/03	RAPINA V	Desvio de	Cururupu/MA	Prisão em flagrante delito de 02 pessoas por terem sido encontradas apropriando-se e desviando verbas públicas de programas federais A autuação ocorreu	Encontrados comprovantes de transferências bancárias ilícitas originadas das contas da Prefeitura	12 PF's e analistas da CGU/MA.	02

		Recursos Federais		na cidade de Cururu MA e tinha por objetivo investigar denúncias relativas à má aplicação de recursos públicos destinados ao município de Serrano do Maranhão/MA . Os policiais federais, após diligências discretas na cidade, identificaram que um gestor público municipal e o seu irmão estavam realizando operações financeiras fraudulentas.	Municipal de Serrano do Maranhão/MA e, do banco, os policiais obtiveram cópias dos cheques avulsos utilizados nas transações, bem como das fitas de caixa, que revelaram os destinatários dos recursos.		
22 a 31/03	ARCO DE FOGO	Crimes ambientais	Açailândia/MA e adjacências.	Apoio operacional e de polícia judiciária à Operação Corcel Negro do IBAMA, visando o combate ao transporte ilícito de carvão vegetal que alimenta os pólos siderúrgicos do estado do Maranhão. Ações com barreira junto ao posto da Polícia Rodoviária Federal de Açailândia/MA e participação de equipes volantes que fazem incursões em siderúrgicas. Fiscalização do fluxo de carvão vegetal em rotas próximas ao pólo siderúrgico de Açailândia/MA, bem como outras ações foram desenvolvidas nos municípios de Amarante/MA e Campestre/MA, envolvendo fiscalização em carvoarias que apresentavam suspeitas de irregularidades junto ao sistema DOF e que haviam emitido grande quantidade de documentos de transporte para as siderúrgicas do pólo de Açailândia/MA. Várias diligências desenvolvidas nos municípios de Sitio Novo/MA, Porto Franco/MA e na reserva da SUNIL, envolvendo fiscalização em carvoarias que apresentavam suspeitas de irregularidades junto ao sistema DOF e que haviam emitido grande quantidade de documentos de transporte para as siderúrgicas do pólo de Açailândia/MA.	-	10 PFs da base da Operação Arco de Fogo em Santa Inês/MA	-

31/03	RAPINA VI	Desvio de Recursos Federais	Satubinha/MA	Prisões em flagrante delito do prefeito e de um secretário municipal de Satubinha/MA, cidade localizada a 272km de São Luis/MA. As prisões ocorreram em virtude de terem sido encontrados, pelos policiais e analistas da CGU, na sede da Prefeitura Municipal, coordenando um grupo de pessoas que estavam falsificando recibos de pagamentos, notas fiscais, editais de licitação, pareceres e diversos outros documentos próprios de procedimentos licitatórios, fraudando a regular realização de certames públicos com a finalidade de desviar rendas publicas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Fundo Nacional de Saúde - Piso de Assistência Básica (PAB), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros repasses federais, em associação com terceiras pessoas.	Apreensão de computadores, notebooks, recibos, notas fiscais e papéis timbrados de empresas supostamente fornecedoras de bens ou serviços à Prefeitura Municipal de Satubinha/MA, carimbados, assinados, porém ainda em branco, sem o devido preenchimento da descrição dos materiais eventualmente adquiridos ou dos serviços prestados ao município.	12 PFs mais analistas da CGU/MA	02
05/04	-	Conflito indígena	Alto Alegre do Pindaré/MA	Conflito envolvendo indígenas da etnia Guajajara, da Terra Indígena Caru, relacionado com a não aplicação de verbas repassadas pela empresa VALE para a FUNAI, destinada a subsidiar as atividades desenvolvidas nas aldeias. Os indígenas reivindicavam o repasse da verba diretamente para associação própria, a ser criada para esse fim. Utilizaram, como meio de pressão, ameaças a Estrada de Ferro Carajás, a qual atravessa a reserva indígena. A crise foi gerenciada após extensa reunião realizada na cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA, através de negociação envolvendo diversos órgãos, dentre os quais a FUNASA, FUNAI e Secretaria Estadual de Educação.	-	03 PFs, além da FUNAI, FUNASA e Secretaria de Educação.	-
03/05	NEVERLAND	Crimes Cibernéticos	São Luis/MA	Dar cumprimento a 04(quatro) mandados de busca e apreensão e prisão de pessoas envolvidas. A ação é	Equipamentos de informática	15 PF's	03

				resultado do Projeto Tentáculos, através do qual as fraudes passaram a ser investigadas em conjunto e não mais isoladamente. A grande vantagem desse novo método de investigação é a possibilidade de se quantificar o prejuízo causado às instituições financeiras pelos fraudadores.			
14/05	VOLANTE	Assaltos a banco/carros-forte	Santa Inês/MA	A quadrilha comandada por criminosos oriundos do estado de Pernambuco foi presa minutos antes de praticarem mais um assalto na região a um carro-forte da empresa Norsegel. O bando utilizaria uma caminhoneta GM S-10, prata, e um caminhão VW, do tipo baú, na ação. A carroceria da S-10 estava adaptada com uma caixa de madeira, na qual os quadrilheiros ficariam dispostos para atirar contra o carro-forte e a polícia, se houvesse intervenção. O caminhão baú seria utilizado para fechar a rodovia, impedindo o deslocamento do carro-forte visado e dar fuga aos criminosos	Armamentos de grosso calibre foram apreendidos. Dez armas longas como cinco fuzis calibre 7.62, duas submetralhadoras calibre 9 mm, duas carabinas Magal calibre 30, duas espingardas calibre 12, um rifle calibre 44, quatro pistolas calibre .40 e 9mm, um revólver calibre 38, 1376 munições de diversos calibres, quatro bananas de dinamite, três granadas, além de coletes balísticos, lanternas, rádios de comunicação, roupas camufladas, canivetes e balas-clava.	35 PFs do MA e do COT – Comando de Operações Táticas	11
15/05	CRONOS	Exploração sexual infanto-juvenil	São Luis/MA	A iniciativa foi parte dos trabalhos deliberados nas reuniões do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) de Segurança Pública, com base no artigo 144 da Constituição Federal, e contou com a participação de efetivos das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros, além de integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A operação Cronos foi uma ação de caráter preventivo-educativo com foco no combate à pedofilia e a prostituição infanto-juvenil, iniciada, na noite de sábado (15/05) que prosseguiu até a madrugada de domingo (16). A ação foi desenvolvida, simultaneamente, pelas equipes policiais em vários pontos da grande São Luís, o que contribuiu para tornar	Em alguns desses locais foram encontradas crianças ou adolescentes em situação de risco de exposição sexual. Eles foram encaminhados à Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente (DPCA), juntamente com seus responsáveis legais, onde participaram de uma reunião com psicólogos, assistentes sociais, delegados e representantes do Conselho Tutelar. A ação serviu também para demonstrar a presença das forças policiais no combate à prática desse tipo de crime, prevenindo ainda a reincidência de situações semelhantes.	100 Policiais das diversas corporações do GGI.	-

				ainda mais eficaz a atuação policial. Os pontos vistoriados foram postos de gasolina, casas noturnas, bares, festas clandestinas, bem como lugares em que houvesse a presença de crianças ou adolescentes sendo exploradas. Nesses locais, as polícias averiguaram a existência de menores, de drogas e substâncias ilícitas e até a documentação de funcionamento dos estabelecimentos. Os proprietários foram orientados também quanto à venda de bebida alcoólica a menores de 18 anos, a comercialização de entorpecentes, ao porte ilegal de armas, dentre outros crimes comuns de ocorrerem nesses ambientes.			
27/05	CONTAINER	Roubo de carro/forte	São Luis/MA	Operação planejada e executada com o objetivo de garantir o recebimento de alto numerário ao Banco do Brasil, recebido pelo Aeroporto Internacional de São Luis/MA. A ação contou com a participação de diversas forças de segurança que, com atuação ostensiva, impediram qualquer tentativa de roubo dos valores esperados.	-	PFs do Grupo de Pronta Intervenção – GPI/SR/DPF/MA e PM.	-
09/06	TEMPESTADE	Assaltos a banco	Araguá/TO	objetivo de prender assaltantes de cargas com atuação no Maranhão e estados vizinhos. As investigações conduzidas pela Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio (DELEPAT) da Polícia Federal no Maranhão demonstraram que a quadrilha investigada planejava roubar um caminhão que transportaria remédios para cidade de São Luis/MA. Depois de identificados os alvos e as circunstâncias da ação, foram presos em flagrante delito 04 (quatro) integrantes do bando no momento em que o grupo começava a executar mais um assalto, na BR 153, em Araguaína/TO, distante 376 km de Palmas/TO.	02 (duas) pistolas .380, 01 (um) automóvel e 01 (um) caminhão carregado de caixas de isopor.	10 PFs	04
17/06	TEMPESTADE	Roubos de	Imperatriz/MA	A ação se deu quando os criminosos se preparavam	02 (duas) pistolas de calibre 380,	08	02

	II	carga		para roubar uma carga de remédios que seria transportada de Imperatriz até o estado de Tocantins. Os presos foram encontrados pela Polícia Federal nas proximidades da transportadora incumbida do carregamento momentos antes da ação.	munições e um veículo VW Gol, ano 2009, que seria utilizado na abordagem e fuga dos assaltantes.		
23/06	ALIANÇA	Tráfico Ilícito de Entorpecentes	São Luis/MA	Em parceria com o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), da Secretaria de Segurança Pública, com o objetivo de dar cumprimento a diversos mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara de Entorpecentes de São Luis e proceder a prisões em flagrante de traficantes de drogas na capital maranhense. O bairro Barreto e suas adjacências em São Luis foram eleitos pelo GGI como o primeiro foco da atuação integrada das forças de segurança no Maranhão no combate concentrado ao narcotráfico dada a sua proeminência e destaque nessa modalidade de criminalidade organizada.	02 (dois) menores apreendidos e ainda 1,500kg de cocaína, 1,000kg de maconha, 55 (cinquenta e cinco) petecas de “crack”, 01 (uma) pistola calibre .40, 01 (uma) pistola calibre .380, 67 (sessenta e sete) munições, 05 (cinco) veículos (GM S-10, FIAT Uno Mille Way, GM Corsa Hatch Premium, GM Classic Spirit e GM Classic LS), R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), computadores, jóias, agendas, telefones celulares, balança de precisão, cartões de crédito, talões de cheque, cadernos de anotação e documentos diversos.	290 da PF, PM e PC	05
14 a 25/06	RÁDIO PIRATA II	Radiodifusão clandestina		cumprimento de mandados de busca e apreensão.		04	-
27/06	PUERPÉRIO	Crimes cibernéticos	São Luís/MA, Presidente Dutra/MA, Imperatriz/MA e Planaltina/DF	cumprir mandados de busca e apreensão e prisão de quadrilha especializada em cometer fraudes através de internet banking. A quadrilha era fruto da aliança entre estelionatários tradicionais e criminosos virtuais. Os primeiros se utilizavam de documentos falsos para abrir empresas e emitir boletos bancários, enquanto os segundos pagavam os títulos via internet sem o conhecimento dos correntistas que tinham suas senhas capturadas através de programas espiões, além de transferirem valores para contas de laranjas. O dano causado pelo bando já provado ultrapassa a quantia de um milhão de reais para as instituições bancárias	computadores, discos rígidos e automóveis	30 PFs	04
28/06 a	LIAMBA IV	Tráfico Ilícito de	as regiões centro-oeste e noroeste	operação conjunta, denominada Liamba IV, com o Objetivo de erradicar plantios ilícitos de maconha	Destruídos ao todo 59.618m² de áreas plantadas com maconha, espalhados	60 policiais da PF, PM e	-

02/07		Entorpecentes	do Maranhão e parte da baixada maranhense, assim como a região nordeste e centro do Pará	encontrados em diversos pontos dos dois estados (MA e PA). Alcançando as regiões centro-oeste e noroeste do Maranhão e parte da baixada maranhense, assim como a região nordeste e centro do Pará, os trabalhos tiveram expressivo resultado. A operação contou com a participação de 60 (sessenta) policiais, 16 (dezesesseis) viaturas e 03 (três) aeronaves, sendo 02 (dois) helicópteros da Coordenação de Aviação Operacional (CAOP) da Polícia Federal e 01 (um) do Grupo Tático Aéreo (GTA) da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão.	em 29 plantios, totalizando 91.911 pés e 35.527 mudas erradicadas. Além disso, foram queimados 20,000kg (vinte quilogramas) de maconha pronta para a venda e mais 87,000kg de sementes, que seriam plantadas nos próximos dias.	PC	
16/07	ORTHOPTERA II	Desvio de Verbas Públicas Federais	Barão de Grajaú/MA	desarticular mais uma quadrilha especializada em desviar verbas públicas no estado do Maranhão, cumprindo 11 (onze) mandados de busca e apreensão expedidos pelo juízo da 21ª Zona Eleitoral de Barão de Grajaú/MA. O grupo investigado, comandado por um ex-prefeito de São Francisco do Maranhão/MA, incluía parentes seus, agentes públicos e outras pessoas físicas e empresas que, como regra, operavam mediante retiradas ilegais de valores da conta do FUNDEB, posteriormente omitidas nas prestações de contas apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou, alternativamente, comprovadas mediante documentação inidônea, calçadas em recibos sem assinaturas ou notas fiscais de empresas de fachadas, sem a correspondente contraprestação em bens, obras e serviços. Os recursos retirados da conta do Fundo foram desviados de suas finalidades para outras despesas e programas; depositados em contas dos próprios gestores; sacados na boca de caixa com seguidos depósitos em favor de terceiros não fornecedores de bens e serviços do FUNDEB.	As análises até então realizadas pela CGU apontam prejuízos potenciais da ordem de R\$ 2,4 milhões se considerados apenas os recursos do FUNDEB aplicados no quadriênio 2005/2008.	50 PFs do MA e PI e 09 analistas da CGU	-
12/08	CIRCUITO	Roubo a agências dos Correios	Bom Jardim/MA	Os policiais federais estavam na região de Santa Inês/MA, próximo ao local do assalto, realizando diligências cotidianas, quando foram comunicados do roubo pela gerência regional de segurança dos	02 (duas) motos, 02 (dois) revólveres, R\$ 3.955,00 (três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), 04 (quatro) celulares, sendo dois	04	02

				Correios. Dirigindo-se ao local do crime, os dois policiais entrevistaram funcionários da agência e testemunhas e partiram em busca dos criminosos. Com o auxílio de um policial civil da delegacia local, fecharam uma das rotas de fuga da cidade, enquanto a Polícia Militar cercou outra das saídas do município. Por volta das 17h00 os assaltantes foram avistados pelos policiais federais que, sabendo tratar-se de um grupo armado, efetuou disparos de advertência em direção ao bando, que logo se rendeu	roubados de funcionários dos Correios de Bom Jardim/MA		
12/08	DISFARCE	Crimes contra a Previdência Social	Barra do Corda/MA	Desencadeada pela Força-Tarefa Previdenciária do Maranhão (FTP/MA), composta pela Polícia Federal, Ministério da Previdência Social e Ministério Público Federal e teve a finalidade de dar cumprimento a 25 (vinte e cinco) mandados judiciais – 04 (quatro) de prisão preventiva, 08 (oito) de prisão temporária e 13 (treze) de busca e apreensão – expedidos pela 2ª Vara Federal de São Luis/MA a pedido da Polícia Federal, a serem executados nas cidades de Barra do Corda/MA e Teresina/PI. As investigações, iniciadas em 2009, levaram ao desmantelamento de uma quadrilha de fraudadores do INSS composta por agenciadores, corretores de crédito e policiais civis, com atuação principalmente na região de Barra do Corda/MA, tendo participação efetiva de funcionários de bancos públicos e privados, responsáveis pela renovação e desbloqueio de senhas de cartões magnéticos de benefícios previdenciários pertencentes a aposentados ou pensionistas já falecidos. O prejuízo aos cofres da União, decorrente de saques irregulares de aposentadorias e pensões de pessoas já falecidas e da obtenção de empréstimos consignados em tais benefícios previdenciários, ultrapassa R\$ 1 milhão (um milhão de reais).	Farta documentação	83 PFs	12
20/08	ALCATRÃO	Incineração de	Povoado quebra	Com autorização judicial foram destruídos 902.148,68	-	20 PFs e 02	-

		drogas ilícitas	Pote (São Luis/MA)	gramas de substâncias entorpecentes, entre maconha (691.199,60 gramas) e cocaína (210.949,08 gramas) apreendidos pela PF no Estado do Maranhão nos últimos 04 anos.		fiscais da vigilância snitária	
28/08	BOCA FECHADA	Tráfico Ilícito de Entorpecentes	São Luis/MA, Imperatriz/MA e Caxias/MA	dar cumprimento a diversos mandados de busca e apreensão expedidos pelos juízos criminais de São Luis, Imperatriz e Caxias, e proceder a prisões em flagrante de traficantes de drogas nas principais cidades do Maranhão em parceria com o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (SSP/MA).	12 (doze) bocas de fumo foram desmanteladas e muitos materiais apreendidos, como armas, drogas e munição. Dois menores também foram apreendidos na operação, dinheiro em espécie em montante superior a R\$ 10 mil, dezenas de petecas de crack, veículos (GM Vectra, caminhonete Mitsubishi L-200, VW Gol, táxi, com placa do Pará), vários papéis e documentos de interesse investigativo	Mais de 750 homens. 50 delegados, sendo 42 da Polícia Civil e 8 da Polícia Federal. Também foram acionados 300 policiais militares, 40 agentes da Polícia Federal e 140 policiais civis e outros do interior.	18
28/08	ROTA DOS COCAIS	Assaltos a banco	Coroatá/MA	finalidade de prevenir a ação de um grupo armado, formado por integrantes dos estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão, cuja intenção era executar um roubo à agência do Banco do Brasil localizada no município de Coroatá/MA, entre os dias 30 de agosto e 1º de setembro do ano de 2010. Foi mobilizado efetivo policial da SR/DPF/MA e da DPF/CXA/MA a fim de realizar a abordagem de parte do grupo ainda durante seu deslocamento,	automóvel	16	02
21/09	-	Crime Eleitoral	São Luis/MA	em atendimento a uma demanda do Ministério Público Eleitoral do Estado do Maranhão, a Polícia Federal	Panfletos de candidatos ao governo e a deputados estaduais, além de títulos	05	03

				deslocou-se até uma residência no bairro Recanto dos Vinhais, nesta capital, a fim de verificar a denúncia de que estariam sendo realizadas consultas médicas gratuitas, possivelmente, em troca de votos. No local, a PF encontrou uma médica realizando consultas, gratuitamente, vários panfletos (santinhos) com propaganda em favor de candidatos, títulos eleitorais e medicamentos de uso exclusivo hospitalar, cuja venda é proibida no comércio. Foram presas a médica, a proprietária da residência e uma paciente que estava sendo atendida. Com a proprietária da residência, foram encontradas ainda duas carteiras de trabalho, com sua foto e dois títulos de eleitor.	eleitorais e medicação proibida.		
03/10	ELEIÇÕES 2010	Crimes eleitorais	Capital e interior	<p>PF prendeu 12(doze) pessoas no Estado do Maranhão acusadas de crimes eleitorais, 06 na Capital e 06 no interior. Dos seis da Ilha de São Luís, dois foram presos na cidade de São José de Ribamar, um deles entregando santinhos na Avenida Panaquatira e o outro embriagado, fazendo baderna desacatou a juíza. Outro homem foi preso no bairro Ivar Saldanha, presidente de uma mesa eleitoral, chegou atrasado e embriagado, mais dois foram presos distribuindo santinhos nos bairros da Liberdade e Maiobão.</p> <p>Dos seis presos no interior, quatro foram flagrados em Pinheiro por suposta compra de votos e um em Zé Doca fazendo boca de urna. Houve ainda uma ocorrência em Santa Luzia relativa a abastecimento de veículos em favorecimento de candidatos.</p>	-	190 PFs	12

07/10	ASILO	Crimes contra a previdência	São Luis e Barreirinhas/MA	A operação tem a finalidade de dar cumprimento a 11 mandados nas cidades de São Luís/MA e Barreirinhas/MA, sendo 04 de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal de São Luis, e 07 mandados de intimação. A investigação foi iniciada em maio do corrente ano para apurar a prática de crimes em desfavor da Previdência Social que visavam à concessão fraudulenta de benefícios previdenciários e o usufruto financeiro ilegal de benefícios pré-existentes. A concessão indevida dos benefícios investigados gerou um prejuízo de R\$ 2.246.695,59 (dois milhões, duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos) aos cofres públicos. A quadrilha agia em municípios como Urbano Santos/MA, Belágua/MA, Tutóia/MA, Itapecuru-Mirim/MA e Barreirinhas/MA e é formada por beneficiários do INSS, laranjas, agenciadores de benefícios e promotores de crédito, investigados pelo cometimento dos crimes previstos nos arts. 171, § 3º, e 288, c/c arts. 29 e 30 do Código Penal.	documentação	25 PFs e 02 técnico do Ministério da Previdência	-
13/10	POINTER	Tráfico de armas	Imperatriz/MA	A Polícia Federal em Imperatriz/MA, realizando trabalho de fiscalização de rotina, apreendeu vasta quantidade de munições na quarta-feira (13.10.2010). A apreensão aconteceu em um ônibus da empresa TRANSBRASILIANA, que saiu do terminal rodoviário de Imperatriz com destino ao estado do Pará	Munições apreendidas, constantes de chumbo, pólvora, espoletas, próprias para carregamento de espingardas do tipo “por fora”, para caçadores e de calibre 12.	08 PF	01
19/10	RETROAÇÃO	Crimes contra a Previdência	Imperatriz/MA	A Força-Tarefa Previdenciária no MA desencadeou a Operação Retroação para investigar fraudes envolvendo funcionários da Previdência Social em Imperatriz/MA. As investigações levaram ao desarticulamento de uma quadrilha de fraudadores, composta por funcionários da Previdência e pessoas	documentação	47 PFs e 10 técnico do Ministério da Previdência	9

				<p>que funcionavam como intermediários, que falsificavam documentos públicos, principalmente certidões de óbito e declarações de exercício de atividade rural, para obter a concessão de benefícios previdenciários fraudulentos. A operação tem a finalidade de dar cumprimento a 18 (dezoito) mandados judiciais- 04 (quatro) de prisão preventiva, 05(cinco) de prisão temporária e 09(nove) de busca e apreensão- expedidos pela Vara Única Federal da Subsecção de Imperatriz/Ma, requeridos pela Polícia Federal, com parecer favorável da Procuradoria da República, executados nas cidades de Imperatriz/Ma e Dom Elizeu/PA. Prejuízo aos cofres públicos de R\$ 500.000,00</p>			
19/10	PANACEIA	coibir a venda de medicamentos pela internet	No Brasil e em mais 45 países.	<p>A PF, com o apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), deu início a Operação, com o intuito de coibir a venda de medicamentos pela internet. A ação que deu cumprimento no Brasil a 20 mandados de busca e apreensão nos estados do MA, RJ, MG, SP, PB, SC e CE, ocorreu também em 45 associados à Interpol, em todo o mundo.</p>	A nível nacional	de vários estados	

22 a 29/10	LIAMBA VI	Cultivo Ilícito de Maconha	Maracaçumé, Centro Novo do Maranhão, Turiaçú e Centro do Guilherme, no Maranhão	Polícia Federal no Maranhão e no Pará realizaram operação conjunta, denominada Liamba VI, com o objetivo de erradicar plantios ilícitos de maconha encontrados em diversos pontos dos dois estados. Os trabalhos estenderam-se até os municípios de Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá e Cachoeira do Piriá, no estado do Pará, e Maracaçumé, Centro Novo do Maranhão, Turiaçú e Centro do Guilherme, no Maranhão. Cerca de 32 toneladas de maconha deixaram de entrar no mercado consumidor em virtude da ação policial. A operação contou com a participação de helicópteros da Coordenação de Aviação Operacional (CAOP) da Polícia Federal e do Grupo Tático Aéreo (GTA) da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão.	Destruídos 58.166 covas, 126.093 pés, 63 plantios, 26 sementeiras, 21.463 mudas, 24.600 sementes e 2,000kg de maconha pronta para consumo	PFs do MA e DF e PMs	-
29/10	RAPINA VII	Desvios de Recursos Federais	Lago Verde/MA	A Polícia Federal apreendeu mais de R\$ 327 mil sacados irregularmente das contas do município de Lago Verde/MA, na agência do Banco do Brasil de Bacabal/MA. O dinheiro é proveniente de recursos federais, estaduais e municipais. Além do valor em espécie, foram encontrados com o tesoureiro e um funcionário do município 28 talões de cheques da prefeitura e alguns cheques em branco já com a assinatura do prefeito de Lago Verde. Foram utilizados mais de 40 cheques para fazer os saques de várias contas do município. os responsáveis, incluindo o gestor do município, responderão por crimes determinados pelo Decreto-Lei 201/1967, já que recursos não podem ser sacados, e os pagamentos só devem ser feitos por ordem bancária.	28 talões de cheques da prefeitura e alguns cheques em branco já com a assinatura do prefeito de Lago Verde. Também R\$ 327.972,00	12	2
31/10	ELEIÇÕES 2010	Crimes	Estado do	Polícia Federal prendeu no Maranhão, 01 mulher	-	-	-

		eleitorais	Maranhão	acusada de crime eleitoral na Ilha de São Luís. A mulher foi presa no bairro do São Francisco por estar votando no lugar de outra pessoa, a mesma era presidente da sessão eleitoral. Ocorreram também outros dois casos de pessoas que foram votar, porém não conseguiram, pelo fato de outras pessoas já terem votado no lugar das mesmas, isso aconteceu no bairro Monte Castelo, no Colégio Barbosa de Godói e no bairro Diamante na Faculdade São Luís.			
10/11	TEMPESTADE III	Assaltos a banco	Buriticupu/MA e Dom Eliseu/PA	Uma ação conjunta da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Superintendência de Investigações Criminais (SEIC) e Polícia Militar prendeu quatros assaltantes de banco quando transportavam armas com destino à região tocantina. O bando havia saído do município de Paragominas/Pará e seguia com destino a cidades da região tocantina, no Maranhão, onde planejava cometer assalto a uma agência bancária.	02 (duas) escopetas calibre 12, mais de 50 (cinquenta) munições, além de 02 (dois) celulares.	20 entre PF, PC e PM	04
22 a 26/11	BARRA LIMPA	Crimes praticados por indígenas	Reserva Cana Brava em Barra do Corda/MA	A PF realiza a Operação Barra Limpa para cumprimento de 36 mandados de prisão contra indígenas acusados por tráfico de drogas, roubo, estupro, extorsão, seqüestro, homicídio, entre outros crimes praticados na reserva Cana Brava, em Barra do Corda/MA. A Operação decorre de outra ação policial ocasionada na região após o bloqueio do tráfego na BR-226 pelos índios, que só foi liberada após intermédio da PF. Do total de 36, foram efetivadas 8 prisões, a constatação de 1 prisão já feita anteriormente, e o falecimento de 3 indígenas com mandado em aberto.	-	40 entre PF, Civis e Militares	8

Fonte: DREX e DRCOR/SR/DPF/MA

No Quadro de operações acima tem-se a atuação da Unidade nas principais ações operacionais realizadas no exercício. Mesmo com as contingências orçamentárias e financeiras a SR/DPF/MA conseguiu deflagrar aproximadamente 70(setenta) operações contra 50 no ano de 2009, com destaque à repressão aos assaltos a bancos, aos crimes previdenciários, tráfico de entorpecentes, aos crimes cibernéticos e desvios de recursos públicos federais. Com as operações Volante e Leviatã ocorridas em meados do exercício o número de assaltos a banco diminuiu bastante no final do exercício, destacando a ação do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal – COT, grupo de elite com sede em Brasília, que foi parceiro da Unidade nas ações mais perigosas, com 34(trinta e quatro) assaltantes presos (número muito superior que 2009) e 06(seis) mortos em confronto. Mesmo com ações mais discretas que 2009, a Unidade de Combate aos Desvios de Recursos Públicos se mostrou incansável no combate ao crime com deflagração de 04(quatro) operações fazendo o permanente monitoramento das ações dos gestores municipais com prisões sendo realizadas no presente momento do cometimento do crime. Vale destacar o crescimento do combate aos crimes cibernéticos com operações que resultaram nas prisões de 07 pessoas.

O tráfico de entorpecentes é um dos crimes mais combativos pela Superintendência em todo o Estado do Maranhão. Mesmo não acompanhando os números impressionantes na apreensão de drogas de 2009 (mais de 500kg de drogas ilícitas apreendidas) a Unidade desenvolveu suas funções conforme o quadro abaixo:

Tabela 6 – Apreensões de Entorpecentes

<i>SUBSTÂNCIA</i>	<i>QUANTIDADE</i>
<i>Maconha (kg)</i>	<i>81,385</i>
<i>Cocaína (kg)</i>	<i>7,117</i>
<i>Pasta base (kg)</i>	<i>147,666</i>
<i>Crack (kg)</i>	<i>7,617</i>
<i>Merla (kg)</i>	<i>1,194</i>
<i>Haxixe (kg)</i>	<i>-</i>
<i>Ecstasy (un)</i>	<i>5,0</i>
<i>Lança perfume (un)</i>	<i>1,0</i>
<i>LSD (un)</i>	<i>-</i>
<i>Pés de maconha destruídos (un)</i>	<i>218.008</i>
<i>Mudas de maconha destruídas (un)</i>	<i>56.990</i>
<i>Sementes de maconha destruídas (kg)</i>	<i>112,208</i>
<i>Número de Presos (un)</i>	<i>64</i>

Fonte: Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE/MA).

A tabela abaixo mostra os trabalhos desenvolvidos pela Base da Operação ARCO DE FOGO no Maranhão:

Tabela 7 – Operação ARCO DE FOGO

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
<i>Inquéritos Policiais (IPL)</i>	00
<i>Termos Circunstanciados (TC)</i>	54
<i>Prisões</i>	01
MATERIAL	QUANTIDADE
<i>Veículos (un)</i>	06
<i>Tratores (un)</i>	01
<i>Motosserras (un)</i>	04
<i>Maquinário de serraria (un)</i>	107
<i>Carvão vegetal (mdc)</i>	100
<i>Madeira serrada (m³)</i>	593,015
<i>Madeira em toras (m³)</i>	678,386
<i>Madeira indiscriminada (m³)</i>	9,638

Fonte: OAF/DREX/SR/DPF/MA. Dados de janeiro a julho de 2010.

Com relação ao tráfico de armas no estado a Unidade não realizou operação específica para combatê-lo, mas, através das apreensões das operações acima detalhadas, dezenas de armas foram tiradas deste mercado negro, com destaque para as apreensões das Operações LEVIATÃ e VOLANTE. Através do SINARM (Sistema Nacional de Armas), a Polícia Federal/MA realizou as seguintes atividades:

Tabela 8 – Produção do SINARM

SERVIÇO	2010	2009	% 2010/2009
Registros de arma de fogo	7589	4107	184,78%
Autorizações para compra de arma de fogo	581	305	190,49%
Portes de arma de fogo emitidos	74	60	123,33%
Portes de arma de fogo negados	72	42	171,43%
PRINCIPAL PASSIVO ATUAL	QUANT		
Registros de arma de fogo pendentes (Correios)	00		
Registros de arma de fogo pendentes (Campanha Desarmamento de 2009)	00		

Legenda:

SERVIÇO - Descrição do serviço prestado.

2010 - Quantificação do serviço prestado durante o ano de 2010.

2009 - Quantificação do serviço prestado durante o ano de 2009.

% 2010/2009 – Comparativo, em percentual, do serviço durante o ano de 2010 e o ano de 2009.

Fonte: SINARM.

Outra atribuição de atividade-fim de suma importância para a área policial são as perícias e laudos realizados pela Unidade referentes às ações de criminalística e identificação. A SR/DPF/MA

segue os padrões da Criminalística do INC/DITEC/DPF, tanto na execução dos exames como na elaboração do laudo. De acordo com a área da perícia e a complexidade do exame tem-se preferencialmente utilizado uma dupla de Peritos, mas em alguns casos apenas um perito tem executado a rotina completa. Resumem-se a seguir os resultados atingidos, incluindo outros “produtos” do SETEC/SR/DPF/MA.

Tabela 9 – Atividades do Setor Técnico e Científico

Resultado			
Tipo de Documento	Total	Acumulado	Total Geral
Informação	35	0	35
Informação Técnica	89	0	89
Laudo	624	0	624
Memorando	305	0	305
Memorando Circular	1	0	1
Ofício	172	0	172
Relatório Técnico	10	0	10
TOTAL	1236	0	1236

Relatório emitido em 31/12/2010 às 11:42, utilizando dados extraídos em 30/12/2010 às 22:54

Fonte: SISCRIM

Quadro a seguir mostra comparativamente a produtividade (apenas laudos) dos quatro anos anteriores, com as pendências ao final de cada ano.

Tabela 10 – Comparativo de Laudo Emitidos

	2007	2008	2009	2010
Nº de solicitações de perícia	646	838	627	582
Nº de laudos emitidos	572	947	647	624
Nº de pendências ao final do ano	181	149	65	14
PRODUTIVIDADE NO ANO	88 %	113 %	103 %	107 %

Fonte: SisCrim

Na relação acima estão computados as pericias executadas em apoio às unidades da Polícia Federal em Goiás e Rondônia e ao ICRIM/MA da Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão.

Por fim, tem-se, abaixo a metodologia utilizada para funcionamento do Cartório Central, responsável pelo andamento do produto final da SR/DPF/MA, que é o inquérito policial, base de cálculo do índice estatístico do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade.

No primeiro semestre/2010 ocorreu, na Unidade a implantação efetiva do denominado Cartório Central ou Cartório Único. Todos os escrivães passaram a ser lotados no NUCART, deixando as delegacias. O sistema de trabalho implementado consiste na produção em série. Foram estabelecidas funções dentro do NUCART (chefia, triagem, distribuição e execução) e estipulada uma pontuação para cada tipo de trabalho efetuado (por exemplo, autuação=5 pontos, inclusão no

Siscart=10 pontos, etc). O objetivo de tal pontuação foi permitir uma melhor distribuição do trabalho, de forma que todos os EPFs tivessem a mesma quantidade aproximada de serviço. A tabela abaixo ilustra, de forma completa, a distribuição de pontos atribuídos a cada tipo de atividade.

Tabela 11 – Distribuição de Pontos do Cartório Central

ATIVIDADE	UNIDADE	PONTUAÇÃO	QUANTID ADE	PONTOS ATRIBUÍDOS
Abertura de Volume	Un	5	1	5
Acompanhar advogado/xerox IPL	Vol	10	1	10
Apensamento sem numeração	Vol	10	1	10
Apensamento com numeração	Vol	20	1	20
Autuação IPL < 100 fls.	Un	15	1	15
100 fls. < Autuação IPL < 250 fls.	Un	20	1	20
Autuação IPL > 250 fls.	Un	25	1	25
Auto de Apreensão < 10 itens	Un	10	1	10
10 < Auto de Apreensão < 30 itens	Un	15	1	15
Auto de Apreensão > 30 itens	Un	20	1	20
Confecção de Ofício/Memorando	un	5	1	5
desentranhamento	Un	3	1	3
INCLUSÃO SISCART-ipl, tc	Un	10	1	10
Indiciamento Completo	Un	25	1	25
Indiciamento Parcial (pic, bvp)	Un	10	1	10
Indiciamento indireto	un	10	1	10
Intimação	Un	5	2	10
Inquirição Parcial (só assina)	Un	5	1	5
Juntada < 50 fls.	Un	3	1	3
50 fls. < Juntada < 100 fls.	Un	5	1	5
100 fls.< Juntada	Un	10	1	10
preparação dossiê IPL até 50 fls	un	10	1	10
Remessa de Procedimento sem Juntada	Un	1	1	1
saneamento de IPL	un	5	1	5
Termo de Entrega < 10 itens	Un	5	1	5
10 < Termo de Entrega < 30 itens	Un	10	1	10
Viagem a serviço	Dias	75	1	75
REDISTRIBUIÇÃO	UN	5	1	5

A partir da implantação de tal metodologia, problemas rotineiros, tais como, férias, licenças, viagens em missões, deixaram de conturbar o funcionamento da Superintendência, haja vista o fato de que pelo sistema de produção em série, sem vinculação direta de um EPF a um DPF, os servidores remanescentes absorvem a carga de trabalho do servidor ausente.

Com fim em 2009, do PROJETO COPAS, rigorosas medidas de controle e estabelecimento de metas foram implantadas na SR/DPF/MA. Por meio de controle mensal de estatísticas e acompanhamento individual de cada delegado e escrivão, a produção da SR teve um salto considerável.

Nos meses finais de 2009, cerca de 500 notícias crimes se encontravam paradas nesta DREX, juntamente com a maior parte dos IPL's da Superintendência. Tal problema foi parcialmente sanado com a vinda de dois delegados, em missão, com o único propósito de se instaurar todos os expedientes parados. Da mesma forma, todos os IPLs que se encontravam parados foram distribuídos para as autoridades policiais, privilegiando-se, na medida do possível, a especialização. Atualmente,

não existem expedientes represados e, uma vez por mês, todas as notícias são distribuídas para as autoridades policiais da Unidade, as quais, por meio de tabelas, informam à DREX, mensalmente, a produção de cada mês, viabilizando-se o acompanhamento de cada servidor envolvido no trabalho. Da mesma forma, existe o acompanhamento da produtividade individual de cada EPF, evitando-se o descompasso entre os servidores e viabilizando-se o aumento da produção. Como resultado, com dados apenas dos IPLs de São Luis/MA (sede da unidade), a SR/DPF/MA que em 31/12/2009 estava com 4.320 inquéritos em andamento, reduziu esse número para 3.683 em 31/12/2010 (diminuição de 15%). Vale ressaltar os números de produtividade da SR/DPF/MA (São Luis) que é o resultado percentual de IPL's relatados/instaurados. Em 2009 a produtividade final foi de 73%, em compensação no presente exercício foi de 165%. Quando se inclui as DPF/CXA e DPF/ITZ os números de produtividade que em 2009 era de 82% passaram para 155%, resultado bastante positivo para o exercício.

Finalizando a análise do Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade) tem-se a *Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação*.

O valor disponibilizado foi de R\$ 10.770,00 usado especificamente para pagamento de empresas e pessoa física nos referidos cursos: *Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos; A mídia sem mistério; Elaboração e Especificação de Bens e Serviços na Administração Pública*.

Destaca-se que a SR/DPF/MA, à parte dos recursos da ação acima citada, usou sua cota orçamentária de passagens e diárias para capacitação de seus servidores, tanto na área policial como na administrativa, mas sempre contingenciando-a, visando a realização de suas operações policiais.

Abaixo, segue algumas dos principais eventos de capacitação que os servidores da unidade participaram:

Tabela 12 – Atividades de Capacitação de Servidores

OBJETIVO	ÁREA CONTEMPLADA	SERVIDORES PARTICIPANTES	PERÍODO (ANO 2010)	LOCAL
MINISTRAR CURSO PRATICO DE INCLUSAO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE OMP, BEM COMO CADASTRAMENTO DE SERVIDORES NO SISTEMA SCDP NAS DELEGACIAS DE CAXIAS E IMPERATRIZ/MA.	Administrativa	01	10 a 23/01	Caxias/MA e Imperatriz/MA
IMPLANTAR O SISTEMA SISCART NA DPF/CAXIAS/MA E HABILITAR OS SERVIDORES USUÁRIOS.	Policial	01	24 a 30/01	Caxias/MA
PARTICIPAR DO II ENCONTRO DE CHEFES DAS DELEPAT'S NA CIDADE DE SALVADOR/BA.	Policial	01	26 a 30/01	Salvador/BA
PARTICIPAR DO CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM AFIS NO INI/DITEC/DPF EM BARAŞÍLIA/DF, CONFORME SOLICITAÇÃO DE RECRUTAMENTO N 002/2010-DESIN/DITEC.	Policial	01	07 a 12/02	Brasília/DF
PARTICIPAR DO ENCONTRO NACIONAL DE INVESTIGADORES DE FRAUDES BANCÁRIAS ELETRÔNICAS EM BRASÍLIA/DF.	Policial	01	08 a 12/02	Brasília/DF

DAR CONTINUIDADE AO TREINAMENTO DO USO DO SISCART NA DPF/CXA/MA E PRESTAR APOIO NAS ATIVIDADES CARTORÁRIAS EM PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS POLICIAIS EM TRAMITAÇÃO NAQUELA DESCENTRALIZADA.	Policial	01	18/02 a 19/03	Caxias/MA
APLICAR PRÉ-TESTE PARA INDICAÇÃO E SERVIDOR AO CURSO DE INSTRUTOR DE TIRO DA ANP, EM IMPERATRIZ/MA.	Policial	02	19/02	Imperatriz/MA
DESLOCAR-SE À CIDADE DE SÃO LUIS/MA PARA REALIZAÇÃO DE TESTE DE TIRO, O QUE HABILITARÁ O CANDIDATO A PARTICIPAR DO 7.º CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DE ARMAMENTO DE TIRO A SER REALIZADO NA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA FEDERAL.	Policial	02	19 a 20/02	São Luis/MA
PARTICIPAR DO CURSO AVANÇADO DE ANÁLISE, BEM COMO PERMANECER EM MISSÃO NA CGPFAZ, PARA FINS DE APERFEIÇOAMENTO EM BRASÍLIA/DF.	Policial	01	21/02 a 22/04	Brasília/DF
PARTICIPAR DO II CURSO DE MEDIDAS EM SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO E TELEMÁTICA EM BRASÍLIA/DF (INC/DITEC/DPF)	Policial	01	21 a 26/02	Brasília/DF
PARTICIPAR DO CURSO AVANÇADO DE ANÁLISE, BEM COMO PERMANECER EM MISSÃO NA CGPFAZ, PARA FINS DE APERFEIÇOAMENTO EM BRASÍLIA/DF.	Policial	01	21/02 a 04/06	Brasília/DF
1º MINI CONGRESSO DE PORTOS MARÍTIMOS E INTERDIÇÃO DE CARGAS, ORGANIZADO PELA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE ALFÂNDEGA E PROTEÇÃO DE FRONTEIRAS (CBP) DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INTERNA DOS ESTADOS UNIDOS.	Policial	01	22 a 27/02	Rio de Janeiro/RJ
ATUAR COMO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE CRIMES CIBERNÉTICOS NO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ESCRIVÃO NA ANP EM BRASÍLIA/DF.	Policial	01	23/02 a 13/03	Brasília/DF

IV CURSO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA DE FORMA INTEGRADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	Administrativa	03	28/02 a 04/03	Brasília/DF
VII CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DE ARMAMENTO DE TIRO A SER REALIZADO NA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA	Policial	01	28/02 a 20/03	Brasília/DF
PARTICIPAR DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL "COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA MOEDA CONTRA A CONTRAFAÇÃO.	Policial	01	06 a 12/03	Brasília/DF
ATUAR COMO INSTRUTOR NO II CURSO DE TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO DE INTELIGÊNCIA EM DELEPAT	Policial	01	07 a 10/03	São Paulo/SP
MINISTRAR TREINAMENTO DE ARMAMENTO E TIRO	Policial	03	08 a 12/03	Imperatriz/MA
II CURSO DE GESTÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PORNOGRAFIA INFANTIL PELA INTERNET.	Policial	02	09 a 19/03	Brasília/DF
TREINAMENTO DE ATUALIZAÇÃO NO SOFTWARE ARCGIS,	Policial	01	14 a 19/03	Brasília/DF
PARTICIPAR DO CURSO DE FERRAMENTAS DE ANÁLISE I2 - MÓDULO USUÁRIO-REGIÃO NORDESTE (INTELIGÊNCIA POLICIAL)	Policial	02	02 a 08/05	Fortaleza/CE
PARTICIPAR DE TREINAMENTO DO SICRO3, SISTEMA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS PÚBLICAS DO DNIT	Policial	01	27/04 a 01/05	Brasília/DF
PARTICIPAR DO CURSO "GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS" PROMOVIDO PELA EMPRESA NEGOCIOS PÚBLICOS	Administrativa	02	26 a 29/04	Salvador
PARTICIPAR DO ENCONTRO TÉCNICO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE INTELIGÊNCIA	Policial	01	26 a 30/04	Belém/PA
CAPACITAÇÃO EM METODOLOGIA DE PROJETOS NO INC/DITEC/DPF	Policial	01	11 a 17/04	Brasília/DF
CURSO BÁSICO DE MERGULHO POLICIAL	Policial	02	18 a 24/04	Rio de Janeiro/RJ
ENCONTRO DE GESTORES DE TELECENTRO	Administrativa	01	11 a 17/04	Brasília/DF

CURSO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NOS GTEDS(GRUPO TÉCNICO D EDIFICAÇÕES NAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	Policial	02	02 a 08/05	Brasília/DF
CURSO AVANÇADO DE REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA	Policial	01	09 a 15/05	Brasília/DF
XVII SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA ORGANIZADA PELA ESAF	Administrativa	01	23 a 29/05	Belém/PA
PARTICIPAR DOS CURSOS DE TREINAMENTO NO SOFTWARE PCI GEOMANTICS E NO TREINAMENTO AVANÇADO DE INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS SAR,	Policial	01	16/05 a 03/06	Brasília/DF
I (PREVENÇÃO) E II (INVESTIGAÇÃO) MÓDULOS DO CURSO DE SEGURANÇA DE VÔO NO CENIPA – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	Policial	01	16/05 a 02/07	Brasília/DF
II CURSO DE TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO DE PORNOGRAFIA INFANTIL	Policial	01	03 a 11/06	Brasília/DF
PROFESSOR DA DISCIPLINA "POLÍCIA DE MEIO AMBIENTE", NOS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTE E DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL	Policial	01	24/05 a 11/06	Brasília/DF
PROCEDER A INSTRÇÕES DE MANUSEIO DE EQUIPAMENTOS DISCRETOS NA UIP/ITZ/MA	Policial	02	07 a 09/06	Imperatriz/MA
IV ENCONTRO NACIONAL DE REPRESSÃO AO TRÁFICO ILCITO DE ARMAS(IV ENARTHA),	Policial	01	06 a 12/06	Maceió/AL
EXPOSIÇÃO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA A ESTUDANTES	Policial (02) Administrativo (01)	03	27 a 29/05	São Bento/MA
II CURSO AVANÇADO DE DEFESA PESSOAL POLICIAL PARA PROFESSORES – CAPACITAÇÃO EM COMBATE COM FACA	Policial	01	06 a 12/06	Brasília/DF
TREINAMENTO EM ASSUNTOS RELACIONADOS À CONCESSÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS	Administrativa	01	07 a 26/06	Araguaína/TO

PARA CAPACITAR OS POLICIAIS NOS ASSUNTOS ATINENTES À COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL EM ANÁLISE DE CASOSBEM COMO NAS FERRAMENTAS DISPONIBILIZADAS PELA OIPC-INTERPOL E DAR SUPORTE AS ATIVIDADES DO PROJETO DPF NO MUNDO	Policial	01	30/05 a 11/06	Brasília/DF
CURSO SOBRE A BASE NACIONAL DE FRAUDE BANCÁRIA	Policial	01	20/06 a 17/07	São Paulo/SP
ESTÁGIO SOBRE CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO NA SR/DPF/AC	Administrativa	01	21/06 a 20/07	Rio Branco/AC
PARTICIPAR DE TREINAMENTO NA BASE NACIONAL DE FRAUDES BANCÁRIAS EM SÃO PAULO/SP (PROJETO TENTÁCULOS).	Policial	01	04 a 19/07	São Paulo/SP
PARTICIPAR DO GRUPO DE TREINAMENTO DE MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS NA ANP.	Policial Administrativa	01 01	22 a 26/08	BRASÍLIA/DF
REALIZAR TREINAMENTO PARA SERVIDORES DAS DPF/CXA E ITZ/MA SOBRE A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA SCDP.	Administrativa	10	25/08 a 10/09	Caxias e Imperatriz/MA
PARTICIPAR DA II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PERÍCIAS EM CRIMES CIBERNÉTICOS – ICCYBER 2010	Policial	01	14 a 18/09	Brasília/DF
PARTICIPAR DO CURSO DE EXPLORAÇÃO DE DOCUMENTOS PREVIDENCIÁRIOS A SER REALIZADO NA ANP/BRASÍLIA.	Policial	01	13 a 17/09	Brasília/DF
PARTICIPAR DO CURSO REGRESSÃO LINEAR, PROMOVIDO PELO IBAPE/MA - INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA - SEÇÃO MARANHÃO.	Policial	01	02 a 04/09	São Luis/MA
PARTICIPAR DO CURSO ESPECIAL DE SUPERVISOR DE SEGURANÇA PORTUÁRIA ORGANIZADO PELA CONPORTOS, EM BRASÍLIA/DF.	Policial	01	26/09 a 01/10	Brasília/DF
PARTICIPAR DO 1º CURSO DE GESTÃO DE OPERAÇÃO DE INTELIGENCIA PREVIDENCIÁRIA DESTINADO A DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL QUE EXERCEM CHEFIA DE DELEPREV OU COORDENAÇÃO REGIONAL DE FORÇA-TAREFA PREVIDENCIÁRIA	Policial	02	07 a 13/11	Brasília/DF

CONFIGURAR O SIGEPOL NA DELEGACIA DE IMPERATRIZ/MA, PARA CENTRALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS NA SR/DPF/MA E MINISTRAR CURSO ACERCA DOS MÓDULOS OM/OSA, SRH E CAUTELA.	Policial e Administrativa	10	20 a 22/10	Imperatriz/MA
MINISTRAR AULA NO CURSO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA PREVIDENCIÁRIA, EM BRASÍLIA/DF.	Policial	01	10 a 11/11	Brasília/DF
MINISTRAR AULAS DE ARMAMENTO E TIRO NO VII CURSO TÁTICO DE OPERADOR DE FUZIL	Policial	01	14 a 27/11	Boa Vista/RR
PARTICIPAR DO CURSO DE LINGUAGEM CORPORAL E SINAIS DE MENTIRA A SER REALIZADO NA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA FEDERAL/DF	Policial	01	02 a 08/11	Brasília/DF
PARTICIPAR DE CURSO DE CAPACITAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, A SER REALIZADO NA CGU-CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO.	Policial	01	07 a 13/11	São Luis/MA
III CURSO DE TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO – CCOT, MINISTRADO PELO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS (COT/DIREX/DPF).	Policial	08	07/11 a 04/12	Brasília/DF
APRESENTAR O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC, NA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA – ANP, CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.	Policial	01	23 a 25/11	Brasília/DF
CURSO AVANÇADO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	Policial	01	21/11 a 03/12	Brasília/DF
CURSO DE TÁTICA DE INFILTRAÇÃO E USO DE INFORMANTES NAS (CUSTEADO PELA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS)	Policial	01	22 a 26/11	Brasília/DF
PARTICIPAR DO ENCONTRO RACIONAL DE CHEFES DE DELEPREV'S (CUSTEADO PELO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O DPF E MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL).	Policial	02	24 a 27/11	Fortaleza/CE

PARTICIPAR DO ENCONTRO DE SUPERINTENDENTES E DA CONFERENCE ON FUGITIVES.	Policial	01	05 a 11/12	Salvador/BA
MINISTRAR PALESTRA NO 7º ENCONTRO ANUAL DE COORDENADORES DE NÚCLEOS ESTADUAIS DA APEGR E DE COORDENADORES DE FORÇAS-TAREFAS PREVIDENCIÁRIA.	Policial	01	05 a 07/12	Ouro Preto/MG
I ENCONTRO NACIONAL SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS (DESPESAS PAGAS PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO)	Policial	01	07 a 10/11	Belo Horizonte/MG
PARTICIPAR DO ENCONTRO DE CHEFES DE SIPS E NIPS.	Policial	01	07 a 11/12	Florianópolis/S C.
PARTICIPAR DO V SEMINÁRIO DE PERÍCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS	Policial	02	28/11 a 03/12	Brasília/DF
SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS PARA O COMBATE À PIRATARIA	Policial			

No quadro acima, em 68 eventos realizados, a SR/DPF/MA, juntamente com os órgãos centrais do DPF, realizou a capacitação de 110 servidores, correspondente a 40% (quarenta e cinco por cento) de seu quadro de pessoal, número menor que o ano anterior devido principalmente às restrições financeiras impostas pelos órgãos centrais do DPF. Houve um crescimento no número de cursos realizados na própria Unidade, bem como em suas delegacias no interior do Estado, além do uso de vídeos-conferência, diminuindo assim despesas decorrentes de viagens. As atividades abrangeram a maioria das áreas de atuação da polícia federal, com destaque para o trabalho infantil, crimes cibernéticos, crimes previdenciários, tráfico de pessoas, táticas de polícia de elite, área de inteligência, direitos humanos, instrução de tiro, perícias ambientais e outras, contando com o apoio da Academia Nacional de Polícia, Instituto Nacional de Criminalista, embaixada dos Estados Unidos, além de realizar com apoio de outras instituições, cursos na área de recursos humanos, gestão orçamentária, licitações e gestão pública para servidores administrativos.

2.3.1.1.4) Programa 0750 – Apoio administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal. Neste Programa foram disponibilizados R\$ **4.837.717,21**. Neste programa a SR/DPF/MA recebeu na *Ação 2000 – Administração da Unidade*, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade. Foram pagos nesta ação R\$ **4.837.717,21**. A execução desta Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Regional, uma vez que financia as despesas de atividade-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e

outras. Com a finalidade de aprimorar os controles existentes foi desenvolvido o sistema informatizado de controle de acesso das viaturas o qual propiciou controle mais efetivo sobre a frota da Superintendência, através do SIGEPOL (Sistema Eletrônico de Gerenciamento Policial), além de tomadas de decisões que racionalizasse o uso dos recursos financeiros.

2.3.1.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Este programa tem como objetivo geral fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça, aprimorando a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal. No programa há a *Ação 8979 – Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal*. Nesta ação foram empenhados R\$ 33.383,60 para construção da Unidade Técnica-Científica da Delegacia de Polícia Federal no Maranhão – UTEC/DPF/ITZ/MA que servirá de base para emissão de laudos periciais das diversas operações, investigações e demandas de combate aos crimes de competência da polícia federal em toda a circunscrição daquela delegacia. Os recursos migraram para restos a pagar não processados, devido, após aberta licitação por 02(duas) vezes não haver interessados na proposta oferecida pela administração no presente exercício. O processo encontra-se em andamento para o ano de 2011.

2.3.1.1.6) – Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI)

O Programa 1453 visa modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça, enfrentando a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social. A *Ação 8375 – Campanha de Desarmamento* faz parte deste programa. O Departamento de Polícia Federal em todos os Estados da Federação é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste no incentivo, mediante indenização, da entrega de arma de fogo em posse dos cidadãos, que, inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo para a Campanha de Regularização de 2009. O valor empenhado nesta ação foi de R\$ 6.600,00 e se destinou a promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo. O número de armas entregue neste ano foi de 05 armas. As indenizações pagas referem-se, também, às armas entregues nos anos anteriores.

Neste Programa há, também a *Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas*. O valor empenhado nesta ação foi de R\$ 82.435,97 auxiliando o enfrentamento ao crack e outras drogas mediante o custeio e manutenção de operações no Estado, com destaques para as Operações LIAMBA IV e VI, já comentadas. A apreensão do crack no Estado do Maranhão foi de 7,617kg.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

UG	Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista ³	Meta realizada ³	Meta a ser realizada em 2011 ³
200388	09	271	0087	8452	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	09	272	0089	0181	OP	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	09	122	0750	2000	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	06	122	0750	2000	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	06	422	1453	20EV	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	06	422	1453	8375	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	200389	06	125	0662	2679	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica
06		183	0662	2720	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06		181	0662	2726	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06		128	0662	4572	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06		122	0750	2000	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06		181	1353	8979	A	Não disponível	Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ A UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF

Tendo em vista que a SR/DPF/MA atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, nos subitens do item 2.3.1.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200388
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL – FUNAPOL	30109	200389

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital
Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas
Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200388	2000	474,99	-	4.815.661,89
			0181	47.464,46	-	-
			20EV	-	-	145.901,62
			8375	-	-	6.600,00
		8452	-	-	6.323,27	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				1 – Pessoal e Encargos	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	200389	2000	-	-	24.381,08
			2679	-	-	298.601,63
			4572	-	-	10.770,00
			2726	-	-	2.595.806,92
			2720	-	-	300.853,17
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	200388	2000	92.418,78	-	-
	Recebidos	200389	2772	21.926,65	-	-
			8979	33.383,60	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	recebidos	-	-	-	-	-

Fonte:

A SR/DPF/MA somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora sendo que para a rubrica investimentos foi recebido R\$ 147.729,03. Deste montante, destaca-se a compra de um servidor de informática para área de inteligência no valor de R\$ 82.290,00, bem como a contratação da construção da UTEC/DPF/ITZ/MA (Unidade Técnico-Científica da Delegacia de Polícia Federal no Maranhão) que é de R\$ 33.383,60.

No tocante às despesas correntes estas totalizaram R\$ 8.204.899,58 no exercício de 2010. Este montante é suficiente apenas para atender o pagamento de diárias e dos contratos já assinados

com seus fornecedores, sem ampliação, não atendendo assim a demanda existente tanto de novos contratos como de aditivos para os já existentes.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	*	*	*	*
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ¹				
Diárias				
Outros				

* → Não se aplicam à unidade, tendo em vista que os recursos arrecadados nesta Unidade Gestora são recolhidos à Coordenação de Orçamento e Finanças – COF/DLOG.

2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de

Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	*	*	*	*	*	*	*	*
Elementos de Despesas								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Elementos de Despesas								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
Elementos de Despesas								

* → Não se aplicam à unidade, tendo em vista que os recursos arrecadados nesta Unidade Gestora são recolhidos à Coordenação de Orçamento e Finanças – COF/DLOG.

2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro não se aplica à unidade, tendo em vista que os recursos arrecadados nesta Unidade Gestora são recolhidos à Coordenação de Orçamento e Finanças – COF/DLOG.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	2.269.999,98	2.790.695,59	2.269.999,98	2.790.695,59
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	98.008,96	0,00	98.008,96	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.171.991,02	2.790.695,59	2.171.991,02	2.790.695,59
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.493.472,62	1.525.057,46	1.493.472,62	1.525.057,46
Dispensa	1.449.026,86	1.374.169,37	1.449.026,86	1.374.169,37
Inexigibilidade	44.445,79	150.888,09	44.445,79	150.888,09
Regime de Execução Especial	483.330,90	645.275,00	483.330,90	645.275,00
Suprimento de Fundos	483.330,90	645.275,00	483.330,90	645.275,00
Pagamento de Pessoal	2.194.551,18	2.572.851,03	2.194.551,18	2.572.851,03
Pagamento em Folha ¹	-	-	-	-
Diárias	2.194.551,18	2.572.851,03	2.194.551,18	2.572.851,03
Outros	118.220,86	417.507,73	118.220,86	417.507,73

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	47.939,45	-	47.939,45	-	-	-	47.939,45
08 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	-	19.699,82	-	19.699,82	-	-	-	19.699,82
91 – SENTENÇAS JUDICIAIS	-	26.874,65	-	26.874,65	-	-	-	26.874,65
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1364,98	-	1364,98	-	-	-	1364,98
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	6.537.980,37	7.856.069,32	6.331.301,36	7.856.069,32	206.679,01	-	6.327.182,82	7.546.213,65
14 – DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	2.194.551,18	2.572.851,03	2.157.166,00	2.572.851,03	37.385,18	0,00	2.154.643,68	2.572.851,03
30 – MATERIAL DE CONSUMO	623.287,56	922.470,25	559.590,82	922.470,25	63.696,74	28.775,19	558.594,60	767.566,91

33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	418.146,47	378.869,59	414.780,09	378.869,59	3.366,38	1.213,17	3.366,38	372.435,51
36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	991.296,58	1.119.144,29	991.296,58	1.119.144,29	0,00	0,00	991.296,58	1.119.144,29
37 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	939.522,05	1.219.405,84	910.140,44	1.219.405,84	29.381,61	6.303,85	910.140,44	1.104.086,90
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	1.250.741,59	1.190.893,55	1.180.559,65	1.190.893,55	70.181,94	33.622,91	1.180.559,65	1.157.694,24
47 – OBRIG. TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.150,00	34.926,98	1.138,00	34.926,98	12,00	0,00	1.138,00	34.926,98
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.214,08	57.692,73	2.214,08	57.692,73	0,00	0,00	2.214,08	57.692,73
93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	117.070,086	359.815,06	114.415,70	359.815,06	2.655,16	4.764,26	114.415,70	359.815,06

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	242.961,95	147.729,03	197.075,95	147.729,03	45.886,00	147.729,03	197.075,95	88.128,78
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES	-	33.383,60	-	33.383,60	-	33.383,60	-	0,00
52 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – OP. INTRA-ORÇ	242.961,95	114.345,43	197.075,5	114.345,43	45.886,00	203.309,60	197.075,95	88.128,78
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

No Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação, observa-se que não houve lançamentos de Tomada de Preços no presente exercício, em função do encerramento de contratos efetivados nesta modalidade de licitação. Deu-se continuidade na realização de licitações na modalidade Pregão, por ter se mostrado mais eficiente e eficaz para administração pública, alcançando patamares de valores mais elevados que em 2009, tendo em vista a aquisição de equipamentos de informática, locação de mão de obra, aquisição de material de consumo e serviços diversos. Houve um decréscimo no valor da modalidade Dispensa de Licitação, em virtude da mudança final para nova sede. Durante o primeiro semestre de 2009 a SR/DPF/MA teve despesas com energia elétrica, tanto com as dependências do INCRA/MA (onde ainda se encontrava a sede da PF/MA), bem como com as recentes instalações do novo prédio da SR. Após a inauguração da atual sede e devolução da instalações do INCRA, a unidade diminuiu seus gastos com energia elétrica, contribuindo para diminuição do valor final da Dispensa de Licitação.

As despesas de suprimento de fundos aumentaram no exercício, em consequência do crescimento do número de operações policiais realizadas pela Unidade (aproximadamente um número 40% maior que 2009. Desse modo, pode-se correlacionar os acréscimos nas despesas com diárias com o aumento ocorrido na quantidade de operações deflagradas no ano, principalmente na área de combate ao tráfico ilícito de entorpecentes.

No Quadro A.2.12, com relação ao material de consumo houve um acréscimo de 30% nas despesas, devido a aquisição de materiais de expediente, informática e manutenção de veículos. Vale ressaltar que o aumento com despesas de locação de mão de obra ocorreram, basicamente, em função de reajustes contratuais previstos, relacionados aos serviços de limpeza, vigilância e outros. O acréscimo nas obrigações tributárias e contributivas deveu-se ao desmembramento da despesa de iluminação pública que até 2009, fazia parte das despesas de energia elétrica e atualmente, passou a ter classificação contábil específica, dentro da fatura emitida pela CEMAR. Outro item do quadro que sofreu uma relevante alteração (aumento de 300%) foi o 93 – Indenizações e Restituições, causada, principalmente pelo crescimento das remoções de servidores, no interesse da administração, dentro do DPF, fazendo com que a Superintendência realizasse o pagamento das devidas ajudas de custo.

Com relação ao Quadro A.2.13 referente a Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação, a Unidade realizou despesas apenas no item 52 – Equipamento e Material Permanente. Comparando com o ano anterior houve uma diminuição dos gastos em investimento, mas, o gasto foi realizado no Núcleo de Inteligência Policial, setor de relevante estratégia da aérea policial, através da compra de equipamentos de informática de alta geração. Considerando o item 51 – Obras e instalações foram empenhados R\$ 33.383,60 para construção da Unidade Técnica Científica na Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA que se encontra em andamento.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Não há indicadores institucionais nesta Unidade para o Desempenho Orçamentário/Financeiro.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
*		*			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
*	*	*	*	*	*
Razões e Justificativas: *					

Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 (conforme orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação no Sistema Integrado de Administração Financeira.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	525,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	9.432,32	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	2.381.829,15	201.109,40	2.137.040,63	244.788,52
2008	284.163,92	0,00	122.008,24	162.155,68
2007	173.166,95	0,00	60.695,85	112.471,13
Observações:				

Fonte: SIAFI

Com relação aos restos a pagar não processados nota-se que seu montante em 2009 foi bastante elevados em comparação com os exercícios anteriores porque no final de 2008 houve a contratação de empresas especializadas para efetuarem serviços no prédio que abrigaria a futura sede provisória da polícia federal, como serviços elétricos, pontos lógicos, informática, bem como aquisição de mobília em geral e equipamentos. Considerando que tanto os empenhos de serviços como os de equipamentos não foram liquidados no exercício de 2008, estes passaram para o exercício seguinte como restos a pagar não processados, tal fato pode ser comprovado, quando se observa os valores dos pagamentos dos restos a pagar não processados de 2009 que somaram R\$ 2.137.040,63. No que se refere aos restos a pagar processados, observa-se que a execução da nossa unidade é muito pequena, devido haver um controle arrogado sobre as despesas liquidadas, também no intuito de conseguir os recursos financeiros para a efetuação dos pagamentos. Por fim, destaca-se que para haver a liquidação das despesas as empresas deverão preencher uma série de exigências legais.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos	*	*	*	*
1.2 Servidores de Carreira	307	307	17	11
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	305	305	15	11
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	*	*	*
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	*	*	*	*
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	2	2	2	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	*	*	*	*
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	1	1	*	*
1.4.1 Cedidos	1	1	*	*
1.4.2 Removidos (SR/DPF/MA)	*	*	13	14
1.4.3 Licença remunerada	*	*	*	*
1.4.4 Licença não remunerada	*	*	*	*
2 Provimento de cargo em comissão	4	4	*	*
2.1 Cargos Natureza Especial	*	*	*	*
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4	*	*
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	4	4	*	*
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	*	*	*
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	*	*	*	*
2.2.4 Sem vínculo	*	*	*	*
2.2.5 Aposentado	*	*	*	*
2.3 Funções gratificadas	22	22	*	*
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	22	22	*	*
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	*	*	*
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	*	*	*	*
3 Total	307	307	30	26

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	*	*	*	*	*
1.2. Servidores de Carreira	18	145	51	89	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	*	*	*	*	*
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	*	*	1	*	*
2. Provimento de cargo em comissão	5	14	4	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	*	*	*	*	*
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	1	*	*
2.3. Funções gratificadas	4	12	3	2	1

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	*	*	*	01	72	234	*	*	*
1.1. Membros de poder e agentes políticos	*	*	*	*	*	*	*	*	*
1.2. Servidores de Carreira	*	*	*	01	72	233	*	*	*
1.3. Servidores com Contratos Temporários	*	*	*	*	*	*	*	*	*
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	*	*	*	*	*	01	*	*	*
2. Provimento de cargo em comissão	*	*	*	*	1	25	*	*	*
2.1. Cargos de Natureza Especial	*	*	*	*	*	*	*	*	*
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	*	*	*	*	*	04	*	*	*
2.3. Funções gratificadas	*	*	*	*	01	21	*	*	*

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	80	8
1.1 Voluntária	72	8
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	8	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	9	1
2.1 Voluntária	7	-
2.2 Compulsório	1	-
2.3 Invalidez Permanente	1	1
2.4 Outras	-	-

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	36	-
2. Proporcional	09	1

Fonte: SIAPE

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim	*	*	*	*	
<input type="checkbox"/> Área Meio	9	10	10	10	54.003,92
Nível Médio	*	*	*	*	*
<input type="checkbox"/> Área Fim	*	*	*	*	*
<input type="checkbox"/> Área Meio	*	*	*	*	*

Fonte: SIAPE

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	*	*	*	*	*	*	*	*
2009	*	*	*	*	*	*	*	*
2010	*	*	*	*	*	*	*	*
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	32.073.981,21	129.183,46	2.588.702,46	1.028.582,94	2.177.561,66	679.957,99	11.083,21	38.689.052,93
2009	34.508.448,59	140.375,31	2.994.640,41	1.128.576,25	2.294.273,30	965.930,01	7.233,19	42.039.477,06
2010	36.045.065,27	143.746,36	2.931.878,85	1.195.492,53	2.887.843,34	1.244.939,02	13.605,83	44.462.571,20
Servidores com Contratos Temporários								
2008	*	*	*	*	*	*	*	*
2009	*	*	*	*	*	*	*	*
2010	*	*	*	*	*	*	*	*
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	38.042,76	*	2.882,03	*	*	4.501,72	*	45.426,51
2009	124.295,18	*	10.888,15	3.959,69	*	9.587,35	*	148.730,37
2010	142.548,96	*	11.879,08	3.959,69	*	*	*	158.387,73
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	*	*	*	*	*	*	*	*
2009	*	*	*	*	*	*	*	*
2010	*	*	*	*	*	*	*	*
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	758.587,00	65.269,04	27.498,80	26.009,48	55.686,19	26.380,58	308,21	904.053,11
2009	833.175,16	70.359,22	105.269,57	34.175,18	19.969,82	11.601,45	-	1.054.580,44
2010	862.423,68	74.802,24	78.102,16	26.034,04	Não houve	2.043,00	3.236,25	1.046.641,37
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2.892.552,09	65.800,69	268.165,39	85.817,91	17.006,29	47.200,06	-	3.359.536,34
2009	3.198.793,48	66.395,80	281.288,54	92.609,07	14.064,67	46.454,56	-	3.681.178,20
2010	3.578.072,83	69.278,73	404.765,89	111.222,30	60.837,03	51.726,60	-	4.215.066,35

Fonte: SIAPE

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL													
UG/Gestão: SR/DPF/MA (200388)							CNPJ: 00.394.494/0027-75						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	Nº 09/2009	08.070.938/0001-90	20/01/2009	31/12/2011	-	-	-	X	-	-	P
2010	L	O	Nº 07/2010	11.873.594/0001-61	30/09/2010	31/12/2011	-	X	-	-	-	-	P
2009	L	O	Nº 28/2009	09.259.198/0001-05	04/08/2009	31/12/2011	-	X	-	-	-	-	P
2009	L	O	Nº 14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2011	-	X	-	-	-	-	P
2009	V	O	Nº 13/2009	08.888.686/0001-00	13/04/2009	31/12/2011	-	-	-	X	-	-	P
2006	V	O	Nº 18/2006	05.920.248/0001-94	01/11/2006	31/10/2011	-	-	-	X	-	-	P
2008	V	O	Nº 02/2008	08.692.482/0001-08	02/01/2008	31/12/2011	-	-	-	X	-	-	P
2007	L	O	Nº 15/2007	04.904.360/0001-79	04/05/2007	30/09/2010	-	X	-	-	-	-	E

Observação:**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos/SELOG/SR/DPF/MA

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante	
Nome: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	
UG/Gestão: SR/DPF/MA (200388)	CNPJ: 00.394.494/0027-75
Informações sobre os contratos	

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	Nº 19/2009	07.990.439/0001-58	24/08/2009	31/12/2011	-	-	-	x	-	-	P
2009	1	O	Nº 14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2011	-	-	-	x	-	-	P
2009	3	O	Nº 14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2011	-	x	-	-	-	-	P

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GESTÃO DE CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/MA

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Nº 09/2009	8	9	SR/DPF/MA
Nº 07/2010	7	2	DPF/CXA/MA
Nº 28/2009	7	5	DPF/ITZ/MA
Nº 14/2009	7	10	SR/DPF/MA
Nº 13/2009	8	8	DPF/ITZ/MA
Nº 18/2006	7	4	DPF/CXA/MA
Nº 02/2008	8	12	SR/DPF/MA
Nº 15/2007	7	2	DPF/CXA/MA
Nº 19/2009	1	5	SR/DPF/MA; DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA
Nº 14/2009	1	3	SR/DPF/MA
Nº 14/2009	3	2	SR/DPF/MA

LEGENDA**Área:**

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: GESTÃO DE CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/MA

*5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos
Não há indicadores nesta Unidade.*

- Absenteísmo

No universo de trezentas e uma pessoas tivemos oito servidores que somando seus dias de afastamento computaram 1685 dias, em razão de doenças graves, que ocasionou a aposentadoria de um servidor e os demais continuam em tratamento médico. O somatório das demais licenças resulta em 1319 dias, equivalente a 40% do afastamento total, ou seja, o programa de atenção à saúde do servidor, promovido nesta Regional tem dado resultado positivo, uma vez que fazemos acompanhamento de dosagem de glicose, aferição constante de pressão arterial, campanhas de vacinação, assistência social e acompanhamento médico através de consultas que levam a produção de receitas, cujo resultado é o atendimento imediato ao servidor evitando assim a prorrogação de alguma deficiência na saúde que o leve a ausentar-se do serviço.

Observa-se que desde a criação do Serviço Médico, onde estão lotados uma médica, um auxiliar de enfermagem e uma assistente social, o acompanhamento físico e psíquico do servidor está mais a miúdo, resultando em maior satisfação por parte do servidor, bem como qualidade de vida e ainda a segurança de estar sendo cuidado e que quando necessário tem o serviço à sua disposição.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

É uma preocupação muito grande da SR/DPF/MA que seus servidores estejam tranquilos e saudáveis para que desenvolvam suas atividades de forma a não sobrecarregar seu físico e mente. É uma grande preocupação deste Setor de Recursos Humanos a questão da síndrome de Burnout – sabemos que o servidor policial é um dos profissionais que tem a facilidade de adquirir tal síndrome. De outra forma observa-se que o estresse e o consumo de bebida alcoólica são fatores geradores de doenças ocupacionais. Estamos em um momento de despertar para tal problema, é preciso um trabalho mais acurado e o envolvimento maior dos nossos administradores para que tenhamos o suporte para amenizar os casos existentes e prevenir que não aconteçam.

Alguns acidentes de trabalho foram detectados quando da prática de educação física, mas os processos foram feitos e

- Rotatividade (turnover)

A rotatividade existente decorre das remoções por interesse da administração, como também em caso de liminar oferecida pela Justiça, haja vista alguns servidores serem detentores de problemas particulares que não são alcançados pelas normas de remoção do Departamento de Polícia Federal e, diante disto, procuram através da Justiça adquirir o direito. Dentro dos setores existentes nesta Regional o turnover é pequeno, uma vez que nota-se que os servidores estão satisfeitos em seus setores e que não existem pedidos de remoção de um setor para o outro que ultrapasse a um por ano, isto porque o Setor de Recursos Humanos busca sempre lotar o servidor de acordo com a competência.

- Educação Continuada

A Equipe de T&D tem a preocupação de manter os servidores atualizados quanto aos cursos oferecidos tanto pela ANP quanto pela SENASP, além do que existe a possibilidade de solicitação de cursos exclusivos para algumas áreas e que interessando aos servidores os processos serão feitos pela equipe e remetidos para nossa central em Brasília/DF para deferimento e liberação dos numerários para que seja efetivamente cursado, sendo importante frisar que todo servidor capacitado tem a obrigação de ser multiplicador e, é praxe desta Regional cobrar a apresentação do conteúdo adquirido aos interessados através de palestras. Outra forma existente de capacitação são cursos individuais arcados pelo próprio servidor. Pelo exposto, infere-se que a capacitação dos servidores está sendo tratada de forma prioritária para que o padrão de conhecimento seja mantido e a atualização profissional seja feita dentro do padrão DPF.

- Satisfação e Motivação

Sabemos que a motivação é intrínseca ao servidor e que o papel do RH é despertar naquele o que existe de interessante e que o leve a ter motivos para a ação. Dentro dessa ótica levamos os servidores a falarem de seus anseios, procuramos saber como estão nas suas áreas de atuação, se está satisfeito com os trabalhos que desenvolvem e, junto com a assistente social, damos o suporte para que exista harmonia em sua vida pessoal e mantenha o equilíbrio familiar para que este não interfira no resultado de suas atividades.

Com a mudança do prédio onde funciona atualmente a Superintendência o ambiente ficou bem mais harmônico, haja vista a limpeza, claridade, localização, amplitude dos ambientes que gera um bem-estar geral fazendo com que as pessoas se sintam mais valorizadas.

Uma variante que destoa de toda essa condição satisfatória é a carência de servidores, a discrepância salarial entre os cargos e a falta de uma avaliação mais moderna condizente com o sistema de meritocracia, como também a questão da gestão por competência que leve ao servidor, qualquer que seja o cargo, mas que tenha capacidade para exercer função de chefia, de ter oportunidade de sê-lo, sem esquecer a experiência e conhecimento, e só assim, estaremos sendo justos com todos.

- Disciplina

Na área de disciplina durante o exercício de 2010 foram formulados dois procedimentos administrativos disciplinares que envolveram dois servidores, tendo sido um concluído por repreensão do servidor e o outro está em vias de conclusão.

- Desempenho funcional

O Setor de Recursos Humanos tem procurado manter os servidores dentro da área que mais se identificam, estando sempre preocupado em buscar a eficiência e eficácia das ações mantendo o servidor satisfeito com o que produz e onde se sente mais produtivo. A visão do nosso Superintendente se coaduna com a moderna administração onde sabemos que as pessoas são o maior patrimônio de toda entidade, seja ela pública ou privada e, que a meta é que com a aplicação da gestão por competência alcancemos 100% de satisfação dos clientes internos e com isso, conseqüentemente, produzir o melhor em prol da sociedade.

- Níveis Salariais

Este item se torna prejudicado haja vista negociações diretas entre os poderes executivo e legislativo.

- Demandas Trabalhistas

As demandas existentes são diretamente respondidas pelo Órgão Central, não sendo de nosso controle.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO MARANHÃO									
CNPJ: 00.394.494/0027-75					UG/GESTÃO: 200388/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
01	01/2008	CIEE	82.211,00	0,00	3.878,87	13.349,79	09/04/08	31/12/11	01
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									

Fonte: SIASG

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>						
<i>Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO MARANHÃO</i>						
<i>CNPJ: 00.394.494/0027-75</i>				<i>UG/GESTÃO: 200388/00001</i>		
<i>Modalidade</i>	<i>Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício</i>			<i>Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)</i>		
	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
<i>Convênio</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>6.850,92</i>	<i>2.620,00</i>	<i>3.878,87</i>
<i>Contrato de Repasse</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Termo de Parceria</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Termo de Cooperação</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Termo de Compromisso</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Totais</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>6.850,92</i>	<i>2.620</i>	<i>3.878,87</i>

Fonte: SIASG

6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>					
<i>Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO MARANHÃO</i>					
<i>CNPJ: 00.394.494/0027-75</i>			<i>UG/GESTÃO: 200388/00001</i>		
<i>Modalidade</i>	<i>Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes</i>	<i>Valores (R\$ 1,00)</i>			<i>% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010</i>
		<i>Contratados</i>	<i>Repassados até 2010</i>	<i>Previstos para 2011</i>	
<i>Convênio</i>	<i>1</i>	<i>82.211,00</i>	<i>13.349,79</i>	<i>4.124,28</i>	<i>16,2%</i>
<i>Contrato de Repasse</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Termo de Parceria</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Termo de Cooperação</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Termo de Compromisso</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Totais</i>	<i>1</i>	<i>82.211,00</i>	<i>13.349,79</i>	<i>4.124,28</i>	<i>16,2%</i>

Fonte: SIASG

6.1.4) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênio e de contratos de repasse

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

<i>Unidade Concedente</i>				
<i>Nome:</i>				
<i>CNPJ:</i>			<i>UG/GESTÃO:</i>	
<i>Exercício da prestação de contas</i>	<i>Quantitativos e montante repassados</i>		<i>Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)</i>	
			<i>Convênios</i>	<i>Contratos de Repasse</i>
<i>2010</i>	<i>Ainda no prazo de prestação de contas</i>	<i>Quantidade</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
		<i>Montante Repassado</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2008	Contas prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-

Fonte:

O QUADRO NÃO SE APLICA À UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.5) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:			UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	-	
		Montante repassado (R\$)		-	-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
			Quantidade Reprovada		-	-
			Quantidade de TCE		-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)			-	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-			
2008	Quantidade de contas prestadas			-	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
Montante repassado		-	-			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
		Montante repassado		-	-	

Fonte:

O QUADRO NÃO SE APLICA À UNIDADE JURISDICIONADA

O presente Convênio entre a Unidade e o Centro de Integração Empresa Escola tem a finalidade de oferecer oportunidade de estágio a estudante de curso superior, visando contribuir com a formação profissional do estudante na área de administração. Destaca-se que os pagamento da bolsa de estágio são efetuados, mensalmente, pela unidade central do DPF, por meio de contracheque e que as transferências são efetuadas pela SR/DPF/MA ao CIEE a título de pagamento de taxa de administração.

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
Ambiente de Controle					
<i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i>					X
<i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i>				X	
<i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i>				X	
<i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i>					X
<i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i>				X	
<i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i>		X			
<i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</i>				X	
<i>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i>					X
<i>9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</i>					X
Avaliação de Risco					
<i>10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</i>					X
<i>11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</i>		X			
<i>12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</i>		X			
<i>13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</i>		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>
<p><i>Considerações gerais: Foi estabelecida pela presente administração da SR/DPF/MA, a criação do CRP (Conselho Regional de Polícia), composto pelos chefes dos principais setores desta unidade. Todas as segundas-feiras o CRP se reúne para que cada membro exponha o que houver de relevante em sua área específica. Desta forma, todos os problemas e situações da SR/DPF/MA são debatidos pelos principais chefes, viabilizando-se a administração compartilhada e a ciência por parte de todos que compõem a estrutura do órgão.</i></p> <p><i>O presente documento foi elaborado, em conjunto, pelo CRP.</i></p>	
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p><i>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</i></p> <p><i>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</i></p> <p><i>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</i></p> <p><i>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</i></p> <p><i>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</i></p>	

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
<i>Licitações Sustentáveis</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</i>		X			
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</i>					
<i>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i>			X		
<i>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i>			X		
<i>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</i>				X	
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</i>	Os editais já prevêm esta condição.				
<i>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</i>				X	

<i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</i>	Ap.ar condicionado e lâmpadas, por exemplo.			
<i>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</i>			X	
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</i>	Todo papel adquirido na última licitação.			
<i>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</i>		X		
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</i>	Veículos (licitação feita por Brasília)			
<i>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</i>			X	
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</i>	Iniciou-se um processo de treinamento do pessoal envolvido nesse item.			
<i>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</i>				X
<i>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i>			X	
<i>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</i>	X			
<i>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</i>		X		
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</i>	Foi elaborada uma cartilha de sustentabilidade em 2010.			
<i>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i>		X		
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</i>	A UJ elaborou a cartilha e a divulgou na Intranet do DPF e via emails dos servidores.			

<p>Considerações Gerais:</p> <p>A Unidade tem se preocupado cada vez mais com a inclusão de previsões em seus editais que estabeleçam regras de sustentabilidade ambiental, levando em consideração processos de extração, fabricação, utilização e destinação ambiental correta a resíduos de produtos e matérias primas. Nos últimos dois anos a SR/DPF/MA começou a se preocupar com certificação ambiental por parte das empresas participantes dos processos licitatórios, tendo exigido das empresas que forneceram o mobiliário para a nova sede certificação ISO. Foi realizada campanha na tentativa de diminuir o uso de copos descartáveis pelos servidores da SR/MA, ficando a utilização destes descartáveis restritas aos não servidores. Tal campanha foi realizada via intranet, e objetivava que cada servidor retirasse o seu copo de vidro no setor de materiais. Para tanto, foram adquiridos copos de vidro e xícaras de porcelana, tendo diminuído consideravelmente o consumo dos descartáveis. No último exercício, não houve a utilização de papéis reciclados, pois no exercício de 2009 havia sido adquirida uma grande quantidade de papéis, não sendo necessária nova aquisição para o exercício de 2010. Não há separação de resíduos recicláveis na unidade, sendo a Comissão de Licitação recebeu pedido verbal de compra de lixeiras para diferentes tipos de materiais, no entanto, a compra não foi efetivada por falta de recursos. O estoque adquirido para 2011 é reciclável.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MARANHÃO	2	2
	São Luis	1	1
	Imperatriz	1	1
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR		0	0
		0	0
		0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPIUNET

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MARANHÃO	3	4
	São Luis	2	3
	Caxias	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR		0	0
		0	0
		0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SPIUNET

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200388	080300068.500-9	13	3	47.625,00	24/04/2001	Não consta	Não consta	Não consta
200388	092100629.500-2	13	3	200.960,00	13/05/2002	Não consta	Não consta	Não consta
Total							Não consta	Não consta

Fonte: SPIUNET

No tocante aos imóveis sob responsabilidade desta UJ convém destacar que a SR/DPF/MA tem sofrido restrições na disponibilização de recursos para manutenção e conservação dos mesmos não tendo conseguido firmar contrato para este fim, nem mesmo para o imóvel da DPF/ITZ/MA que é próprio, porém esta situação estará na pauta de planejamento da unidade para os próximos exercícios.

Ressalte-se que a Unidade possui um terreno próprio no bairro Jaracaty, em São Luis/MA desde 2002 e até a presente data, apesar de solicitado repetidas vezes, não foi contemplada no orçamento do Departamento de Polícia Federal para a devida construção da Sede definitiva da Superintendência, obrigando esta UJ a pagar altos valores em aluguéis, chegando a um total de R\$ 925.026,45 no presente exercício, para as unidades da polícia federal em São Luis/MA.

Desse modo, mesmo com a mudança da nova sede provisória desta Superintendência

Regional que deveria atender a toda a demanda de espaço físico para o público interno e externo, ainda assim a SR/DPF/MA possui unidades instaladas em imóveis alugados, sendo que as necessidades de espaço só tende a aumentar, principalmente em sua Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA (despesas de aluguel paga pela Prefeitura Municipal) daquela cidade que possui necessidades críticas atuais com relação a isto. A SR/DPF/MA estará providenciando no próximo exercício a mudança das instalações da referida Delegacia para outro imóvel com espaço compatível com suas necessidades, com aluguel pago com recursos do DPF, onerando mais ainda o valor geral do gasto para o exercício subsequente.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			3		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		2			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	1				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			6		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	1				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			3		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		2			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				4	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			3		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			3		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			3		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.			0%		
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	1				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	1				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	1				
Considerações Gerais: Atualmente ficamos dependentes do suprimento de fundos do SELOG, que tem que ser usado para toda a SR/MA, impossibilitando uma efetiva resposta às diversas solicitações de consertos que diariamente recebemos. Com relação ao quesito 5, cabe informar que até março de 2010 havia o cargo de Agente de Telecomunicações e Eletricidade (ATE) específico para a área de TI. Entretanto desde abril/2010 o cargo foi extinto pelo Decreto Presidencial nº 7164/2010.					

LEGENDA**Níveis de avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
 (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
 (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
 (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
 (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

11. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

11.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão					1152
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
*	*	*	*	*	*
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
*					*
Descrição da Deliberação:					
*					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
*					*
Síntese da providência adotada:					
*					
Síntese dos resultados obtidos					
*					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
*					

NÃO OCORRERAM RECOMENDAÇÕES DO TCU A SEREM ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010.

11.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão					1152
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

*	*	*	*	*	*
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
*					*
Descrição da Deliberação:					
*					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
*					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
*					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
*					

NÃO OCORRERAM RECOMENDAÇÕES DO TCU A SEREM ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010.

11.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão			1152
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
*	*	*	*
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
*			*
Descrição da Recomendação:			
*			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
*			
Síntese da providência adotada:			
*			
Síntese dos resultados obtidos			
*			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
*			

NÃO OCORRERAM RECOMENDAÇÕES DO OCI A SEREM ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010.

11.4) *Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício*
 Quadro A.15.4 - *Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício*

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão			1152
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
*	*	*	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
*			*
Descrição da Recomendação:			
*			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
*			*
Justificativa para o seu não cumprimento:			
*			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
*			

NÃO OCORRERAM RECOMENDAÇÕES DO OCI A SEREM ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O exercício de 2010 teve um balanço positivo para atividade-fim da SR/DPF/MA, com combate mais incisivo aos principais crimes no Estado do Maranhão. Em relação ao ano anterior a Unidade deflagrou um número maior de operações que abrangeram boa parte dos crimes de sua competência, destacando as ações desenvolvidas contra assaltos a banco, ocasionando um número recorde em prisões de assaltantes, bem como as ações contra os crimes cibernéticos com várias prisões ao longo do ano através das operações Neverland e Puerpério. O combate ao tráfico de drogas continuou prioritário nas ações operacionais da SR/DPF/MA quando se apreendeu aproximadamente 270 kg de entorpecentes (cocaína e maconha), abaixo do ano passado que ultrapassou os 500 kg. As principais dificuldades operacionais foram de ordem de recursos humanos que foram atenuadas através dos recrutamentos realizados pelos órgãos centrais.

Quanto à execução orçamentária desta Unidade durante o exercício de 2010, destaca-se como ponto positivo a Portaria nº 761/2009-DG/DPF, de 30 de dezembro de 2009 que fixa limites para o processamento de despesas da unidade gestora. Com isso, o gestor sabe exatamente quanto dispõe para executar as despesas do exercício, podendo efetuar todo o planejamento para a unidade de forma segura e obriga, também, um maior controle na gestão dos gastos. Entretanto, como ponto negativo, destaca-se que o orçamento nem sempre é suficiente para desenvolver as atividades do órgão a contento, um exemplo que se pode citar é que ainda não se conseguiu firmar um contrato de manutenção das lanchas do DEPOM, por falta de orçamento.

ANEXOS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELOS CONTRATOS E CONVÊNIOS

Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):	Código das UGs:		
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão	200079 (200388 e 200389)		
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SI-CONV, esta Superintendência não firma convênios¹, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congênere. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p><small>¹ Salvo os convênios com Instituição de Ensino ou Agente de Integração para concessão de estágio, conforme Lei nº 11.788/2008</small></p>			
Local	São Luís/MA	Data	28 de fevereiro de 2011
Responsável	João Braz Saraiva Mates Barros	Matricula nº	14.714

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010


SERVIÇO PÚBLICO
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO
SRH-SETOR DE RECURSOS HUMANOS
Av. Daniel de La Touche, nº 4.000 – COHAMA- CEP 65.074-115- São Luís/MA.
Telefax:0XX (98) 3131 5100.

DECLARAÇÃO

DECLARO, para em cumprimento ao previsto no Art. 4º, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes do Rol de Responsáveis do Departamento de Polícia Federal, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendas relativa ao exercício de 2010, ano base 2009, na forma da Lei 8.730/93.

São Luis/MA, 28 de março de 2011.


ROSANE MEIRELES LOPES
Chefe do Setor de Recursos Humanos
SR/DPF/MA

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

DESCRIÇÃO	ANO		
	2008	2009	2010
CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	272.426,60	483.330,90	645.275,00
<i>1. SIGILOSO</i>	*	188.731,84	290.839,14
<i>2. PEQUENO VULTO</i>	*	32.141,47	34.381,08
<i>3. REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO</i>	*	262.457,59	330.054,78

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Como síntese das atividades desenvolvidas pela SR/DPF/MA, podemos destacar na tabela a seguir, elaborada pela Comunicação Social desta Unidade, as principais notícias veiculadas na imprensa ao longo do ano de 2010, classificando-as em seus aspectos positivos (seta verde ascendente) e negativos (seta vermelha descendente).

Percebe-se que as ações da Polícia Federal no Maranhão reforçam a confiança e credibilidade que a instituição goza no âmbito nacional.

IV. 1 – Relatório de Mídia 2010

Tabela 13 – Notícias da Mídia sobre a Polícia Federal/MA

JANEIRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
18	↑ O fato foi divulgado dando caráter de reforço à confiabilidade às ações da PF. “Louro Bill” é bastante conhecido em São Luís, por possuir parentesco com um político e ex-secretário de segurança do Estado do Maranhão. Em agosto de 2008, época em que “Louro Bill” foi preso em flagrante, tal político, em público, ficou questionando a ação da PF.	PRISÃO DE SARGENTO DOS BOMBEIROS ACUSADO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES - Foi cumprido um mandado de prisão contra o sargento dos bombeiros conhecido como “Louro Bill”, acusado de tráfico de entorpecentes. O mandado de prisão é relativo à condenação em um processo que tramita na 1ª Vara de Entorpecentes da Capital, que teve início com uma prisão em flagrante pela PF, em 07 de agosto de 2008, por tráfico de cocaína. “Louro Bill” foi condenado a doze anos de reclusão. Ele respondia ao processo em liberdade.	Houve divulgação por grande parte da mídia impressa e pelos sites regionais de notícia da internet. O fato foi apenas citado na imprensa televisiva.
23	↑ Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	TRÁFICO DE ENTORPECENTES – A PF realizou, na cidade de Imperatriz, a prisão em flagrante de dois homens, por tráfico de cocaína e apreendeu aproximadamente 11,2 kg de pasta base da droga.	Repercussão pequena. Houve divulgação em parte da mídia impressa, e sites de notícia na internet.
29	↑ Apesar de ser pequena a quantidade de droga, a ação teve repercussão positiva e mais ampla das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA, devido ao fato de ter se dado no aeroporto da capital.	TRÁFICO DE ENTORPECENTES – A PF realizou a prisão em flagrante de um casal que transportava de avião cerca de 3,7 kg de pasta base da droga. A ação foi realizada no aeroporto Internacional da capital maranhense.	Repercussão média. Houve divulgação em grande parte da mídia impressa e TV. Também houve boa repercussão nos sites de notícia da internet.
FEVEREIRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE

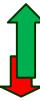
01 02 03	 <p>Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA, ressaltada pela grande quantidade de entorpecente apreendida e por ter sido realizada logo após duas outras apreensões feitas pela PF no Estado.</p> <p>A seqüência de apreensões fez com que a mídia fosse pautada no assunto, resultando na veiculação de várias matérias especiais que abordaram o tráfico e o trabalho da PF em seu combate no Maranhão.</p>	<p>TRÁFICO DE ENTORPECENTES – Policiais Federais realizaram a prisão em flagrante de um homem e apreenderam aproximadamente 29 quilos de pasta base de cocaína na cidade de Açailândia/MA.</p> <p>A droga apreendida vinha em um caminhão da cidade de Cáceres/MT. Houve grande repercussão da apreensão tanto pela quantidade da droga, que foi considerada grande, quanto pelo fato de ter se dado em poucos dias após outras duas apreensões pela Polícia Federal, no Estado.</p>	<p>Repercussão grande. Houve divulgação na totalidade da mídia impressa e TV locais. Também houve excelente repercussão nos sites de notícia da internet e rádios.</p> <p>O assunto pautou a mídia por três dias seguidos, resultando em várias reportagens especiais que investigaram o assunto.</p>
04	 <p>Mais uma vez a repercussão foi influenciada por apreensões anteriores, resultando no reforço da característica da eficiência na imagem da Polícia Federal, no que se refere às ações de combate ao tráfico de entorpecentes.</p>	<p>TRÁFICO DE ENTORPECENTES – A PF realizou, na cidade de Imperatriz, a prisão em flagrante de dois homens, por tráfico de cocaína e apreendeu aproximadamente 11,2 kg de pasta base da droga.</p>	<p>Repercussão média. Houve divulgação em grande parte da mídia impressa e TV. Também houve boa repercussão nos sites de notícia da internet.</p>
03 04 05	 <p>A divulgação do caso feito pela imprensa trouxe excelentes resultados para a imagem da PF, especialmente no que se refere a eficiência, rapidez e credibilidade. O caso gerou muito interesse na opinião pública devido a especulações criadas pela imprensa de que uma família poderia ter sido assassinada (inclusive uma criança) pelos africanos. Alguns meios chegaram a sugerir a hipótese de canibalismo, devido ao fato de ter sido encontrado um osso e manchas de sangue na embarcação. A PF solucionou o caso em menos de 24 horas, eliminando todas as especulações que haviam surgido</p>	<p>SEQUESTRO DO VELEIRO – A PF investigou o caso de um veleiro de bandeira suíça que foi encontrado encalhado e abandonado na praia de Tutóia, cidade do litoral maranhense. Na época 5 imigrantes africanos, 2 de Gana e 3 de Cabo Verde, foram presos ao tentarem embarcar em um ônibus para Fortaleza – CE. Eles foram detidos por terem entrado em território brasileiro de modo ilegal. Em menos de 24 horas, a PF, com o auxílio da Interpol (que divulgou um alerta vermelho), apurou que os estrangeiros atuavam como piratas, que o veleiro pertencia a uma família americana e que foi roubado na Costa da Europa.</p>	<p>Repercussão grande. Houve divulgação na totalidade da mídia impressa e TV regionais. Também houve excelente repercussão nos sites de notícia da internet, jornais impressos nacionais, nas emissoras de rádio e TV nacionais, inclusive em sites internacionais.</p>
24	 <p>A divulgação da soltura de “Louro Bill” trouxe novamente à mídia de forma positiva as ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA. A soltura foi divulgada pela imprensa com suítes das prisões de 07 de agosto de 2008 e de 18 de janeiro de 2010.</p>	<p>SOLTURA DE SARGENTO DOS BOMBEIROS ACUSADO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES - “Louro Bill” obteve liminar em pedido de Habeas Corpus junto ao Tribunal de Justiça do MA. Ele foi solto apenas 1 mês e 7 dias após a sua prisão em cumprimento a um mandado decorrente de sua condenação a 12 anos de reclusão por tráfico de entorpecentes.</p>	<p>Houve divulgação por parte da mídia impressa, radiofônica e por sites regionais de notícia da internet. O fato foi apenas citado na imprensa televisiva.</p>

MARÇO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
02	 <p>A divulgação da prisão foi positiva por ter demonstrado a capacidade de abrangência e rapidez das ações da PF em todo o estado.</p>	<p>PRESOS HOMENS QUE SE PASSAVAM POR POLICIAIS FEDERAIS – A PF prendeu, na cidade de Pindaré - Mirim, município do interior maranhense, 2 homens que estavam se passando por agentes da PF. Eles trajavam uniforme da PF e estavam angariando fundos em nome da Associação de Servidores de Polícia Federal</p>	<p>Repercussão pequena. Houve divulgação em parte da mídia impressa, e sites de notícia na internet. O fato foi apenas citado na imprensa televisiva.</p>
03 a 14	 <p>A repercussão foi positiva por demonstrar a capacidade da PF de enfrentamento e combate às quadrilhas que aterrorizam o interior do Maranhão com assaltos a agências bancárias.</p> <p>Alguns poucos jornalistas manifestaram opiniões críticas devido ao número de mortos na ação.</p>	<p>BANDO ENFRENTA PF EM ASSALTO A BANCO – 6 assaltantes morreram em um tiroteio contra 20 Agentes da PF durante uma tentativa frustrada de assalto a banco na cidade de Santa Luzia do Paruá. Morreu ainda um vigilante do banco e a gerente foi baleada. 3 pessoas que participaram do assalto foram presas e um assaltante fugiu.</p> <p>A ação foi resultado de meses de uma investigação, que tinha como objetivo desarticular a quadrilha. A ação contou com o apoio do Comando de Ações Táticas da PF.</p>	<p>Repercussão grande. Houve divulgação na totalidade da mídia impressa e TV regionais. Também houve excelente repercussão nos sites de notícia da internet, jornais impressos nacionais, nas emissoras de rádio e TV nacionais.</p>
19	 <p>A ação causou impacto positivo para a PF perante a opinião pública em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo agentes públicos, tema de grande interesse.</p>	<p>OPERAÇÃO RAPINA V – O prefeito da cidade de Serrano do MA foi preso pela PF quando sacava na boca do caixa R\$ 10.000 da conta do Piso de Atenção Básica (PAB), programa destinado a ações de assistência básica, na cidade de Cururupú, interior do estado. A PF prendeu ainda o irmão do prefeito.</p> <p>Segundo as investigações, o prefeito teria desviado também dinheiro da Saúde, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do FUNDEB.</p>	<p>Houve grande divulgação da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet), além de alguns órgãos da imprensa nacional.</p> <p>O fato repercutiu por vários dias seguidos.</p>
23	 <p>Houve repercussão positiva reforçando a boa imagem da Polícia Federal, no que se refere às ações de combate ao tráfico de entorpecentes.</p>	<p>TRÁFICO DE ENTORPECENTES – Policiais Federais prenderam duas mulheres transportando 11 Kg de pasta base de cocaína da cidade de Goiânia/GO para Açailândia/MA. A prisão ocorreu no momento em que elas desembarcaram de um ônibus de turismo em um local conhecido como Pé da Macaúba, na região tocantina.</p>	<p>Repercussão média. Houve divulgação em grande parte da mídia impressa e TV. Também houve boa repercussão nos sites de notícia da internet.</p>
ABRIL			

DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
01	 A ação causou impacto positivo para a PF perante a opinião pública em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo agentes públicos, tema de grande interesse.	PF PRENDE PREFEITO DE SATUBINHA – A PF, em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), prendeu em flagrante, o prefeito do município de Satubinha, interior do MA, por cometer fraude em prestações de contas da prefeitura.	Houve divulgação por grande parte da mídia impressa, pelos rádios e pelos sites regionais de notícia da internet.
09	 A ação causou impacto positivo para a PF perante a opinião pública em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo agentes públicos, tema de grande interesse.	PRISÃO DE VEREADOR DE CAXIAS – A PF prendeu o líder do governo na câmara municipal de Caxias/ MA, o vereador Fábio Gentil, por suposto crime de contrabando.	Houve divulgação por parte da mídia impressa, pelos rádios e pelos sites regionais de notícia da internet.
13	 Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico internacional de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES - A Polícia Federal prendeu quatro pessoas com 83 cápsulas, cada uma com 11 e 12 gramas de cocaína pura, que vieram acondicionadas no estômago de 2 “mulas” procedentes de Manaus.	Houve divulgação por parte da mídia impressa, pelos rádios e pelos sites regionais de notícia da internet.
23	 Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	TRÁFICO DE ENTORPECENTES/ AÇÃO CONJUNTA COM A PM/MA – A Polícia Federal e Militar apreenderam em uma barreira no povoado Bananal, município de Imperatriz, 16 Kg de maconha, distribuídos em tabletes de 1Kg cada, acondicionados em uma mal que estava em poder do passageiro de um ônibus interestadual que cruzou a barreira. O passageiro, que foi preso em flagrante, vinha de Anápolis/GO, e tinha como destino a cidade de Belém/PA, onde entregaria a droga.	Houve divulgação em parte da mídia impressa televisiva, em sites de notícia da internet e divulgação em rádios.
26	 Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	TRÁFICO DE ENTORPECENTES/ AÇÃO CONJUNTA COM A PRF/MA – Durante uma fiscalização de rotina na BR-135, com o objetivo de combater a entrada de drogas na capital maranhense por sua principal via de acesso, policiais da DRE/SR/MA, em conjunto com a PRF apreenderam 25 Kg de cocaína.	Houve divulgação em parte da mídia impressa televisiva, em sites de notícia da internet e divulgação em rádios.

MAIO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE

06	 A divulgação do fato impactou positivamente por refletir os esforços da PF no combate aos crimes cometidos pela internet, que atingem inúmeras pessoas que utilizam a rede para transações financeiras.	PROJETO TENTÁCULOS – Foi desencadeada a operação pela DELEFAZ com o objetivo de dar cumprimento a mandados de busca e apreensão, e prisão de pessoas envolvidas com fraudes bancárias através de internet banking e aquisições fraudulentas em sítios de compras na internet.	Houve divulgação por 2 jornais impressos da capital e sites regionais de notícia na internet.
11	 A notícia repercutiu positivamente, por demonstrar as ações promovidas pela PF em combate ao tráfico de entorpecentes.	TRÁFICO DE ENTORPECENTES – A PF prendeu 2 homens, um carioca e um imperatrizense, durante uma abordagem a um veículo na BR-010, povoado de Lago Verde/MA, transportando 1 Kg e 320 gramas de pasta base de cocaína. A droga estava acondicionada em embalagens de geladinho (sacolê), embaixo do banco traseiro do carro.	Houve divulgação em parte da mídia local.
14 a 17	 A ação causou impacto positivo em virtude de demonstrar a capacidade da PF em desarticular quadrilhas que aterrorizam o nordeste do país, em inúmeros assaltos a bancos.	OPERAÇÃO VOLANTE – A PF prendeu 11 assaltantes a banco, oriundos do estado de Pernambuco, no município de Santa Inês/MA, durante uma tentativa frustrada de assalto a um banco local. Com a quadrilha, que é considerada uma das mais perigosas do país (e responsável por assaltos lendários no sertão nordestino), foram encontrados armamentos pesados, como: fuzis, submetralhadoras, escopetas, pistolas e dinamite.	Houve ampla divulgação em toda mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
19	 A notícia repercutiu negativamente, pois demonstrou a insatisfação do seu quadro de servidores. A idéia de paralisação das atividades normais da PF gera a sensação de insegurança para a população.	AGENTES DA PF FAZEM PARALISAÇÃO DE ADVERTÊNCIA – Agentes e Funcionários administrativos da PF, se concentraram no Aeroporto Marechal Cunha Machado, para reivindicação ao plano de cargos e carreiras da corporação não concedido pelo Governo Federal.	Houve divulgação em parte da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
25	 Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	TRÁFICO DE ENTORPECENTES – PF prendeu 3 homens por tráfico de entorpecentes na BR-135, apreendendo com eles quase 22 Kg de pasta base de cocaína em forma de crack.	Houve divulgação em parte da mídia local (impressa, TV, rádios e sites da internet).
JUNHO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE

21	 Tal acontecimento repercutiu positivamente por trazer para a população a segurança de que pessoas que cometem tal crime podem ser penalizadas.	PF INVESTIGA FRAUDE NO CONCURSO DO IFMA – O Superintendente da PF falou sobre as investigações de uma fraude no concurso público para Técnico-Administrativo do Instituto Federal de Educação do MA (IFMA), onde pelo menos três pessoas teriam sido beneficiadas por um professor, que havia sido contratado pelo pai de umas das candidatas para realizar a prova e passar o gabarito com as respostas via SMS.	Houve divulgação por parte da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
21	 A repercussão foi positiva por um lado, ao posicionar a PF como um órgão que atua independente de quem seja o infrator, que no caso era uma agente de trânsito. Por outro lado, alguns órgãos de imprensa, questionaram abuso de autoridade por parte do policial.	PRISÃO DE AGENTE DE TRÂNSITO NO AEROPORTO DA CAPITAL – Policial Federal prende Agente de Trânsito por desacato a autoridade por tentar impedir que um carro da PF ocupasse uma vaga destinada a viaturas do órgão próxima a área de embarque do aeroporto. Havia relatos por parte de outros policiais federais de que a agente de trânsito estava dificultando o acesso de viaturas à referida vaga que foi destinada à PF pela Infraero e estava devidamente sinalizada com a inscrição DPF.	Houve divulgação por grande parte da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
22	 Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	TRÁFICO DE ENTORPECENTES – PF prendeu homem e apreendeu um menor durante apuração de denúncia de tráfico de drogas no setor rodoviário da cidade de Imperatriz/MA. Na ação, foram apreendidos ainda 2,1 kg de cocaína.	Houve divulgação em alguns órgãos da mídia impressa, radiofônica e sites da internet regionais.
23	 Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	OPERAÇÃO ALIANÇA – O Gabinete de Gestão Integrada – GGI – promoveu ação conjunta entre ABIN, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal que teve por objetivo dar cumprimento a 24 mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara de Entorpecentes da Capital. Participaram da ação cerca de 300 policiais, que utilizaram 70 viaturas e dois helicópteros do Grupo Tático Aéreo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão.	Houve divulgação por toda a mídia regional (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).

24	 Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico interestadual de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	OPERAÇÃO MOSAICO – Com objetivo de desarticular uma quadrilha de tráfico de entorpecentes que agia nos Estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, foi dado cumprimento a 28 mandados de prisão nos três estados simultaneamente. Foram presas 30 pessoas, sendo 17 delas no Maranhão. A quadrilha investigada possuía ligações com o Primeiro Comando da Capital e estava atuando com a distribuição de drogas oriundas do Estado de São Paulo. Na operação, foram apreendidos ainda 60 kg de cocaína.	Houve divulgação por toda a mídia regional (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
27	 A divulgação do fato impactou positivamente por refletir os esforços da PF no combate aos crimes cometidos via internet, que atingem inúmeras pessoas que utilizam a rede para transações financeiras.	OPERAÇÃO PUERPÉRIO/ PROJETO TENTÁCULOS – A PF prendeu três homens acusados de fraude por meio da internet banking, principalmente a Caixa Econômica Federal que agiam nas cidades de São Luís e Imperatriz, no Maranhão e Planaltina/DF. O bando causou um dano ao banco que ultrapassou um milhão de reais.	Houve divulgação em parte da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
28/06 a 02/07	 Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	OPERAÇÃO LIAMBA IV - A PF desencadeou, entre os dias 28/06 e 02/07, a Operação Liamba IV que resultou na destruição de 91.911 pés e 35.527 mudas de maconha. Foram queimados ainda 20 kg de maconha pronta para venda e mais de 87 kg de sementes. Os trabalhos contaram com a participação de 70 policiais, 16 viaturas e três aeronaves.	Houve divulgação quase toda mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
JULHO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
13	 Apesar da prisão ter sido realizada pela PRF, a imprensa divulgou o fato fazendo suítes das prisões de “Louro Bill” que foram realizadas pela PF, reforçando a confiabilidade das ações da instituição.	PRISÃO DE “LOURO BILL” – “Louro Bill” foi preso em flagrante por porte de arma de fogo sem registro. A prisão foi realizada pela PRF na BR 135. “Louro Bill” é bastante conhecido em São Luís e já havia sido preso no duas outras vezes pela PF.	Houve divulgação por alguns poucos órgãos da mídia impressa e pelos sites regionais de notícia da internet. O fato foi apenas citado na imprensa televisiva.

13	 O impacto foi positivo devido ao fato de ter sido divulgado dando caráter de confiabilidade aos trabalhos de perícia técnica desenvolvido da PF.	<p>ADULTERAÇÃO DE CAIXA ELETRÔNICO – A Polícia Federal foi acionada para investigar a adulteração, por meio de chupa-cabras, de um caixa eletrônico que se encontrava instalado no aeroporto Internacional da Capital.</p> <p>Segundo informações preliminares prestadas pelo funcionário responsável pela manutenção do equipamento, havia um dispositivo que grava a fita magnética dos cartões e um microcâmera filmadora, acoplados ao caixa eletrônico.</p>	<p>Houve divulgação parte da mídia local de TV e rádios e pela maioria dos jornais impressos e por sites de notícia na internet.</p>
15	 Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	<p>ENTORPECENTES – A PF efetuaram a prisão de “Casé”, homem que é considerado o maior traficante de cocaína da Capital Maranhense. Casé tinha como clientes pessoas de grande poder aquisitivo da capital e, com o dinheiro do narcotráfico adquiriu um patrimônio considerável, entre os quais veículos, dezenas de imóveis e um estacionamento no centro da cidade.</p>	<p>Houve divulgação em grande parte da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
16 17 18	 A Operação ORTHOPTERA II faz parte de uma série de trabalhos realizados em conjunto pela PF, CGU e MPF que tem causado impacto positivo para a PF perante a opinião pública por tratar de combate à corrupção, envolvendo agentes públicos, tema que gera grande interesse na população. A imprensa retratou os trabalhos da PF de forma clara e positiva.	<p>OPERAÇÃO ORTHOPTERA II Equipes da PF e da CGU cumpriram 11 mandados de busca e apreensão nos municípios de São Francisco do Maranhão (MA), Amarante do Piauí (PI) e Floriano (PI). A ação fez parte da Operação Orthoptera II, que combate o desvio de recursos federais repassados aos municípios.</p> <p>As análises, apontam prejuízos da ordem de R\$ 2,4 milhões.</p> <p>A organização criminosa investigada estava praticando os crimes de captação ilícita de sufrágio, constante no código eleitoral, falsificação de documento público, falsificação de documento particular, falsidade ideológica, uso de documento falso, formação de quadrilha ou bando, todos do Código Penal, além de fraude a licitação da Lei 8666/93 e crime de responsabilidade de prefeitos constante no decreto 201/67.</p>	<p>A operação foi amplamente divulgada por todos os órgãos de imprensa locais.</p> <p>O assunto ficou, por vários dias repercutindo na mídia local.</p>

19	 A ação causou impacto positivo para a imagem da PF em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo agentes públicos, tema de grande interesse público.	DESVIO DE MEDICAMENTOS DA REDE PÚBLICA - A PF investiga desvio de medicamentos da rede pública de saúde do município de Governador Archer, no Maranhão. Cinquenta e seis mil comprimidos que deveriam ser distribuídos gratuitamente às pessoas do município, seriam comercializados no Ceará. A carga foi apreendida pela PRF em Teresina/PI, no sábado (17).	Houve divulgação por alguns poucos órgãos da mídia local. O fato foi apenas citado na imprensa televisiva.
23	 Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico internacional de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	TRÁFICO DE ENTORPECENTES - PF prende 2 homens em flagrante por tráfico internacional de entorpecentes e apreende 16, 375 Kg de pasta base de cocaína, oriunda da Bolívia. A droga estava escondida na lataria do veículo dentro de compartimentos construídos especialmente para essa finalidade.	Houve divulgação em grande parte da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
AGOSTO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
06	 A divulgação do acontecimento impactou positivamente, pois refletiu os esforços da PF para firmar parcerias com outras instituições a fim de agilizar e tornar mais eficientes seus serviços, em busca da satisfação do cidadão.	CORREGEDORIA E POLÍCIA FEDERAL FIRMAM PARCERIA – PF e Corregedoria de Justiça do Estado do Maranhão firmam parceria que têm como objetivo agilizar os trabalhos da Justiça no Maranhão. A intenção é tornar mais ágil a troca de informações entre as Varas Criminais e de Execução Penal da Justiça Estadual com a Polícia Federal, por meio eletrônico.	Houve divulgação parte da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).

10	 <p>Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.</p>	<p>ENTORPECENTES – a PF prendeu três mulheres e apreendeu 7,45 kg de pasta-base de cocaína.</p> <p>A droga tinha sido enviada do Estado do Acre para elas pelos Correios. Segundo levantamentos preliminares, a droga tinha sido encomendada por presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.</p>	<p>Houve divulgação parte da mídia local de TV e rádios e pela maioria dos jornais impressos e sites de notícia.</p>
13 14 15	 <p>A ação causou impacto positivo em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo funcionários públicos, tema de grande interesse público.</p>	<p>OPERAÇÃO DISFARCE – A PF, o MPF e o MPS desencadearam no dia 12 a Operação Disfarce, coordenada pela Força-Tarefa Previdenciária do Maranhão (FTP/MA).</p> <p>Foram cumpridos 23 mandados judiciais, nas cidades de Barra do Corda/MA e Teresina/PI. Dez pessoas foram presas, entre elas, dois policiais civis e dois funcionários públicos. Calcula-se que a quadrilha tenha promovido um prejuízo de 1 milhão de reais aos cofres públicos.</p> <p>Estiveram envolvidos na execução da operação cerca de 80 policiais federais, além de técnicos deslocados pelo MPS.</p>	<p>Houve divulgação em quase totalidade da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet) e em alguns órgãos da mídia nacional.</p>

18	 <p>A ação causou impacto positivo em virtude de demonstrar a capacidade da PF em desarticular quadrilhas que aterrorizam o nordeste do país, em inúmeros assaltos.</p>	<p>PF PRENDE QUADRILHA DE ASSALTANTES – A PF prendeu quatro homens que roubaram uma agência dos correios na cidade Bom Jardim, distante cerca de 275 km da capital maranhense.</p> <p>A ação se deu após uma denúncia anônima e contaram com apoio de um policial civil e uma guarnição da PM da região.</p> <p>Com os quatro foram encontradas duas motos, dois revólveres, dois aparelhos celulares roubados e aproximadamente R\$ 4000,00.</p>	<p>Houve ampla divulgação em toda mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
13	 <p>Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.</p>	<p>ENTORPECENTES – a PF prendeu um casal no estacionamento do São Luís shopping, na capital maranhense, no momento em que vendiam cocaína para um consumidor da droga.</p> <p>A mulher era uma conhecida traficante de cocaína, ligada a Casé, traficante preso no mês anterior pela PF.</p>	<p>Houve divulgação alguns poucos órgãos da mídia local de TV e rádios e por alguns jornais impressos e sites de notícia.</p>
18	 <p>Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.</p>	<p>INCINERAÇÃO DE ENTORPECENTES - A PF realizou a incineração de quase uma tonelada (902.142, 68) gramas de substâncias entorpecentes (maconha, cocaína, pasta-base e crack), que são resultado de apreensões realizadas no Estado do Maranhão.</p>	<p>Houve divulgação alguns poucos órgãos da mídia local impressa e sites de internet.</p>
24 e 25	 <p>Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.</p>	<p>ENTORPECENTES - A PF realizou a prisão de três pessoas por tráfico de entorpecentes nas cidades de Caxias e Carolina, ambas no Estado do Maranhão. Foram apreendidos 10 kg de pasta base de cocaína e mais de oito mil reais em dinheiro.</p>	<p>Houve divulgação alguns órgãos da mídia local de TV, Rádio, impressa e sites de internet.</p>

18	 A ação causou impacto positivo em virtude de demonstrar o esforço da PF em desarticular quadrilhas de assaltantes que agem no interior do Estado.	PF PRENDE QUADRILHA DE ASSALTANTES – PF frustra ação de assaltantes que pretendiam assaltar uma agência bancária na cidade de Coroatá, interior do Estado do Maranhão. Dois assaltantes foram presos.	Houve ampla divulgação em toda mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
SETEMBRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
14	 A divulgação do fato impactou positivamente por refletir os esforços da PF no combate aos crimes de adulteração de máquinas de cartões, propiciando ao cidadão maior segurança na realização de suas transações financeiras.	DOIS SÃO PRESOS POR FRAUDE COM CHUPA-CABRA – A PF prendeu dois homens que estavam instalando dispositivos em máquinas leitoras de cartões com objetivo de copiar os dados dos clientes. Os dois foram presos pela PM e levados para a PF, onde foram autuados em flagrante por falsificação e estelionato.	Houve ampla divulgação em grande parte da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
16	 A repercussão foi positiva em devido ao fato da aprovação da população ao combate às máquinas de caça-níqueis.	APREENSÃO DE MÁQUINAS CAÇA-NÍQUEIS - Polícia Federal (PF) e Ministério Público (MP) e realizaram uma megaoperação para apreender produtos piratas e caça-níqueis. Sete pessoas foram detidas para prestarem esclarecimentos e uma grande quantidade de produtos piratas foi apreendida.	Houve divulgação por duas emissoras de TV e alguns jornais impressos da capital, além de sites na internet.

18	 <p>A repercussão foi muito boa para a Polícia Federal em virtude de tratar-se de assunto de grande interesse público que vem sendo discutido na mídia, desde o início do ano. A PF foi apresentada pela imprensa, mais uma vez, como uma instituição com alto índice de confiabilidade.</p>	<p>PF INVESTIGA FRAUDE EM REGISTROS CIVIS - A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) pediu que a Polícia Federal investigue evidências de fraude em milhares de certidões de nascimento praticada na Central da Justiça (antiga Central de Registros). Nos documentos há uma sucessão de erros, que vão desde a falta de selos oficiais, a assinatura de pessoas não habilitadas e a repetição de única testemunha em inúmeras certidões.</p>	<p>Houve divulgação em grande parte da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
22	 <p>A divulgação da efetividade dos trabalhos da PF na repressão a crimes eleitorais.</p>	<p>MÉDICA É PRESA POR SUSPEITA DE FRAUDE ELEITORAL – A PF prendeu uma médica, a proprietária de uma residência e uma paciente por estarem realizando consultas médicas gratuitas supostamente em troca de votos. No local das consultas, a PF encontrou ainda vários panfletos (santinhos) com propaganda, títulos eleitorais e medicamentos de uso exclusivo hospitalar, cuja venda é proibida no comércio. A residência estava caracterizada com cartazes de candidatos colados nos muros e paredes.</p>	<p>Houve ampla divulgação por grande parte da mídia local impressa, rádios e sites de internet.</p>
27 a 30	 <p>A repercussão foi negativa pois a imprensa abordou o assunto mostrando os prejuízos trazidos ao cidadão que necessitaria do passaporte para viajar. Apesar do problema ser nacional e da pane não ter provocados tumultos no Maranhão, houve repercussão negativa na imagem.</p>	<p>FALHA TÉCNICA IMPEDE A EMISSÃO DE PASSAPORTES – Uma falha técnica deixou todas as superintendências da Polícia Federal (PF) no país sem o sistema de emissão de passaporte desde o dia 27, até o dia 30/09.</p> <p>Ao acessar o site da PF, o usuário encontrava uma <u>mensagem</u> informando que o sistema de emissão e de andamento da concessão de passaportes estava indisponível.</p>	<p>Houve divulgação por toda a mídia local (TV, imprensa, rádios e sites de internet). Divulgação nacional massiva.</p>
OUTUBRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE

30/09 a 04/10	 <p>A divulgação da participação da PF na segurança das eleições foi positiva no sentido de que apresentou as ações de prevenção e repressão a crimes eleitorais.</p>	<p>PF ATUA NA PREVENÇÃO DE CRIMES ELEITORAIS - A PF distribuiu 190 policiais para atuar no MA com trabalhos de prevenção e repressão a crimes eleitorais.</p>	<p>Houve divulgação por parte da mídia local impressa, rádios e sites de internet. Duas emissoras de TV apenas citaram a nota.</p>
04	 <p>Repercussão positiva das ações de repressão da PF a crimes eleitorais.</p>	<p>PF PRENDE 12 PESSOAS ACUSADAS DE CRIMES ELEITORAIS – A PF prendeu 12 pessoas no MA acusadas de crimes eleitorais.</p>	<p>Houve ampla divulgação em toda a mídia local (TV, rádios, impressos e internet).</p>
07	 <p>Tal operação repercutiu positivamente por demonstrar o trabalho eficaz da PF em lucidar crimes que geram prejuízos aos cofres públicos.</p>	<p>OPERAÇÃO ASILO – A Força- Tarefa Previdenciária no MA desencadeou a Operação Asilo, com o intuito de dar cumprimento a 11 mandados, sendo 4 de busca e apreensão e 7 de intimação subscritos, com o objetivo de reprimir o crime previdenciário no Estado.</p> <p>Ao analisar 183 benefícios, a Força-Tarefa montou dossiês demonstrando diversas irregularidades, por uma quadrilha que agia nos municípios maranhenses de Urbano Santos, Belágua, Tutóia, Itapecuru-Mirim e Barreirinhas.</p>	<p>Houve ampla divulgação na mídia local (TV, jornais impressos, rádios e sites de notícias na internet).</p>
11	 <p>Tal fato repercutiu positivamente por demonstrar o a eficiência dos trabalhos PF e a disponibilidade de colaboração com outras instituições no objetivo de combater o crime.</p>	<p>RETRATO FALADO DA PF AJUDA A SOLUCIONAR ASSASSINATO - a PF, em apoio à investigação da Polícia Civil, elaborou o retrato falado de dois suspeitos de um assassinato de grande repercussão local. Os retratos foram elaborados com auxílio do programa HORUS e divulgados na imprensa local, o que auxiliou na prisão dos suspeitos.</p>	<p>Houve divulgação do retrato em toda a mídia local. Alguns órgãos da mídia impressa, de internet e uma rede de TV realizaram matérias sobre o trabalho de elaboração dos retratos realizado pelos papiloscopistas da PF.</p>
14	 <p>A ação causou impacto positivo em virtude de demonstrar o esforço da PF em combater a violência no interior do Estado.</p>	<p>PF APREENDE MUNIÇÕES EM ÔNIBUS NA BR-010 – PF em um trabalho de rotina apreendeu uma vasta quantidade de munições em poder de um homem na BR-010. As munições apreendidas, próprias para carregarem espingardas para caçadores e calibre 12, estavam sendo levadas para a localidade de Piçarra/PA onde seriam revendidas.</p>	<p>Houve divulgação apenas em dois jornais da região tocantina do Estado e em sites de notícia da internet.</p>

19	 Tal operação repercutiu positivamente por demonstrar o trabalho eficaz da PF em lucidar crimes que geram prejuízos aos cofres públicos.	OPERAÇÃO RETROAÇÃO – A Força-Tarefa Previdenciária no MA desencadeou a Operação Retroação para investigar fraudes envolvendo funcionários da Previdência Social em Imperatriz/MA. As investigações levaram ao desarticulamento de uma quadrilha de fraudadores, composta por funcionários da Previdência e pessoas que funcionavam como intermediários, que falsificavam documentos públicos, principalmente certidões de óbito e declarações de exercício de atividade rural, para obter a concessão de benefícios previdenciários fraudulentos.	Houve ampla divulgação na mídia local (TV, jornais impressos, rádios e sites de notícias na internet).
19	 Tal operação repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição em combater a venda ilegal de medicamentos pela rede.	OPERAÇÃO PANACEIA – A PF, com o apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), deu início a Operação, com o intuito de coibir a venda de medicamentos pela internet. A ação que deu cumprimento no Brasil a 20 mandados de busca e apreensão nos estados do MA, RJ, MG, SP, PB, SC e CE, ocorre também em 45 associados à Interpol, em todo o mundo.	Houve ampla divulgação na mídia local (TV, jornais impressos, rádios e sites de notícias na internet).
19	 Tal acontecimento repercutiu positivamente por refletir o combate ao tráfico de drogas prendendo, novamente, um conhecido traficante.	“LOURO BILL” É PRESO NOVAMENTE – A PF dá cumprimento a novo mandado de prisão expedido pela 9ª Vara Criminal da Justiça Estadual contra “Louro Bill”.	Houve divulgação pequena em alguns jornais impressos, e em sites de notícia na internet.
NOVEMBRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
04	 Tal acontecimento repercutiu positivamente por demonstrar uma importante personalidade da PF sendo homenageada por seus serviços relevantes ao judiciário.	SUPERINTENDÊNCIA DA PF RECEBE HOMENAGEM DO TJ - Em sessão solene, que celebrou os 197 anos do Tribunal, dezessete magistrados e personalidades que prestaram serviços relevantes ao judiciário, dentre eles o Superintendente Regional de Polícia Federal do MA, Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, foram homenageados.	Houve divulgação pequena em alguns jornais impressos, e no site do TJ.

05	 Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição em combater o tráfico de entorpecentes.	TRÁFICO DE ENTORPECENTES - A PF prendeu 2 homens, naturais de Faxiana/PR e Glória dos Dourados/MS, na cidade de Barra do Corda/MA, enquanto transportavam, em uma carreta, 10 Kg de pasta base de cocaína acondicionados em nove tijolos.	Houve divulgação média em jornais impressos locais e sites de notícias na internet.
10 a 13	 A repercussão trouxe aspectos positivos pois, a PF foi apresentada como uma Instituição que, por meio de negociações, seria e foi capaz de solucionar um problema que vinha se arrastando a dias.	PF NEGOCIA A LIBERAÇÃO DA BR-226 – Após 3 dias de bloqueio da BR-226 promovido pelo índios Guajajaras, com a ocorrência inclusive de um tiroteio entre um Delegado da Polícia Civil e os índios, com vários feridos, a PF assumiu o controle das negociações e, em menos de 24 horas liberou a rodovia. A BR foi interditada no dia 07/11, após o tiroteio, e vinha sendo monitorada pela PRF. A PF interveio no dia 11.	Houve ampla divulgação por toda a mídia local e por grande parte da mídia nacional.
19	 Repercussão positiva das ações da PF de combate ao crime organizado.	OPERAÇÃO MERCADORES – A PF deflagrou a Operação Mercadores, nas cidades de Correntes e Parnaguá/PI, Barreira/BA, Governador Valares/MG e Distrito Federal/DF, para dar cumprimento a 10 mandados de prisão, 4 mandados de condução coercitiva, e 19 mandados de busca e apreensão, a um grupo criminoso, investigado por, grilagem de terras, falsidade documental, estelionato, venda de liminares e sentenças, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva.	Houve divulgação em parte da mídia local (imprensa e sites de notícia na internet).
20	 A ação repercutiu positivamente por demonstrar a ação da PF na investigação de desvio de recursos públicos.	OPERAÇÃO NAVALHA – O STJ encaminhou para a PF a parte do inquérito da Operação Navalha em que são investigados os maranhenses acusados de participar do esquema de desvio de recursos por meio de obras públicas.	A ação foi divulgada apenas em sites de notícia na internet.
21	 A Operação refletiu positivamente por demonstrar a ação da PF no controle de estrangeiros de forma legal no País.	INVESTIGA CASO DE CHINESES PRESOS EM SÃO LUÍS – A PF investiga a origem de 7 chineses presos em flagrante vendendo produtos falsificados, na capital maranhense. Os estrangeiros estavam sem carteira de identidade, passaportes, ou qualquer outro documento que comprovassem a sua entrada de forma legal no País.	A operação foi divulgada em alguns poucos órgãos de imprensa.

24	 <p>Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir a confiabilidade que a Instituição tem perante a sociedade.</p>	<p>PF INVESTIGA CARTÓRIOS – A PF inicia investigação de 3 cartórios, dentro de um total de 5, que tiveram seus titulares afastados pelo Judiciário</p>	<p>A operação teve ampla divulgação na imprensa local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet), atingindo também a mídia nacional.</p>
22 a 26	 <p>A ação repercutiu positivamente por refletir a capacidade da Instituição em dar cumprimento a mandados de prisão, em sua grande maioria expedidos a algum tempo, a um grupo de indígenas que desencadeavam diversas ações criminosas, e se valiam de garantias constitucionais endereçadas ao seu povo, para escapar das sanções legais.</p>	<p>BARRA LIMPA – A PF realiza a Operação Barra Limpa para cumprimento de 36 mandados de prisão contra indígenas acusados por tráfico de drogas, roubo, estupro, extorsão, seqüestro, homicídio, entre outros crimes praticados na reserva Cana Brava.</p> <p>A Operação decorre de outra ação policial ocasionada na região após o bloqueio do tráfego na BR-226 pelos índios, que só foi liberada após intermédio da PF.</p> <p>Do total de 36, foram efetivadas 8 prisões, a constatação de 1 prisão já feita anteriormente, e o falecimento de 3 indígenas com mandado em aberto.</p>	<p>Houve ampla repercussão na mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet), assim como na imprensa nacional e sites de notícias internacionais.</p>

IV.2 – Indicadores de Desempenho da Unidade

Para avaliar o desempenho dos diversos Setores e Delegacias da Superintendência Regional do DPF no Maranhão, foi publicada no Suplemento do Aditamento Semanal nº 050/07-SR/DPF/MA, de 14/12/2007, a Instrução de Serviço nº 001/2007-SR/DPF/MA, cujos resultados em 2010 são os apresentados abaixo:

IV.2.1 Resultados dos Indicadores de Desempenho para o Serviço Prestado ao Público Externo

Cinco setores prestam serviço diretamente ao público externo. São eles: Delegacia de Polícia de Migração – DELEMIG; Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP; Comissão de Controle de Produtos Químicos, ligada à Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE; Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM; e Núcleo Cartorário – NUCART.

IV.2.1.1 – Delegacia de Imigração – DELEMIG

A DELEMIG expediu 8.932 (oito mil novecentos e trinta e dois) passaportes comuns, em São Luis/MA, o mesmo número de passaportes requeridos, alcançando uma produtividade de 100%, seguindo a fórmula da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, no seu item III 1.1.

Comparando-se com os números de 2009, houve um crescimento de 51% (cinquenta e um por cento) na quantidade de passaportes emitidos, visto que no ano passado foram emitidos 5.914 passaportes comuns. Um aumento de produtividade devido à melhoria no atendimento ao público da SR, consequência da carta de serviços ao cidadão.

IV.2.1.2 – Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP

Neste exercício a DELESP realizou fiscalizações nas instituições financeiras a respeito das seguranças privadas com emissão de certificados. Todos os requerimentos foram atendidos no prazo, de forma que a mesma atingiu uma produtividade de 100%, segundo a fórmula constante do item III.1.2 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA.

IV.2.1.3 – Comissão de Controle de Produtos Químicos

A Comissão de Controle de Produtos Químicos, ligada à Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE, atendeu 45 requerimentos, mesmo número de requerimentos ingressados, o que resulta numa produtividade de 100%, de acordo com o item III.1.3, da já citada IS, havendo recolhido em taxas o valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos), mais que no ano de 2009.

IV.2.1.4 – Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

A DELEARM é a responsável pela execução das atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Armas – SINARM.

Foram emitidos 7.589 registros, aumento de 84,78%, em relação ao exercício anterior, e expedidos 74 portes de armas contra 60 em 2009.

IV.2.1.5 – Núcleo Cartorário – NUCART

O Núcleo Cartorário expediu 3.160 certidões de antecedentes criminais em 2010, contra 3.115 no ano passado. Esse número corresponde a 98% (noventa e oito por cento) de produtividade, visto que o número de requerimentos ingressados foi de 3.200. Dessa forma, o NUCART atingiu uma ótima produtividade, de acordo com a fórmula do item III.1.4 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA. Não houve arrecadação pelas certidões expedidas, tendo em vista que as referidas certidões são gratuitas, na forma prevista na Constituição Federal.

IV.2.2 – Resultado dos Indicadores de Desempenho para o Serviço Prestado ao Público Interno

A Delegacia Regional Executiva – DREX, por se tratar de setor regulador das atividades das delegacias, de acordo com o item IV.2 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, é avaliada subjetivamente pelo gestor, utilizando-se do método de análise de campo. Nesse modo, a DREX desenvolveu satisfatoriamente suas atividades, principalmente considerando-se o reduzido quadro de policiais, adotando importantes medidas de gestão, tendo por objetivo a padronização de procedimentos e redução de trabalhos em duplicidade e instalação definitiva do Cartório Central da SR/DPF/MA.

Vinculado à DREX encontra-se o Núcleo de Operações – NO que se destina, basicamente, à organização das escalas de serviço, condução de presos, reforço da custódia, guarda e manutenção do armamento e munição, assim como prestar reforço às delegacias. As atividades do NO foram desenvolvidas a contento no ano de 2010, merecendo destaque a relocação da grande maioria dos Agentes de Polícia Federal neste Núcleo.

A DELEMIG (Delegacia de Polícia de Imigração), subordinada a DREX além dos serviços para o público externo através do passaporte realizou fiscalizações do tráfego de pessoas no Aeroporto Cunha Machado em São Luis bastante satisfatório.

A DELEPREV (Delegacia de Combate aos Crimes Previdenciários) realizou um número maior de operações que o ano passado, com destaque para as operações Disfarce e Asilo, resultando na prisão de 12 pessoas.

A DELEFAZ (Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários) melhorou o combate às rádios-piratas, bem como aos crimes cibernéticos através de suas operações deflagradas no ano, com prisão de 06 pessoas. Houve um crescimento no número de inquéritos instaurados em relação ao ano anterior.

A DELINST realizou, a contento, suas atribuições. Responsável pela defesa institucional, agindo contra os crimes relacionados aos direitos humanos realizou a operação Cronos visando o combate à prostituição infantil. O número de IPL's instaurado foi de 106, mas com 156 relatados.

A DELESP (Delegacia de Controle de Segurança Privada) realizou várias vitórias às instituições financeiras, bem como fiscalizações. Foram instaurado apenas 03 IPLs no ano. Parte do diminuto na produtividade deveram-se às constantes mudança na Chefia desta delegacia, ocorrido por remoções dos delegados chefes para outros estados.

A DELEMAPH (Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico instaurou 45 IPL. Com relação a operações atuou junto à Operação ARCO DE FOGO do DPF contra os crime ambientais, cedendo servidores para participarem da referida operação na base em Santa Inês, com resultados muito bons, além de realizarem juntamente com a UEMA o Programa Carbono Neutro que fez palestras sobre meio-ambiente a estudantes e executou a plantação de mais de 5000 mudas de arvores na capital maranhense.

O NO (Núcleo de Operações) realizou um grande trabalho no presente exercício. Responsável pela elaboração da escala de plantão do agente de polícia federal, é também, designado para realizar a lista dos policiais federais que participarão de determinadas operações. Em tempo, registre-se que o NO realizou vários treinamentos de tiros para os servidores policiais no este ano e que, também é o responsável pela custódia temporária dos presos nesta SR/DPF/MA.

De acordo com o item IV.3, a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR, por se tratar de órgão de setor regulador das atividades de suas delegacias subordinadas, não executando diretamente operações policiais, deve ser avaliada subjetivamente. No ano de 2010, a DRCOR esteve na linha de frente das operações desenvolvidas pela SR/DPF/MA, merecendo destaque as investigações nas áreas de combate ao tráfico de drogas, assaltos a bancos e os desvios de recursos públicos federais, coordenando operações como a Rapina V, VI e VII, ORTHOPTERA II, anteriormente comentadas.

Na Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT, houve um aumento bastante significativo nos índices de produtividade dessa especializada, em relação ao número de operações deflagradas e criminosos presos. A DELEPAT este ano realizou a prisão de 34 assaltantes de bancos, correspondendo um aumento de 300% em relação ao ano anterior. Foram realizadas algumas operações contra assaltos a banco, em parceria com o GPI, Grupo de Pronta Intervenção da SR/DPF/MA e Comando de Operações Táticas do DPF.

Quanto à Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM, não houve operações realizadas no período.

Na Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE, em relação a 2009, houve uma diminuição nas apreensões de cocaína e maconha, tendo em vista a DRE ter apreendido quase 600kg dos entorpecentes citado, contra 235kg neste exercício.

À Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR compete atribuições relacionadas às atividades de polícia judiciária e disciplinar. Vinculadas à Corregedoria estão o Núcleo de Correições – NUCOR e o Núcleo de Disciplina – NUDIS. Conforme previsto no item IV.4 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, a Corregedoria deve ser avaliada de forma subjetiva na aferição de seu desempenho. A corregedoria desenvolveu importantes correições e procedimentos disciplinares em 2010, com auxílio da Corregedoria Geral de Polícia Federal, prestando, também, assessoria jurídica necessária ao GAB/SR/DPF/MA, com desempenho positivo nesta Gestão.

O Núcleo de Inteligência Policial – NIP é um setor diretamente vinculado ao GAB/SR/DPF/MA e responsável pelo assessoramento do Superintendente Regional em matéria de informação de inteligência, tendo sob a sua responsabilidade investigações de caráter sigiloso. Na forma prevista no item IV.5 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, a avaliação do desempenho do setor deve ser realizada subjetivamente pelo gestor da SR/DPF/MA. Em 2010, o NIP desenvolveu adequadamente suas atividades, mesmo diante do reduzido quadro de servidores e equipamentos, contribuindo positivamente para deflagração de importantes operações policiais no Estado do Maranhão, todas da SR/DPF/MA.

O Setor Técnico-Científico – SETEC, avaliado na forma prevista no item IV.6 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, emitiu em 2010, 624 (seiscentos e vinte e quatro) laudos periciais, contra 647 em 2009, 23 laudos a menos, devido à diminuição da demanda. O SETEC tem prestado, ainda, apoio em diversos setores administrativos da SR/DPF/MA, tais como o Núcleo de Tecnologia da Informação e o Setor de Logística e Administração Policial.

O Setor de Administração e Logística Policial – SELOG, assim como seus núcleos subordinados, é avaliado de forma subjetiva, na forma prevista no item IV.7 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA. Entre as diversas atividades desenvolvidas pelo setor neste exercício, destacam-se o controle maior nos gastos da Unidade devido à racionalização dos recursos, incrementadas pela Direção-Geral do DPF. Avalia-se positivamente o desempenho do SELOG.

O Setor de Recursos Humanos – SRH, conforme previsto no item IV.8 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, deve ser avaliado subjetivamente. Ao SRH compete a execução de atividades da administração de pessoal. Tais atividades foram desenvolvidas satisfatoriamente no decorrer do ano, mesmo com o reduzido quadro de pessoal no Setor.

O Núcleo de Tecnologia de Informática – NTI, deve ser avaliado subjetivamente, na forma do item IV.9 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA. O setor é responsável pela manutenção dos equipamentos de informática, bem como de instalação de sistema corporativos do DPF, como SISCART, SIAPRO e outros, atualmente instalados em todas as dependências da SR/DPF/MA e suas descentralizadas. Por tal motivo, considera-se que seu desempenho foi satisfatório.

Com relação ao desempenho das Delegacias e através do cálculo de produtividade adotado pela COGER (Corregedoria Geral do Departamento de Polícia Federal), tem-se abaixo a estatística dos Inquéritos Policiais referentes ao presente exercício

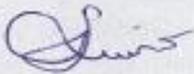
Tabela 14 – Estatística das Delegacias

DELEGACIA	QUANTIDADE IPL RELATADOS	QUANTIDADE IPL INSTAURADOS	PRODUTIVIDADE 2010 ¹
DELEMIG	24	1	2400,0 %
DELEPREV	158	132	119,6 %
DELEFAZ	663	272	243,7 %
DELINST	151	106	142,6 %
DELESP	15	3	500,0 %
DELEMAPH	45	65	69,2 %
DELEPAT	59	87	67,8 %
DELEARM	8	10	80,0 %
DELEFIN	22	20	110,0 %
DRE	86	52	165,3 %
DPF/CXA/MA	287	238	120,0 %
DPF/ITZ/MA	481	304	158,0 %

Fonte: SINPRO e SICART

¹ → A produtividade das delegacias dar-se-á por: nº IPL relatados/nº IPL instaurados

V - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MA - SR/DPF/MA	200388 - 200389
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e - a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8

Ratifico as informações contidas na declaração emitida em função do acompanhamento realizado nas Unidades Gestoras 200388 e 200389 - Superintendência Regional no Estado do Maranhão - SR/DPF/MA, referente ao exercício de 2010.

Soluto 09/03/2011


Wilson Castelo Branco Magalhães
AGV - Mat. 6.215
Contabilista Contábil
SR/DPF/MA